



Lições da Comuna de Paris

Março / Maio de 1871



Marxismo
Teoria e Programa

**À memória eterna do revolucionário
Guilherme Lora**

*Dedicamos este livro ao dirigente do Partido
Operário Revolucionário da Bolívia, falecido
em 17 de maio de 2009.*



Marxismo
Teoria e Programa

Índice

I. APRESENTAÇÃO.....	7
II. A COMUNA	9
Manifesto do POR - 150 anos da Comuna de Paris	11
A Comuna de Paris na história da revolução proletária - Magda Ortiz	18
Marxismo e a Comuna de Paris - Atílio de Castro	25
A Comuna de Paris - principais fatos históricos e fundamentos da revolução proletária – Rafael Souza	33
Comuna de Paris- síntese e conclusões da A guerra civil na França, de Karl Marx – Rafael Souza	38
Manifesto do POR - 140 anos da Comuna de Paris	44
Apresentação do folheto 140 anos da Comuna de Paris – Atílio de Castro	50
72 dias da Comuna de Paris	53
Declaração da Associação Internacional dos Trabalhadores – sobre a guerra franco-alemã, a guerra civil na França e o combate da burguesia contra a Internacional	73
A Guerra Civil na França – Karl Marx	81

Marxismo - Teoria e programa - Lições da Comuna de Paris

À memória da Comuna – Vladimir Ilyich Ulianov, Lênin	123
“O Estado e a Revolução”, capítulo III - A experiência da Comuna de Paris (1871) - Vladimir Ilyich Ulianov, Lênin	128
A Comuna de Paris e a Rússia dos soviets – Leon Trotsky	145

I. APRESENTAÇÃO

Apresentação

Este livro reúne documentos de Marx, Lênin e Trotsky, bem como artigos e manifestos do POR. Republicamos as formulações contidas em dois folhetos elaborados quando se cumpriam 130 e 140 anos da Comuna de Paris, respectivamente. Agora, complementamos com notas e estudos, que constam da campanha pelos 150 anos da Comuna, realizada por meio do jornal Massas, entre março e abril deste ano.

Duas particularidades diferenciam este livro dos anteriores. Uma diz respeito ao esforço de compreender a primeira revolução proletária da história, em sua relação com a estratégia revolucionária, e a luta atual pela superação da crise de direção. Outra, ao início de uma nova coleção editorial, dedicada à teoria e ao programa do marxismo.

Começar pela Comuna de Paris tem especial importância, por se constituir no primeiro ensaio geral do proletariado em criar o seu próprio poder e abrir caminho ao socialismo. O reconhecimento pelos marxistas do lugar da Comuna no desenvolvimento histórico do proletariado, como a única classe revolucionária voltada a sepultar o capitalismo, se tornou também um patrimônio do POR.

Marx revelou as leis políticas e os métodos organizativos que viriam constituir os germes do futuro Estado proletário. Generalizou o programa e a ciência das transformações revolucionárias, observando a prática concreta das massas em luta. E destacou a importância para a vitória das futuras revoluções, de constituir a vanguarda organizada em partido político, independente e oposto aos partidos burgueses e pequeno-burgueses. Essa conclusão se confirmará com a conquista do poder pelo proletariado russo em Outubro de 1917, sob a direção do partido bolchevique. Lênin e Trotsky recorreram à teoria, princípios e fundamentos programáticos elaborados por Marx, para dotar a classe operária e os demais trabalhadores de um guia para a ação revolucionária consciente.

O essencial da experiência da Comuna de Paris reside em compreender que, quando as massas recorrem à luta de classes, brota uma fonte inesgotável de sacrifícios e esforços coletivos, objetivando conquistar a sua completa emancipação. Os massacres e a campanha ideológica desfechada pela burguesia mundial após a derrota da Comuna não esmagaram os instintos e tendências das massas. Essas marcham progressivamente até explodir, voltando à superfície com renovada força, sob as novas condições. Distintamente da Comuna, a Revolução Russa contava com uma direção preparada para cumprir as tarefas colocadas pela história. Confluiu a ação instintiva comunista das massas proletárias com o partido alicerçado em um sólido programa revolucionário.

Prestar homenagem à Comuna, aos milhares que tombaram na luta pela conquista da emancipação diante da escravização capitalista e aos milhões que continuaram a sacrificar suas vidas pelo socialismo, não é tão somente realizar homenagens à memória dos mártires da Comuna. Trata-se de ser fiel ao seu legado, trabalhando incansavelmente para levar adiante a luta de Marx, Engels, Lênin e Trotsky, principalmente, para construir os partidos marxista-leninista-trotskistas e edificar o internacionalismo proletário, a exemplo da I Internacional que compareceu como o principal inimigo estratégico à dominação da burguesia, embora não tivesse dirigido as forças revolucionárias da Comuna de Paris. Somente a I Internacional, naquele momento, como se constata no Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a Guerra Civil na França, em 1871, poderia extrair programaticamente as experiências da primeira revolução proletária, demonstrar os motivos de sua derrota e pavimentar o caminho do internacionalismo proletário.

A vanguarda com consciência de classe, as forças mais avançadas dos explorados e a juventude oprimida, que procuram um guia seguro às suas lutas, terão nesta publicação as armas políticas e ideológicas temperadas no fogo da luta de classes. A publicação deste livro, portanto, está voltada à tarefa de assimilar e aplicar as conquistas do proletariado mundial ao objetivo de destruição do capitalismo pela revolução e ditadura proletárias, no Brasil e no mundo.

*Pelo Comitê Central do POR, Lucas Martinez
São Paulo, 1º de Maio de 2021*

II. A COMUNA

Março / Maio de 1871

MANIFESTO DO POR

150 anos da Comuna de Paris

A luta de classes entre o proletariado e a burguesia nunca cessa. Vitórias e derrotas fazem parte do contraditório movimento histórico de transição do capitalismo ao comunismo. A Comuna de Paris, em maio de 1871, foi sufocada a sangue, depois de setenta e dois dias de combate.

Os reflexos de sua derrota no movimento operário francês foram profundos. O restabelecimento da ditadura de classe da burguesia se deu à base da liquidação do destacamento avançado das massas insurretas e da sua vanguarda. A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), a I Internacional, não teve como sobreviver. Constituída em 1864, dissolveu-se em 1874. As experiências da Comuna de Paris provocaram a cisão definitiva, no interior da AIT, entre a concepção marxista da revolução proletária e as ideias difusas do anarquismo.

A Mensagem de Marx ao Conselho da AIT - “A Guerra Civil na França” - se encarregou de revelar os elos causais da vitória e da derrota da Comuna, extraindo as lições e fundamentos da revolução social, que confirmavam e solidificavam programaticamente o “Manifesto do Partido Comunista, de 1848. Marx e Engels, rodeados de camaradas como Vaillant e Longuet, demonstraram que a derrota física dos explorados foi precedida de preciosas vitórias históricas. As leis históricas da revolução social e as várias medidas tomadas em sua efêmera existência permaneceram e permanecem vigentes, assim como 46 anos depois expôs a Revolução Russa; e as reconheceram e aplicaram os dirigentes bolcheviques.

Inúmeras revoltas, revoluções e contrarrevoluções se estenderam pelo século XX, como havia renunciado a tomada do poder pelos explorados em março de 1871, na França. Há que indicar a enorme importância da Revolução Chinesa em 1949, que se iniciou como luta pela

independência nacional em meio à Segunda Guerra Mundial e concluiu expropriando os mandarins agrários e a burguesia urbana. A Revolução Russa e a Chinesa assentaram dois marcos do movimento revolucionário mundial do proletariado entre as duas guerras mundiais, deflagradas pelas potências imperialistas em busca de novas repartições do mundo.

As leis do desenvolvimento da sociedade de classes, que respondem às relações entre as forças produtivas e as relações de produção, vieram à luz do dia na sublevação da Comuna de Paris, possibilidade que estava exposta no Manifesto do Partido Comunista pelo materialismo histórico. No entanto, a luta do proletariado contra a burguesia ainda se encontrava no alvorecer, como Marx e Engels analisaram nos acontecimentos de 1848 e confirmaram nos da Comuna de Paris.

O desenvolvimento da luta de classes nos países da Europa, em que as forças produtivas avançavam como carro chefe do capitalismo, sobretudo, na Inglaterra e França, amadureceram as condições para Marx e Engels superarem o socialismo utópico pelo socialismo científico. A teoria e o programa se materializaram na organização da Liga dos Comunistas e da Associação Internacional dos Trabalhadores. O marxismo forjava uma vanguarda revolucionária, sobre a base de fundamentos e orientação prática do internacionalismo proletário. Não teve como se constituir como força dirigente da Comuna, influenciada principalmente por orientações anarquistas e pseudo socialistas. No entanto, Marx e Engels orientaram a AIT a agir sob a diretriz programática, estabelecida no Manifesto do Partido Comunista, orientando seus membros franceses a estarem à frente dos combates e a impulsionarem as medidas revolucionárias.

As duas Mensagens - de julho e setembro de 1870 - sobre a guerra franco-prussiana e a Mensagem de 30 de maio de 1871 - “A guerra civil na França” – comprovaram o empenho de Marx em orientar a intervenção da AIT diante da guerra entre a França e a Prússia e da guerra civil que conduziu à tomada de Paris pelas massas e à constituição da Comuna. A derrota física da primeira revolução proletária não resultou na demonstração da inviabilidade da derrocada da burguesia e das transformações socialistas. Demonstrou a importância decisiva da direção, que encarnasse o programa e a estratégia revolucionários. É o que, em síntese, se extrai da Mensagem “A guerra civil na França”. A AIT não teve como ser mantida, dissolvendo-se em 1874, sob o fogo cerrado dos anarquistas ao marxismo. As análises e posições políticas de Marx e

Engels foram confirmadas, resultando em uma vitória do programa e da teoria do socialismo científico.

A luta de classes se dá de acordo a determinadas relações de força e das condições de desenvolvimento da direção do proletariado, que encarna o programa e a política partidária. Marx expôs com rigor analítico e precisão teórica essa relação, para extrair as lições da Comuna e orientar o proletariado no longo processo histórico da luta de classes até alcançar o comunismo. Depois da Comuna e da extinção da I Internacional, o proletariado europeu e mundial progrediu, obtendo importantes vitórias em meio a derrotas.

Neste momento, quando voltamos à Comuna de Paris, um século e meio de história se passaram, e o capitalismo resiste em ceder lugar a uma sociedade superior sem classes. A derrota do proletariado parisiense é um pontinho, se comparada à que suportam, atualmente, as massas em todo o mundo com o avançado estado de restauração capitalista na ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e da República Popular da China. O desabamento desses dois pilares da revolução mundial arrasta consigo todas as conquistas revolucionárias alcançadas no século XX, época de dominação imperialista - de decomposição do capitalismo, guerras, revoluções e contrarrevoluções. É época em que as forças produtivas se chocam frontalmente com as relações capitalistas de produção, potenciando o desemprego, a miséria e a fome. É época em que a economia mundial tende à estagnação e à recessão, acirrando a guerra comercial. É época em que predominam as tendências bélicas, o militarismo e o intervencionismo das potências sobre as semicolônias. É época em que as democracias mais avançadas não podem ocultar o Estado policial. Não há, portanto, maior derrota do proletariado do que o reatamento dos elos da cadeia mundial, rompidos pelas revoluções proletárias do século passado.

A restauração tem sido uma vitória sem precedentes da burguesia sobre o proletariado. Uma vitória da contrarrevolução que elevou e continua a elevar as contradições do capitalismo a um patamar mais alto, que desembocaram nas carnificinas e destruição maciça de forças produtivas pelas guerras de 1914-18 e de 1939-45. Ao retroagir a propriedade social dos meios de produção na ex-URSS, no Leste Europeu, na China e em Cuba, interrompeu-se a transição do capitalismo ao socialismo. Interrompeu-se a compatibilização entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações socialistas de produção. Continuam a impe-

rar os obstáculos da grande propriedade, dos monopólios e dos trustes ao progresso das forças produtivas, que se decompõem afetando a força de trabalho, que é o seu principal componente. Continuam a imperar os obstáculos erguidos pelas fronteiras nacionais, pela divisão do mundo entre um pequeno número de potências e pelo saque dos países semi-coloniais. Continuam a imperar a crise de superprodução e o agigantamento do capital financeiro parasitário.

A restauração capitalista foi se impondo antes da eclosão da Segunda Guerra, por meio de diretrizes econômicas, sociais e políticas regidas pelo socialismo nacional dos partidos comunistas burocratizados, tendo à frente o Partido Comunista da Rússia estalinizado. Um novo fenômeno histórico emergiu do confronto entre os países regidos pela propriedade social e o imperialismo regido pela propriedade privada monopolista. Ou a revolução mundial avançava, ou as conquistas obtidas por meio da guerra civil seriam sufocadas e destruídas. A derrota da revolução alemã, logo após a revolução russa, estabeleceu um marco a favor da resistência burguesa externa e interna à recém-criada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O fenômeno novo correspondeu ao surgimento, no interior do Estado operário, do revisionismo do programa e da teoria marxistas do internacionalismo comunista, assentados por Marx e aplicados pela AIT. Essa tendência foi encarnada pelo estalinismo, que, para se impor, teve de derrotar a oposição marxista-leninista-trotskista.

A formação de uma casta burocrática dirigente privilegiada levou, às últimas consequências, à tese sobre a possibilidade de construir o socialismo em um só país, servindo de meio por onde penetraram as pressões do imperialismo e das forças econômicas capitalistas, que sobreviveram à revolução. O que levaria à degeneração da III Internacional e à sua dissolução por ordem de Stalin, em junho de 1943.

Não se pode reivindicar a Comuna de Paris e os documentos da AIT, desligando-os das revoluções e contrarrevoluções que se seguiram. O proletariado e a maioria oprimida em todo o mundo pagam caro pelo retrocesso histórico de tamanha magnitude. A restauração foi impulsionada no pós-guerra, embora tenha havido a ilusão de que o comunismo se fortalecia e continuava avançando contra o capitalismo, sem que fosse necessária a III Internacional, bastando a orientação da burocracia de Moscou. A derrota da Oposição de Esquerda Russa e os tremendos obstáculos para a Oposição de Esquerda Internacional erguer uma nova Internacional impossibilitaram barrar o agravamento da direção de dire-

ção. Já não havia as condições da luta de classes, para repetir a luta pela III Internacional, diante da liquidação da II Internacional pela política da socialdemocracia traidora.

A reconstrução da Europa e Japão, sob o domínio dos EUA, foi o tempo e as condições fundamentais para se montar o cerco econômico à União Soviética e aos seus satélites do Leste Europeu. A China, com o seu arraigado nacionalismo maoísta, serviu à estratégia da guerra fria e da restauração capitalista. Esgotada a reconstrução do pós-guerra, emergiram as velhas contradições do capitalismo imperialista, e a impotência das ditaduras burocráticas, diante de uma nova ofensiva da burguesia mundial, unida sob a chefia do Estado norte-americano, contra as conquistas revolucionárias da primeira metade do século XX. Interrompeu-se a transição do capitalismo ao socialismo. Assim se teve a dimensão exata da crise de direção revolucionária, exposta pela IV Internacional, que não teve como se firmar depois do assassinato de Leon Trotsky.

Nestes 150 anos da Comuna de Paris, é obrigatório que a vanguarda com consciência de classe recupere os elos da história das revoluções e contrarrevoluções, para prosseguir com a obra de Marx e Engels, Lênin e Trotsky, e outros marxistas que não cederam a nenhum tipo de ameaça e ataque da burguesia. Voltamos, obrigatoriamente, à primeira revolução proletária no final do século XIX em condições mais duras e difíceis da presente situação de decomposição do capitalismo mundial e de inexistência do Partido Mundial da Revolução Socialista, que foi erguido programática e organizadamente pela III Internacional.

Mais recentemente, depois da crise geral de 2008-2009, a sua retomada em 2020, sob o impacto da pandemia, golpeia duramente as massas em toda a parte, sem exceção. São mais de três milhões e cem mil mortos, que atingem principalmente as camadas mais pobres e miseráveis da população. O Brasil passou a ocupar o epicentro da pandemia, com mais de 400 mil mortos. A América Latina vem arcando com uma importante porcentagem no cômputo mundial. As burguesias e seus governantes serciais às potências se mostram incapazes de proteger as massas.

A burguesia monopolista e imperialista explora impiedosamente as bárbaras consequências da contaminação generalizada. Em todos os países, cresce o desemprego, e se rebaixa o valor da força de trabalho. Implantam-se as condições mais perversas das contrarreformas, que vinham sendo impostas nos anos anteriores à Covid-19. A pobreza e a miséria se espalham até mesmo no interior das potências. E nos países

semicoloniais dão um salto exponencial, ao ponto das instituições burguesas se virem na contingência de armarem as campanhas filantrópicas, para evitarem revoltas populares. As limitações econômicas e sociais da utilização do isolamento social - completamente previsível - puseram por terra as tentativas erráticas de conter a pandemia. A “salvação” dependia e depende da vacina, que acabou se tornando um instrumento da guerra comercial e das disputas dos monopólios por maior lucratividade. As medidas que pareciam depender estritamente de cada país e de cada governo, na realidade, sempre dependeram do imperialismo, dos monopólios, do grande capital. É o que veio revelar a guerra das vacinas, que expressa a acirrada guerra comercial travada entre as potências, tendo à frente os Estados Unidos.

A tempestade da pandemia atingiu os explorados desorganizados e fragmentados pela política de colaboração de classes das direções sindicais e políticas. Houve uma capitulação generalizada das direções, inclusive da imensa maioria das correntes de esquerda que abraçaram a política burguesa do isolamento social, como se fosse de fato uma tábua de salvação. Um grande muro de contenção foi erguido para que as massas não se levantassem, e para que o proletariado mundial não reagisse com seu programa de reivindicações, sua estratégia revolucionária e seus métodos próprios de luta.

A camisa de força da colaboração de classes vem impossibilitando a luta pela expropriação dos monopólios da indústria farmacêutica, da rede privada de saúde e do capital financeiro. Esse era e é o único caminho que permite aos explorados se defenderem no seu terreno próprio de luta. No entanto, as direções traidoras barram até mesmo a resistência às demissões, ao fechamento de fábricas, à redução salarial e à destruição de direitos. Barram até mesmo a defesa de um auxílio emergencial capaz de proteger os explorados da miséria e da fome.

A classe operária foi literalmente desarmada ideológica, política e organizativamente diante da política burguesa e das consequências dramáticas da expansão da pandemia. Seus sindicatos e centrais foram postos a serviço das ações e das disputas interburguesas, quando mais necessitavam de independência, para que o proletariado saísse em sua própria defesa e em defesa da maioria oprimida.

Os burocratas vendidos chegaram ao ponto de se recusarem a realizar manifestações no 1º de Maio. Continuaram refugiados no mundo virtual. Não se tem, desde o período da segunda guerra mundial, uma

traição tão generalizada às necessidades mais elementares das massas, travestida de defesa da vida. Há muito não se presenciava uma submissão tão profunda ao Estado burguês e uma covardia tão generalizada, mascarada de humanitarismo, de dor e de luto pelos mortos.

A vanguarda revolucionária minoritária e sem força no proletariado não teve como abrir caminho para o rompimento da passividade e do império da política do medo. Mas, a defesa das posições programáticas, do plano de emergência próprio dos explorados, dos métodos coletivos de luta e da estratégia da revolução proletária se levantou como a bandeira de real defesa da vida dos explorados e de combate à burguesia parasitária. Evidenciou-se que a vida da multidão que sobrevive do trabalho depende do proletariado organizado para o combate e da marcha histórica da revolução, como demonstrou a Comuna de Paris e as revoluções proletárias que a seguiram. T tamanha mortandade não deixará a burguesia e seus capachos impunes. A maior das punições aos genocidas do povo é levantar o Partido Mundial da Revolução Socialista, como fizeram Marx, Engels com a I Internacional.

*Viva a Comuna de Paris, exemplo de combate
e destemor dos explorados!*

*Honremos seus combatentes, trabalhando pela reconstrução
do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV
Internacional!*

A Comuna de Paris na história da revolução proletária

Magda Ortiz

A ofensiva militar sobre o movimento revolucionário de junho de 1848, a mando da burguesia, para conter as massas trabalhadoras, mostraram bem o caráter de classe da República instalada e o massacre sangrento. A República incorporou ao poder político as duas frações restauracionistas (da monarquia) - os Borbons e os Orleans (a aristocracia proprietária de terras e a financeira, industrial e comerciante). A coalizão dos Borbons (legitimistas) e Orleans deu origem ao Partido da Ordem. E a forma republicana era o único meio de unir os interesses particulares de cada uma dessas frações. O Partido da Ordem representava a conservação do domínio da burguesia proprietária contra os setores médios e as massas trabalhadoras. Marx, em seu livro “18 Brumário” explica: “O que separava as duas frações, portanto, não era nenhuma questão de princípios, eram suas condições materiais de existência, duas espécies de propriedade, era o velho contraste entre o campo e a cidade. Exercem, porém, suas verdadeiras atividades como Partido da Ordem, como representantes do regime burguês”. Contra a burguesia, formou-se uma aliança de pequeno-burgueses com as massas trabalhadoras. Exigiam instituições democráticas, como mecanismo para enfraquecer o antagonismo entre o capital e o trabalho. O Partido da Ordem impôs derrotas a esse setor, que visava à transformação da sociedade, por meio de um processo democrático - uma república democrática. Napoleão assumiu o poder em dezembro de 1848, e governou a França ditatorialmente por 18 anos. Para isso, deu um golpe na República em 1851 e proclamou-se imperador, governando até 2 de setembro de 1870.

No período de 1860 a 1870, as ideias socialistas cresceram entre os operários e trabalhadores oprimidos. Isso se deve a alguns fatos impor-

tantes, entre eles a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores (1ª Internacional), em Londres, 1864 e a grande penetração das ideias do blanquismo e proudhonismo nas fileiras do proletariado francês. O socialismo científico de Marx e Engels tinha pouca inserção na classe operária. Esta ainda não havia se libertado do socialismo de Blanqui, e mesmo das ideias anarquistas de Proudhon. O proletariado, portanto, possuía uma organização sindical constituída, mas carecia do programa socialista. Programa que só poderia se materializar a partir da existência do partido revolucionário. Dessa forma, os membros da Comuna eram na maioria blanquistas e somente uma pequena minoria era de socialistas vinculados a 1ª Internacional, a exemplo de Vaillant, que conhecia o socialismo científico alemão. O estágio de desenvolvimento da consciência socialista expressava o estágio do desenvolvimento do capitalismo e as contradições político-organizativas travadas no seio da 1ª Internacional.

Napoleão Bonaparte continuou as ações militares sobre outros países, política expansionista, como fez o Napoleão do início do século - a ocupação da Espanha e Portugal, tendo em vista a derrota do poderio inglês. Agora, seu objetivo era ocupar as margens do Reno (fronteira com a Alemanha), região rica em matérias-primas. Declarou guerra à Prússia de Bismarck em julho de 1870. A política de “agressão” de Bonaparte se chocou com a oposição republicana. A Associação Internacional dos Trabalhadores expressou a solidariedade internacional e a sua oposição à guerra, por jogar os operários franceses contra os alemães em uma guerra fratricida. Já no início de agosto, o exército francês sofreu duras derrotas. Nessas condições, o blanquismo preparou um golpe, 19 de agosto, que acabou se transformando em uma manifestação popular sob a consigna da República, da guerra aos prussianos e da exigência do armamento ao povo. As derrotas na guerra e as manifestações populares forçaram a queda do império de Napoleão e a instauração da III República, em 4 de setembro de 1870. O fim do império não trouxe o final da guerra. Ao contrário, a ofensiva de Bismarck sobre o território francês fez com que se tornasse uma guerra de libertação nacional, apoiada agora pelos socialistas, inclusive da 1ª Internacional. Blanqui, libertado nessa data, lançou a bandeira de “Pátria em perigo”, um chamado patriótico-burguês de unidade nacional. A III República foi um governo de “Defesa Nacional”, onde os operários foram arrastados a apoiar o governo burguês.

A Internacional lançou um manifesto de advertência aos socialistas franceses sobre o governo de “Defesa Nacional”. Dizia, em setembro

de 1870, que o proletariado não poderia mais confundir seus interesses com os da classe inimiga. Cabia à burguesia carregar sozinha a responsabilidade da situação político-econômica. E que a tarefa do proletariado era a de lutar para emancipar, através do socialismo, o trabalho do jugo da burguesia. Mais tarde, Lênin, seguindo as posições marxistas da época da 1ª Internacional, em “Os ensinamentos da Comuna”, mostrou que o proletariado, ao se colocar contra o antigo regime, assumiu duas tarefas: libertar a França da invasão alemã e conseguir a emancipação socialista dos operários do regime capitalista. Afirmou que o governo burguês de “Defesa Nacional” era um governo de traição, mas o proletariado estava iludido com as promessas “democráticas” e não se precaveu da falsa ideia de unidade nacional. Mas, em pouco tempo, a burguesia pôs às claras seus interesses de classe. O patriotismo (nacionalismo) burguês está em contradição com os interesses de classe do proletariado.

A traição do governo burguês se evidenciou com a aceitação das imposições de Bismarck. Thiers à frente do governo francês assinou o compromisso de permitir a entrada militar dos prussianos em Paris (prevista para 27/fevereiro de 1871). Após a submissão às determinações de Bismarck, Thiers decretou o desarmamento das massas proletárias. Para cumprir o que havia acordado, a burguesia necessitava do desarmamento geral do proletariado. Em 17/março, Thiers lançou um comunicado à população, onde dizia: “desde há algum tempo, homens mal intencionados, sob o pretexto de resistir aos prussianos, que já não se encontram em nossos muros, constituíram-se em donos de uma parte da cidade, levantaram trincheiras, querem formar um governo de oposição ao governo legalmente instituído pelo sufrágio universal”. O comunicado tinha objetivo de dar legalidade à ação militar de desarmamento do povo parisiense para fazer valer o acordo com Bismarck. Thiers ordenou que as tropas executassem a tarefa. O povo respondeu com luta, obrigando o recuo das tropas e o refúgio do governo em Versalhes. Os generais Lecomte e Clément Thomas foram mortos, e os trabalhadores armados ocuparam o poder em Paris.

O Comitê da Guarda Nacional assumiu o poder e convocou eleições da Comuna para o dia 22 de março, mas foi realizada no dia 26 em função da contrarrevolução desfechada pelas tropas de Thiers. O Comitê renunciou em favor da Comuna. Esta se dividiu em 10 comissões: militar, segurança geral, justiça, trabalho-indústria, ensino, finanças, serviços públicos, relações exteriores. As medidas da Comuna eram

reivindicações democráticas que a burguesia já não podia cumprir. Nos poucos dias de existência, a Comuna aprovou:

29/março: suprimiu o exército permanente. Suspendeu o pagamento de aluguéis atrasados e a venda de objetos penhorados;

31/março: deu direito aos estrangeiros de serem eleitos membros da Comuna, considerando que sua bandeira é internacional;

1/abril: decidiu que o salário anual máximo de todos os funcionários e membros do governo não poderia ultrapassar o salário médio de 6000 francos;

2/abril: decretou a separação da Igreja do Estado, a nacionalização dos bens do clero, a laicização da escola e a gratuidade do ensino;

6/abril: decidiu a queima da guilhotina, símbolo da burguesia e da monarquia;

7/abril: substituiu a bandeira tricolor pela vermelha;

12/abril: derrubou a coluna de Vendôme;

16/abril: promulgou o decreto em virtude do qual todas as empresas (fábricas, usinas, oficinas etc) abandonadas por seus patrões deveriam ser entregues às associações operárias;

18/abril: concedeu uma moratória de três anos aos devedores;

20/abril: eliminou o trabalho noturno nas padarias;

28/abril: suprimiu as caixas de empréstimos da burguesia, cujo único fim era explorar os operários;

5/maio: decidiu a demolição da capela expiatória, erguida para Luís XVI;

6/maio: decretou a restituição gratuita dos objetos penhorados na Caixa de Penhores.

Segundo Marx, a maior realização da Comuna foi a de ter eliminado a máquina do Estado e a substituído pelo regime comunal. A experiência mostrava que não bastava tomar o poder do Estado, era preciso quebrar a máquina estatal. Dizia que não se tratava de mudar de mãos a máquina burocrática e militar, como tinha sido feito até agora, mas sim de rompê-la. A Comuna, apesar de suas divergências internas em torno de como destruir o poder, cumpriu tarefas democráticas incapazes de ser implantadas pela burguesia republicana. O proletariado parisiense suprimiu a burocracia e seu braço armado (o exército permanente). Estabeleceu que todos os cargos públicos fossem eleitos, com revogabilidade de mandato.

Lênin apontou dois erros, responsáveis pela destruição dos frutos dessa vitória: a) o proletariado não tomou para si a tarefa de expropriar os exploradores; b) subestimou as medidas militares, acabando por dar fôlego à contrarrevolução. A classe operária não soube tirar proveitos da ocupação do Banco da França, expropriando-o, o que atingiria a burguesia como um todo. A contradição entre a classe operária tomar o poder e não iniciar a obra de expropriação da burguesia refletiu as posições políticas dos membros da Comuna. Uma maioria composta de blanquistas, proudhonistas e uma minoria de representantes da Associação Internacional dos Trabalhadores (1ª Internacional). Havia concordância de que era necessário defender Paris contra toda ação reacionária e que tinha mandato de criar condições de vida mais dignas para as massas trabalhadoras. Porém, divergiam do caminho para implementar tal concordância. O que fazia com que os comunardos permanecessem na defensiva, enquanto Thiers pressionava com os fuzilamentos. A tentativa de avançar sobre Versalhes, confronto em que morreram dois importantes dirigentes, Flourens e Duval, reforçaram a apatia de uma ala da Comuna.

Já a partir do início de maio, a contrarrevolução avançou sobre a Comuna. De um lado, Thiers negociou com o inimigo prussiano a derrota da revolução de 18 de março. Nesse momento, a burguesia se solda para conter o movimento do proletariado. Para a classe burguesa, a derrota do proletariado francês era imprescindível à continuidade do regime burguês. De inimigos em 1870, Thiers se alia a Bismarck e negocia a soltura dos soldados franceses prisioneiros de guerra. De outro lado, a Comuna de Paris não pôde contar com o avanço das comunas sobre as outras partes do Estado francês. A tentativa de Lyon, Marselha, Bordeaux, Le Creuzot de formação das comunas foi derrotada. E a de Paris ficou totalmente isolada, no momento em que o acordo de Thiers e Bismarck se firmou para reprimir os comunardos e retomar Paris das mãos da classe operária. Somou-se a isso a dificuldade de atrair o campesinato para o lado das massas trabalhadoras urbanas. O manifesto dirigido ao campesinato para que este se posicionasse contra o governo traidor e pela Comuna não teve o efeito imediato. A vacilação desse setor contribuiu para ampliar a ofensiva do governo contra os revolucionários.

A partir dos primeiros dias de maio, Thiers, com o apoio de Bismarck - que entregou os soldados franceses que tinham sido presos na guerra franco-prussiana - armou uma ofensiva para tomar Paris das mãos dos

comunardos. No dia 21, as tropas dirigidas por Mac-Mahon invadiram Paris. Os comunardos tentaram resistir de todas as formas. Não por acaso, o exército da contrarrevolução demorou oito dias para liquidar os focos de resistência. A semana de 21 a 28 de maio foi chamada “Semana Sangrenta”. As tropas do governo, em alguns bairros, tiveram de tomar rua a rua, casa a casa, para eliminar os comunardos, um bárbaro banho de sangue. Os combatentes da Comuna eram fuzilados. Dos prisioneiros, boa foi julgada sumariamente pelos denominados “tribunais de emergência” e condenada à morte ou à deportação. A invasão de Paris e a retomada pelo governo burguês se deram às custas da enorme repressão sobre a população e os membros da Comuna. No dia 28, Mac-Mahon afirmou em Manifesto: “Paris está libertada. Hoje terminou a luta. Agora, renascerão a ordem, o trabalho e a segurança”. O conteúdo do Manifesto foi expressão da violência reacionária sobre a população parisiense, e mostrou que, para tomar Paris, só seria possível às custas do sangue da classe operária e dos demais oprimidos.

A segunda fase da repressão sobre a Comuna veio com as Cortes marciais, chamadas de “terror tricolor”. Em seguida, uma série de medidas contra as conquistas do movimento revolucionário. No dia 25 de agosto, a burguesia e seu governo votaram pela supressão da Guarda Nacional. Em 14/3/1872, proibia-se o funcionamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. Eis uma de suas medidas: “Toda associação internacional, que, sob qualquer nome, e particularmente a Associação Internacional dos Trabalhadores, tenha por finalidade provocar a suspensão do trabalho e abolir o direito de propriedade, da família, da pátria, da religião ou do livre exercício dos cultos, constituirá, pelo só fato de sua existência e de suas ramificações em solo francês, um atentado contra a paz pública”. “Todo francês que, depois de promulgada a presente lei, se filie ou realize um ato de adesão à Associação Internacional dos Trabalhadores, ou a qualquer outra associação, que professe as mesmas doutrinas e tenha os mesmos fins que esta, será castigado com prisão de três meses a dois anos e uma multa de 50 a 1000 francos. Além do que, poderá ser privado de todos os direitos civis e de família, enumerados no artigo 42 do Código Penal, durante 5 anos como mínimo e dez como máximo”.

Como se vê, a ditadura da burguesia impôs toda sorte de punição para conter o avanço das ideias revolucionárias. Os assassinatos e as prisões em massa não levaram ao fim dessas ideias. As leis tinham como

finalidade lançar o terror e intimidar uma nova retomada do movimento revolucionário, que mais à frente se materializou na forma do movimento socialista internacional.

Marxismo e Comuna de Paris

Atilio de Castro

O período revolucionário de 1848 a 1850, na França, trouxe importantes lições para o socialismo científico de Marx/Engels. O proletariado esteve à frente do combate ao velho regime monárquico, mas não estava maduro para tomar o poder em suas mãos. Vinte e três anos depois, expulsou o governo burguês de Paris, armou-se e ocupou o poder. Deu um grande passo à frente ao levantar-se em armas e escorraçar Thiers para Versalhes. No entanto, mostrou-se imaturo para conservar o poder e impor uma derrota geral à burguesia francesa e internacional.

Essas experiências foram de extraordinário valor para a elaboração do programa, da política, da tática e dos princípios revolucionários encarnados pelo marxismo.

Marx e Engels concentraram a atenção nas leis da história, que conduzem às revoluções e explicam as grandes transformações no modo de produção e apropriação de riqueza.

Por viverem no berço do capitalismo e participarem dos principais acontecimentos do fim da primeira metade e da segunda metade do século XIX, puderam assimilar as ideias socialistas do passado, submetê-las à crítica e edificar o programa da revolução proletária, a doutrina comunista e o método materialista dialético. O marxismo comparece, diante da luta entre a classe operária e a burguesia, como instrumento da derrocada do capitalismo e edificação da sociedade sem classes, o comunismo mundial. Extrai da economia, política e filosofia da época o que há de mais avançado, para dotar o proletariado de ideias próprias, necessárias à luta pela tomada do poder, expropriação da burguesia e implantação da propriedade coletiva dos meios de produção.

As crises econômicas e políticas, as guerras e a viva luta de classes, em que o proletariado revela seu potencial revolucionário, são a ma-

téria-prima do pensamento e da prática dos fundadores do socialismo científico. Os períodos revolucionários, que como tal trazem os contrarrevolucionários, acabam por revelar mais cedo ou mais tarde as causas econômicas, que estão na base dos embates entre as classes.

O marxismo busca a compreensão das leis da revolução. Trabalha pela superação histórica da sociedade fundada na exploração do homem pelo homem.

As derrotas do proletariado em 1848/50 e 1871 na França e as lutas em outras latitudes foram objetos de cuidadoso estudo de Marx e Engels, que se colocaram já em 1847 pela construção do partido comunista e se destacaram na edificação da I Internacional (Associação Internacional dos Trabalhadores - 1864 a 1876), cujo objetivo era o de organizar o movimento operário de distintos países e dotá-lo de um programa internacionalista.

Marx se encontrava exilado em Londres, em 1849 e 1850, quando iniciou o estudo sobre o período revolucionário de 48/50, que resultou no livro “A luta de classes na França de 1848 a 1850. Antes havia redigido com Engels o primeiro programa internacionalista do proletariado - “O Manifesto do Partido Comunista” - editado em janeiro de 1848, quase às portas da revolução de fevereiro na França.

Nesse berço revolucionário, o Manifesto chegaria próximo ao levante de junho de 1848, traduzido para o francês. Fato esse que mostra a penetração do socialismo científico no movimento operário internacional, embora não tivesse tempo para influenciar nos acontecimentos desse momento. Mas, o fundamental é que estava de acordo com a necessidade de constituir o partido do proletariado, que tinha na Liga dos Comunistas o seu embrião.

Engels explicará, no prefácio ao Manifesto da edição inglesa de 1888, que a vitória da contrarrevolução de junho de 1848, em que o proletariado trava sua primeira batalha contra a burguesia, bloqueará por um lapso de tempo o desenvolvimento político da classe operária europeia, obrigando-a a “ocupar a posição de ala extrema esquerda da classe média radical”, enquanto os choques permaneciam entre frações da burguesia.

O movimento operário se viu sob intensa perseguição; e a vanguarda, caçada pela polícia. Engels relata que, assim que o proletariado europeu se recuperou das derrotas e voltou a protagonizar a luta contra a burguesia, permitiu o surgimento da I Internacional, em 1864, portanto, 16 anos após o esmagamento da insurreição de junho de 1848 em Paris.

Depois de 7 anos, o proletariado proclama a Comuna de Paris - 18 de março de 1871.

As derrotas aparecem como elos do desenvolvimento do proletariado, muitas vezes inevitáveis, que, estrategicamente, caminha para a transformação total do modo de produção capitalista em comunista. A ausência ou pouco desenvolvimento do partido revolucionário se apresenta como fator decisivo nos acontecimentos. Por outro lado, a presença marcante de correntes pequeno-burguesas é um fator de fraqueza e derrota das massas. Na época, tratava-se do proudhonismo, blanquismo, etc.

A defesa de posições científicas do comunismo e da política correspondente do proletariado permitiu ao marxismo expressar as necessidades do proletariado e as leis da história. As grandes derrotas, como a da Comuna, levam ao soterramento das concepções anticientíficas e ideologicamente estranhas ao proletariado. Engels, numa espécie de balanço, referindo-se à Comuna de Paris, explica: “Os próprios acontecimentos e vicissitudes da luta contra o capital, as derrotas mais que as vitórias, não podiam deixar de fazer ver às pessoas a insuficiência de todas as panaceias favoritas e preparar o caminho para uma melhor compreensão das verdadeiras condições de emancipação da classe operária.” Diz respeito à agonia do proudhonismo, segunda força na Comuna depois do blanquismo, etc.

Nos acontecimentos revolucionários de 1848, as posições de Marx/Engels não puderam estar presentes diretamente, mas estiveram enquanto programa, ou seja, como necessidade do proletariado assenhorar-se do Manifesto Comunista. Nele, está expresso o partido comunista como condição para a vitória dos explorados. O objetivo estratégico de derrubada da burguesia e tomada do poder expressa o amadurecimento histórico do proletariado, que está na razão direta de se constituir em classe organizada, em expressar na luta de classes o programa comunista.

Assim expressa o Manifesto: “O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários - constituição dos proletários em classe, derrubada da dominação burguesa, conquista do poder político pelo proletariado.” É por esse caminho que se cumprirá a tarefa de abolir a propriedade privada dos meios de produção e todo sistema assalariado.

A revolução de 1848 acabou por dar origem à república burguesa, ou seja, o proletariado e demais explorados, que impulsionaram a insurreição, permitiram à grande burguesia efetivar seu domínio. O movimen-

to instintivo e espontâneo do proletariado não lhe permitia ir além do levante, que voltou à carga contra a burguesia no poder e arcou com o esmagamento.

Em forma de balanço autocrítico sobre as expectativas da revolução da minoria burguesa terminar em revolução da maioria, Engels concluirá: “Se inclusive este potente exército do proletariado não pôde alcançar todavia o seu objetivo, se, longe de poder conquistar a vitória em um grande ataque decisivo, tem de avançar lentamente, de posição em posição, em uma luta dura e tenaz, isto demonstra de um modo conclusivo o quanto era impossível, em 1848, conquistar a transformação social simplesmente de maneira espontânea.”

Nesse mesmo sentido, Marx explica: “O que o proletariado conquistava era o terreno para lutar por sua emancipação revolucionária, mas não, nem muito menos, esta emancipação mesma.” O proletariado ajudou a burguesia a ocupar o poder antes controlado pela aristocracia e logo se deparou com seu inimigo histórico. “Finalmente, a república de fevereiro, ao derrubar a coroa, detrás da qual se escondia o capital, fez com se manifestasse em sua forma pura a dominação da burguesia” (Marx).

As ilusões dos trabalhadores de que poderiam se emancipar, estando juntos da burguesia, se desfizeram assim que esta ocupou o poder, sob o comando do capital financeiro, e continuaram o combate contra o mais novo e para sempre inimigo.

O desenvolvimento da indústria moderna, e com ela o proletariado, era ainda incipiente, o que não permitiu que este expressasse os interesses do conjunto dos oprimidos. “Nada mais lógico, pois, que o proletariado de Paris tentasse levar adiante seus interesses ao lado dos da burguesia, em vez de apresentá-los como os interesses revolucionários de toda sociedade, que erguesse a bandeira vermelha, ao invés da bandeira tricolor” (Marx).

Mas o importante foi o desenlace do conflito, em que o proletariado incipiente obrigou a burguesia mostrar seu caráter reacionário, e ele próprio se projetou como a nova classe revolucionária, ou seja, portadora da finalidade histórica do comunismo. “Os operários não tinham opção: morrerem de fome ou iniciarem a luta. Contestaram, em 22 de junho, com aquela formidável insurreição com que travou a primeira grande batalha entre as duas classes que dividem a sociedade moderna. Foi uma luta pela conservação ou aniquilamento da ordem burguesa. O véu que envolvia a república caiu.”

Os operários puderam sentir na carne a impossibilidade de solucionar sua situação de classe explorada e oprimida. As necessidades mais elementares não tinham como ser atendidas pelos exploradores. Fica evidente que “até o mínimo melhoramento de sua situação é, dentro da república burguesa, uma utopia”. “E suas reivindicações desmesuradas enquanto forma, mas minúsculas, e inclusive burguesas pelo seu conteúdo, cuja solução queria arrancar da república de fevereiro, cederam o posto à consigna audaz e revolucionária: derrubada da burguesia! Ditadura da classe operária!”

Conquistada a república em fevereiro de 1848; em junho estoura a revolução e a burguesia expõe sem atenuantes sua ditadura de classe. Sob o domínio burguês, a República se sustenta como ditadura da minoria contra a maioria.

É importante ainda verificar que o proletariado faz suas primeiras experiências com o democratismo pequeno burguês, que instila entre os explorados esperanças no Parlamento. Partindo dessa experiência, Marx submete à crítica o socialismo burguês, que defendia a indústria contra a dominação da aristocracia financeira e que sonhava com “a realização pacífica de seu socialismo”. Também ao socialismo doutrinário, que “elimina em suas fantasias a luta revolucionária das classes e as suas necessidades, enquanto este socialismo doutrinário, que no fundo não faz mais do que idealizar a sociedade atual, forja-lhe uma imagem limpa de defeitos e impor-lhe seu próprio ideal a despeito da realidade social (...)”.

O processo revolucionário de 1848 a 1850 se encarregou de dar os primeiros golpes mortais no socialismo burguês e utópico, bem como abrir caminho para o proletariado se aproximar do comunismo. Marx refere-se ao socialismo revolucionário. “Esse socialismo é a declaração da revolução permanente, e da ditadura de classe do proletariado como ponto necessário de transição para supressão das diferenças de classe em geral, para supressão de todas as relações de produção em que estas se baseiam, para supressão de todas as relações sociais que correspondem a estas relações de produção, para subversão de todas as ideias que brotam destas relações sociais”. Referia-se, portanto, à penetração incipiente das teses do socialismo científico presentes no Manifesto do Partido Comunista.

As lições da revolução de 1848/50 serão importantes para os acontecimentos de 1871, data da Comuna de Paris. Nesse momento, a indústria se achava mais desenvolvida e com ela o proletariado. A penetração das posições comunistas de Marx e Engels, por intermédio da

Associação Internacional dos Trabalhadores, estava presente. Embora minoritários em relação ao conspirativismo blanquista e ao socialismo mutualista proudhoniano (dos pequenos camponeses e do artesanato), os marxistas atuaram resolutamente como organizadores da Comuna. O domínio de blanquistas e prodhonianos expressou a fraqueza do proletariado frente à grandiosa tarefa de derrubar de conjunto a burguesia e desenvolver o internacionalismo comunista. Mas, o fator distintivo da insurreição armada de março de 1871 foi o fato da classe operária, pela primeira vez, tomar o poder em Paris e no breve tempo de existência implantar uma série de medidas revolucionárias.

Em uma carta a Kùgelmann, de 12 de abril de 1871, Marx sintetiza o fundamental do que poderia acontecer. Critica a atitude da direção que não quis “desatar a guerra civil”, para liquidar o poder de reação da burguesia que se concentrou em Versalhes, sob a direção de Thiers. Prevê a queda da Comuna e conclui: “Mas, seja como for este levantamento de Paris - ainda que seja esmagado pelos lobos, pelos porcos e pelos vis cães da velha sociedade -, é a façanha mais gloriosa de nosso partido, desde a insurreição de junho em Paris. Compare-se estes parisienses, que tomam o céu de assalto, com os escravos do Sacro Império Romano germano-prussiano com suas máscaras póstumas infectando o quartel, a Igreja, a fazenda junker e, sobretudo, o filisteu”.

Numa segunda carta a Kùgelmann, de 17 de abril de 1871, Marx referindo-se aos acontecimentos de junho de 1849 e criticando Kùgelmann por comparar “as demonstrações pequeno-burguesas de 13 de junho de 1849, etc. com a luta que está sendo travada agora em Paris”, explicará: “Desta vez o acidente decisivo e desfavorável não deve ser buscado de modo algum nas condições gerais da sociedade burguesa, mas sim na presença dos prussianos na França, que se encontravam nas portas de Paris. Isto bem sabiam os parisienses. Mas também sabia a canalha burguesa de Versalhes. Precisamente por essa razão, colocaram aos parisienses a alternativa de aceitar o desafio e lutar, ou render-se sem combate. No segundo caso, a desmoralização da classe operária teria sido uma desgraça muito maior do que a queda de um número qualquer de “chefes”. E Marx conclui: “Com a Comuna de Paris, a luta da classe operária contra a classe capitalista e seu Estado entrou em uma nova fase. Qualquer que sejam os resultados imediatos, conquistou-se um novo ponto de partida de importância histórica universal”. Tudo indica que Marx comparava a Comuna de Paris com a insurreição proletária de

1848, que de fato abria a era das revoluções proletárias.

O marxismo atuante na Comuna, mais uma vez, extraiu as lições estratégicas, referentes à guerra civil, à conquista do poder, às transformações econômicas e à natureza do Estado. A Associação Internacional dos Trabalhadores não pôde realizar seu congresso devido à situação repressiva em toda Europa. Acabou por convocar uma Conferência (17 a 23 de setembro de 1871), cerca de 4 meses após a derrota da Comuna, com participação limitada. Através desta, Marx pôde avaliar os acontecimentos de conjunto e atestar a validade de suas orientações desde o início da guerra franco-prussiana (1870).

Uma das lições, que permitiu avançar a concepção marxista da revolução proletária, diz respeito ao Estado. Dimensionou-se com maior precisão o princípio estratégico da ditadura do proletariado. No documento resultante da Conferência, que se publicou com o nome A Guerra Civil na França, Marx constata: “depois de cada revolução, que assinala um passo adiante na luta de classes, revela-se com traços cada vez mais nítidos o caráter puramente repressivo do poder do Estado” (...) “os burgueses republicanos, que se apoderaram do poder do Estado em nome da Revolução de Fevereiro, dele fizeram uso para as matanças de junho, para provar à classe operária que a República “social” é a República que assegura sua submissão social e para convencer o contingente monárquico dos burgueses e latifundiários que podia entregar aos “republicanos” burgueses as inquietações e encargos do governo”. Esta lição da revolução de 1848 se tornará mais nítida ainda em 1871. Marx concluirá que “a classe operária não pode limitar-se simplesmente a se apossar da máquina do Estado tal como se apresenta e servir dela para seus próprios fins”.

Engels, prefaciando o Manifesto do Partido Comunista, edição alemã de 1872 e edição inglesa de 1888, retomará essa conclusão como essencial para aperfeiçoar a concepção marxista da revolução proletária. Reconhece a necessidade de se fazer uma revisão no capítulo II. “Devido ao desenvolvimento colossal da grande indústria, nos últimos 25 anos, e com este o da organização do partido da classe operária; dadas as experiências práticas, primeiro, da revolução de Fevereiro, e depois, em maior grau ainda, da Comuna de Paris, que eleva pela primeira vez o proletariado, durante dois meses, ao Poder político, este programa envelheceu em alguns de seus pontos. A Comuna demonstrou, sobretudo, que “a classe operária não pode simplesmente se apossar da máquina estatal

existente e servir dela para seus próprios fins”.

Não é por acaso, Engels concluiu seu prefácio à Guerra Civil na França, de 1891, com o valor histórico e principista da ditadura do proletariado. “Em realidade, o Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, tanto na República democrática como sob a monarquia; e, no melhor dos casos, um mal que se transmite hereditariamente ao proletariado triunfante em sua luta pela dominação de classe. Como fez a Comuna, o proletariado vitorioso não pôde deixar de amputar imediatamente, na medida do possível, os aspectos mais nocivos desse mal, até que uma futura geração, formada em circunstâncias sociais novas e livres, possa desfazer-se de todo esse velho traste do Estado. Ultimamente, as palavras “ditadura do proletariado” voltaram a despertar sagrado terror ao filisteu social democrata. Pois bem, senhores, quereis saber que face tem uma ditadura? Olhai para a Comuna de Paris: eis aí a ditadura do proletariado”.

Calou fundo entre os marxistas da Associação Internacional dos Trabalhadores a experiência do exercício do poder pela classe operária e sua derrota. Em seu congresso de Haya, setembro de 1872, trava-se um choque definitivo entre as posições marxistas e anarquistas em torno da Comuna de Paris. Guillaume, representando o pensamento anarquista, expõe assim sua visão: “Nós rechaçamos a tomada do poder político do Estado, mas exigimos, pelo contrário, a destruição total do Estado enquanto expressão de poder político”. Estava mais do que claro o absurdo da premissa anarquista. Ao contrário, E. Vaillant um dos destacados militantes marxistas da Comuna, organizador das transformações do ensino, defende a moção: “A luta política e a luta econômica devem estar unidas, e pela ditadura do proletariado realizar, na revolução, a abolição das classes (...) devemos formar um partido que seja nosso, oposto a todos os partidos das classes possuidoras e dominadoras, sem nenhum vínculo com as classes burguesas(...)”. Vaillant expressava assim a relação entre a estratégia programática da ditadura do proletariado e o partido.

Passados 130 anos da Comuna de Paris, atravessado a mais grandiosa revolução proletária de outubro de 1917, na Rússia, e ocorrida toda uma sequência de revoluções sociais, que sacudiram o mundo burguês no século XX, continuam vigentes as lições da Comuna de Paris e o programa marxista da revolução internacionalista do proletariado.

A Comuna de Paris - principais fatos históricos e fundamentos da revolução proletária

Rafael Souza

Em 18 de março de 1871, tinha lugar, em Paris, a primeira revolução proletária da história a tomar o poder, e estabelecer um governo próprio dos oprimidos. A Comuna durou tão somente 72 dias, e terminou com um banho de sangue jamais visto, empreendido pelos carrascos burgueses de Versalhes. A burguesia e a aristocracia reacionária de toda a Europa ficaram horrorizadas, não apenas com a ousadia dos trabalhadores, mas com o profundo significado que isto representava: o dobro de finados sobre o reino de exploração das classes dominantes. A Igreja juntou-se ao coro dos carniceiros, e amaldiçoou a profana tentativa dos comunicados de estabelecer um governo que tinha por finalidade a libertação da classe operária.

A Comuna de 1871 abriu a era das revoluções proletárias no século XIX. A ideia de que a classe operária pudesse tomar o poder com armas na mão, e ensaiar um governo independente da burguesia, era insuportável para os conservadores burgueses, e as mais diversas autocracias monárquicas. Enquanto durou, a Comuna despertou um ódio furioso dos capitalistas, que se voltou, igualmente, contra todas as organizações da classe operária e, em especial, contra a Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional), sob a direção de Marx. A derrota sangrenta não conseguiu apagar das cabeças mais esclarecidas da classe operária – antes a reforçou – a ideia já contida no Manifesto Comunista, de que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. As revoluções do século XX que expropriaram a burguesia, a exemplo da Revolução de Outubro, não fizeram mais do que reafirmar a principal

lição da Comuna: a classe operária não pode chegar ao poder, senão pela revolução social; e sua ditadura de classe nada mais é que a transição à sociedade sem classes, o comunismo.

É certo que no período de século e meio que nos separa da Comuna, os trabalhadores de todo o mundo amargam um retrocesso inaudito, em meio a uma brutal decomposição do capitalismo. Suas tarefas e seus problemas, contudo, já não são os mesmos. Ficou para trás a época em que os trabalhadores apenas idealizavam a possibilidade de chegar ao poder, onde a ideia de revolução e governo operário não passavam de uma distante utopia. Hoje, partimos de um ponto mais alto (com a ampla experiência dos estados operários), embora nosso objetivo permaneça o mesmo. Comemorando o sesquicentenário da gloriosa e heroica Comuna, temos o dever de lutar pela superação da crise de direção revolucionária (aberta com a traição do estalinismo), e reatar os elos rompidos da luta de classes internacional.

A guerra numa cidade sitiada

A Comuna de Paris foi resultado direto da guerra franco-prussiana de 1870-71, diziam os fundadores do socialismo científico, Marx e Engels. A guerra movida pela Prússia contra a França teve como um de seus objetivos despertar o espírito nacional alemão, e unificar os inúmeros ducados e principados, sob a liderança Prússia, na moderna Alemanha. A estrondosa derrota do exército francês em Sedan, e a inesperada captura do próprio imperador, Luís Bonaparte, tornou inevitável a proclamação da República (a 4 de setembro de 1870), como um passo necessário à rendição.

As dificuldades militares da guerra contra a Prússia tinham levado o governo da França, ainda nos tempos da monarquia, a aumentar o contingente da Guarda Nacional, de 60 para 254 batalhões. Esta Guarda Nacional não era nada além da tradicional milícia formada por civis que, em tempos de paz, se dedicava a assegurar a ordem e a vigilância urbana. Pelo menos 200 mil parisienses integraram a Guarda, no auge da guerra franco-prussiana. A sua ampliação como ‘mal necessário’, criou um problema interno e suplementar para a burguesia: o armamento do proletariado. Segundo Engels, “para fins de defesa, todos os parisienses aptos a pegar em armas entraram na Guarda Nacional e foram armados, de modo que os operários formavam agora a grande maioria”. A recém proclamada república burguesa, sob a chefia de Thiers, Jules Favre e Pi-

card, sem tropas e sem esperança, desmoralizada e cercada pelo inimigo, capitulou, sem nenhuma resistência. As indenizações de guerra exigidas por Bismarck serão duras. Vão, da cessão das províncias da Alsácia e Lorena e o pagamento de 200 milhões de francos, ao desarmamento completo dos soldados e abertura de Paris para que suas tropas desfilem, em homenagem ao imperador Guilherme I. As humilhantes condições de paz impostas pela Prússia não passariam sem despertar ódio entre os trabalhadores de Paris, e o sentimento contrário à rendição.

O governo burguês republicano sabia que a reação armada do povo, e o risco de se repelirem os exércitos prussianos dos arredores de Paris, representaria um enorme risco à propriedade privada burguesa, especialmente quando ele se encontrava praticamente desarmado, e os operários de Paris na posse de canhões e metralhadoras. Em 28 de janeiro de 1871, o governo Thiers capitula, e aceita as condições da derrota. Fortificações foram entregues, trincheiras desarmadas, e as poucas tropas oficiais colocadas em situação de prisioneiras de guerra. O governo fez recair, de imediato, sobre as massas, as indenizações (moratória das promissórias, aluguéis e dívidas, que deviam ser pagas imediatamente, assim como a eliminação dos salários dos guardas nacionais), mas foi a tentativa de desarmamento da Guarda, o estopim que fez explodir o levante.

18 de março: os trabalhadores impõem a Comuna

O desarmamento da Guarda, ordenado por Thiers, equivalia ao desarmamento do proletariado. Na manhã do dia 18, tiveram início os primeiros combates. As tropas do general Lecomte recusam-se a disparar contra a multidão, e rebelam-se. Lecomte e o também general Clément Thomas foram presos e fuzilados. Thiers, horrorizado, fugiu de Paris para Versalhes. Paris ficou em poder da Guarda Nacional. No dia 26, foram realizadas eleições de 92 conselheiros Comunais e, no dia 30 de março, o governo operário foi instaurado formalmente.

Entre suas primeiras ações, diz Engels, “a Comuna aboliu o recrutamento e o exército permanente, e proclamou a Guarda Nacional, à qual deviam pertencer todos os cidadãos capazes de pegar em armas, como o único poder armado”. Marx, que escreveu uma brilhante análise da Comuna, em sua Guerra Civil na França, dirá que: “a Comuna foi formada por conselheiros municipais, eleitos por sufrágio universal nos vários bairros da cidade, responsáveis e revogáveis em qualquer momento. A maioria dos seus membros eram naturalmente operários ou representan-

tes reconhecidos da classe operária. A Comuna havia de ser, não um corpo parlamentar, mas operante, executivo e legislativo ao mesmo tempo”. Essa foi a grande lição da Comuna, que permitiu a Marx vislumbrar “a forma política por fim descoberta, pela qual se podia realizar a emancipação econômica do trabalho.” Em outras palavras, a Comuna relevou, pela primeira vez, que a classe operária não podia apoderar-se da máquina estatal burguesa já pronta, mas, ao contrário, teria de destruí-la, e edificar seu próprio Estado operário, para governar. São conhecidas as inúmeras medidas tomadas pelo governo revolucionário: separação entre Igreja e Estado (fim da interferência da Igreja na escola – incluindo a retirada de símbolos religiosos, nos assuntos públicos, e fim da subvenção pública à Igreja; salário médio de um operário a todos os empregados públicos da Comuna; eleições de todos os cargos administrativos, judiciais e docentes, com revogabilidade de mandato; abolição do trabalho noturno, proteção ao trabalho das mulheres, etc.)

A ausência do partido revolucionário e a derrota sangrenta

Malgrado a composição variada de grupos, a direção da Comuna esteve, praticamente, nas mãos dos blanquistas, partidários de ações punitivas, apoiadas numa minoria bem preparada militarmente. Formavam a maioria entre os conselheiros, e no CC da Guarda Nacional. Os proudhonianos, então membros da AIT, compunham a ala minoritária, embora tivessem influência decisiva na maioria dos decretos econômicos. Marx observou com ironia que, na direção política da Comuna, blanquistas e proudhonianos, realizassem exatamente o oposto do que defendiam em suas formulações teóricas. Explicação possível apenas pela presença massiva dos explorados, que ditavam as medidas a partir das condições concretas da luta. A Comuna, contudo, não teve tempo de pôr em prática a maioria de suas medidas. Cometeu erros brutais, como a não expropriação do Banco da França (quando, tanto o dinheiro, como os meios materiais, tornava-se escassos), o pouco esforço em levar a revolução ao restante do país (como em Lyon e Marselha), a ausência de um programa agrário, que permitisse o apoio camponês, e a recusa a marchar a Versalhes, e esmagar a contrarrevolução. Erros que expressavam, em parte, a pressão das camadas pequeno-burguesas, na esperança de um acordo com a grande burguesia e, em parte, a incapacidade do proletariado em submetê-las ferreamente à sua autoridade. En-

quanto a Comuna se debatia na falta de centralização política e militar, assim como na magnanimidade para com o inimigo, a reação unificada conseguia o apoio da Europa monárquica, e um acordo com Bismarck para a libertação de dezenas de milhares de soldados, prisioneiros de guerra, com o objetivo de esmagar a Comuna.

As batalhas sangrentas bairro a bairro, rua a rua, nas barricadas, e com o fuzilamento sumário de prisioneiros comunicados foi imposta pela ‘canalha burguesa’ sobre a Comuna. A 28 de maio, caía o último foco de resistência; a Comuna estava liquidada, e o preço, em vidas operárias, estimado em 20 mil mortos.

Os bolcheviques, e sobretudo Trotsky, em seu balanço da Comuna, ressaltaram a ausência do partido revolucionário como o principal fator que levou ao esmagamento da revolução. Entre todas as fraquezas da Comuna, a ausência de uma direção revolucionária, que soubesse perfeitamente o que queria, mostrou-se a maior e fatal. O proletariado parisiense, desde 1848, não conseguira forjar uma direção testada em anos de preparação e luta, armada com um programa e métodos claros, que se preparasse firmemente para a revolução.

Nos 150 anos da Comuna, rendemos homenagem aos revolucionários e aos milhares de trabalhadores que tombaram, defendendo a causa da emancipação humana. Muito tempo se passou desde 1871. Entre sua época e a nossa, medeia já um longo intervalo de tempo, rico em grandes experiências, que não fizeram mais do que ressaltar o caráter bárbaro do capitalismo agônico, repleto de guerras, epidemias, fome e desespero. Em nossa época, é urgente que a vanguarda classista volte suas energias para a construção do partido marxista-leninista-trotskista. A mais nobre de todas as formas de honrar a memória dos mártires da Comuna é levantar alto a bandeira do Partido Mundial da Revolução Socialista – a IV Internacional – e lutar junto aos explorados para sepultar o domínio da burguesia imperialista.

Comuna de Paris- síntese e conclusões de A guerra civil na França, de Karl Marx

Rafael Souza

Apenas alguns dias após os episódios sangrentos da Comuna, em 30 de maio de 1871, Marx apresentava ao Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) a sua penetrante análise dos fatos, intitulada “A guerra civil na França - mensagem do Conselho Geral da AIT”. A brochura, dividida em 4 capítulos, foi amplamente divulgada em 1872, traduzida para vários idiomas. Em 1891, por ocasião do aniversário de 20 anos da Comuna (oito anos após a morte de Marx), Friedrich Engels decidiu agregar “Da guerra civil” às duas primeiras mensagens de Marx à AIT, sobre a guerra franco-prussiana de 1870. O conjunto destes escritos, que passou a contar também com uma magnífica introdução de Engels, estão hoje à disposição da vanguarda militante de todos os países. Neles, é possível vislumbrar com que profundidade Marx tratou de explicar o significado transcendental da Comuna, assim como expor, em traços vigorosos, suas principais conclusões acerca deste fulgurante acontecimento. Vejamos algumas delas.

A Comuna mostrou que os interesses “nacionais” da burguesia não passam da hipócrita defesa de seus interesses de classe

Com a queda da monarquia de Luís Bonaparte, fechou-se o cerco do exército prussiano à França. Os operários que tomaram desesperadamente a causa da defesa de Paris, contra a vontade do novo governo republicano, se tornaram uma ameaça. O Governo queria a rendição;

os operários, a luta. Para Marx, Paris armada era de fato a revolução armada. A vitória militar da Paris sitiada, ou, antes, da sua Guarda Nacional, composta de operários, significaria a vitória dos trabalhadores, não apenas sobre o invasor prussiano, mas sobretudo sobre o governo capitalista de Thiers. Diante do conflito entre o dever nacional (a defesa da França) e os interesses de classe (salvaguardar a propriedade privada), a burguesia não perdeu tempo em preparar a capitulação, conquanto significasse a preservação de suas posses, bens e fontes de riqueza. Sob a bandeira de “o governo de salvação nacional jamais capitulará”, preparou-se a capitulação mais desonrosa e abjeta. Os adversários externos, França e Prússia, fecharam um acordo, e selaram uma aliança para esmagar a Comuna. O que desmascarou a fanfarronice e o palavreado patriótico da burguesia. Provou que as rivalidades nacionais terminam onde a ameaça à propriedade privada começa.

A Comuna revelou a podridão da classe burguesa, sua vilania, desonra e vigarice

A começar por Adolphe Thiers, estigmatizado por Marx como o “gnomo monstruoso”, o governo da república, proclamada em 4 de setembro, não era senão o clube dos escroques mais asquerosos, larápios e vigaristas da pior espécie. Os “rurais”, deputados latifundiários, aristocracia, legitimistas, orleanistas e bonapartistas, com seus ministros inescrupulosos, ansiavam pela antiga ordem de pilhagens do erário, de ostentações e vida boêmia, às custas dos assalariados, dos escravos modernos. Conta-se que, na fuga da canalha burguesa para Versalhes, até os ladrões comuns a acompanharam, por saberem que não teriam lugar na Paris revolucionária. A Comuna, apoderando-se dos muitos documentos e papéis deixados para trás, na pressa da fuga, publicou-os, mostrando a orgia sem fim de suas inomináveis falcatruas.

No momento de enviar plenipotenciários a Frankfurt, como exigia Bismarck, em ultimado a Thiers, para realizar a assinatura da paz infame, Jules Favre não mediu esforços em se apresentar como o mais humilde laçao a acatar todas as condições de Berlim. Nenhuma manifestação de orgulho próprio, de honradez e alteridade. Todo o contrário do manifestado contra a Comuna: ódio cego, fúria assassina, bestialidade selvagem, lançando a “soldadesca mercenária” para exterminar os comunardos. A Comuna, ainda que em minoria, lutou bravamente até a última barricada. Ao perecer, caiu com toda a dignidade e nobreza

dos que não se vendem nem se corrompem; dos que, ao contrário, desafiavam a depravada sociedade burguesa, com a bandeira vermelha nas mãos, proclamando a emancipação de toda humanidade.

A indulgência da Comuna foi amplamente aproveitada por seus inimigos

Os soldados que aderiram à Comuna e fuzilaram os generais Le-comte e Clément Thomas agiram com toda presteza e determinação. Esta determinação faltou à Comuna, cometendo o erro de deixar ir embora o “governo de defesa nacional”, sem prender um único ministro! Até mesmo os “*sergent de ville*” (polícia) “que deviam ser desarmados e presos”, segundo Marx, puderam ir embora tranquilamente para Versalhes, apenas para mais tarde unirem-se à contrarrevolução. Monarquistas e reacionários tiveram até liberdade de manifestação em Paris, sendo suprimidos apenas quando recorreram à ação armada, que resultou na morte de dois combatentes da Guarda Nacional, e alguns feridos. A tomada de reféns só muito tempo depois foi realizada pela Comuna, enquanto Versalhes recorreu a eles desde o princípio, e os fez acompanhar do fuzilamento dos prisioneiros, que lhe caíam em mãos; recurso que a Comuna só aplicou em seus últimos dias de vida. Marx menciona que um dos mais graves erros da Comuna foi não ter marchado contra Versalhes, quando esta ainda se encontrava desarmada, pondo fim às conspirações do Mirabeau-Mosca, Thiers. O preço de sua magnanimidade foi a maior carnificina operária da história da França. O próprio Flourens, prisioneiro de Versalhes, pagou com a vida o seu erro de conciliar com a grande burguesia na tentativa de tomada do poder, em 31 de outubro de 1870. A ausência de August Blanqui em Paris (preso com Flourens, desde os episódios de 1870, e ameaçado constantemente de fuzilamento), de alguma maneira, contribuiu com a falta de uma firme direção da revolução. Não casualmente, denunciava Marx, o governo de Thiers se recusava a libertá-lo na oferta de troca de reféns com o Cardeal Darboy, por saber que, se o fizesse, “daria uma cabeça à Comuna”.

Comuna mostrou que a ditadura do proletariado é o regime de transição à sociedade sem classes

A Comuna, como expressão política de emancipação dos explorados, ergueu um Estado novo, proletário, sob os escombros do velho aparato estatal burguês, demolido pelos golpes da revolução. A ditadu-

ra do proletariado, finalmente revelada em suas formas concretas, mostrou que os oprimidos não necessitam, nem de destacamento de homens armados separados do povo, nem da pesada burocracia de Estado para governar. A Comuna fundiu o Executivo e o Legislativo, e elegeu representantes dos explorados nos bairros pobres, sob o princípio de revogabilidade de mandato. Segundo Marx, no esboço de organização nacional, que a Comuna não teve tempo de desenvolver, “consta claramente que a Comuna deveria ser a forma política até mesmo das menores aldeias”. Cada localidade e cidade deveria se autoadministrar, “por meio de uma assembleia de delegados”. A unidade da nação não perderia nada com isso, mas alcançaria, pela primeira vez, uma unidade democrática real, nem burocrática nem autoritária. A ditadura proletária criou as premissas para a supressão completa do Estado, e a restituição à sociedade civil das funções, hoje monopolizadas por um corpo de tecnocratas e políticos da classe dominante. O domínio político do proletariado, apoiado no povo armado, para se completar, teria de expropriar toda a burguesia, e estabelecer seu regime como uma necessária transição à sociedade sem classes, o comunismo.

A Comuna deu os primeiros passos para uma economia planificada

As condições econômicas de uma cidade sitiada, e sem quaisquer meios financeiros à disposição, impuseram à Comuna apenas medidas compatíveis com sua situação. Ainda assim, não foram poucas as incursões do governo, disciplinando a economia, o funcionamento das fábricas, e proibindo abusos dos patrões. A Comuna estabeleceu uma nova regulamentação do trabalho, ainda que não tivesse expropriado de forma geral a grande burguesia em seu perímetro de dominação. A entrega às organizações operárias de todas as oficinas e fábricas abandonadas pelos capitalistas, certamente, impôs os primeiros elementos, ou mesmo a primeira experiência de controle e gestão operária da produção. “Com o trabalho emancipado”, dizia Marx, “todo homem se converte em trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe”. A Comuna criava as condições econômicas para a transição ao comunismo. Os meios de produção (terra, fábricas, indústrias e comércio), arrancados das mãos da burguesia, deixam já de ser capital, “meio de escravização e exploração do trabalho”, para se tornarem “simples instrumentos de trabalho livre e associado”. Eis as condições fundamen-

tais para libertação do homem de suas próprias relações econômicas, que agem como forças cegas que o dominam e o oprimem.

A Comuna revelou a importância histórica da aliança operária com a pequena burguesia e o campesinato

Em 1848, a pequena burguesia de Paris (lojistas, artesão, pequenos produtores), combatendo contra o proletariado, foi uma das responsáveis pela derrota da insurreição de junho. Imediatamente, lembra Marx, ela foi “sacrificada sem cerimônia aos seus credores”, no altar da reacionária Assembleia Constituinte. Anos de experiências, decepções e sacrifícios levaram, finalmente, a pequena burguesia urbana de Paris para o lado dos operários. A guerra a empurrou a esse caminho, e a Comuna a obrigou a escolher: libertação com o proletariado, ou a velha humilhação sob o Império. Ela escolheu a primeira. Este fato, que não tem nada de insignificante, revelou, contudo, duas grandes lições: 1) o proletariado, para chegar ao poder, necessita colocar-se à cabeça da maioria oprimida, isto é, saber unir a ele a classe média citadina e os explorados do campo; 2) provou possuir todas as qualidades políticas e organizativas para atrair a pequena burguesia para seu lado.

Para Marx, o grito da Comuna aos camponeses “nossa vitória é a vossa única esperança!” indicava com acerto o significado de um governo operário para os camponeses, cansados de impostos, reparações, usurpação de suas conquistas de 1789, autoritarismos locais, atravessadores, coletores de impostos e outros “vampiros judiciais”. O governo barato da Comuna, tanto seria um alívio para suas rendas, como o libertaria “da tirania do guarda rural, do policial e do prefeito”. O camponês francês, que oscilou em várias direções, desde Luís Felipe (1830), até o Império de Napoleão III (1851), chegou à guerra franco-prussiana cada vez mais distante da aristocracia rural e seus estafetas da Assembleia Nacional de Thiers. “*Os rurais*”, dizia Marx, “*sabiam que três meses de livre comunicação da Paris Comunal com as provinciais desencadearia uma sublevação geral dos camponeses; daí sua ansiedade em estabelecer um bloqueio policial em torno de Paris*”. As condições estritamente locais da sublevação operária, circunscritas à capital francesa, e o pouco tempo de que dispôs não permitiram forjar uma aliança operário-camponesa. Não havia dúvidas, todavia, de que era este o grande segredo (e, por isso mesmo, temido com horror pelos versalhenses) capaz de abrir as portas à vitória da Comuna por todo o território francês.

A Comuna indicou o caminho da fraternidade internacional dos trabalhadores

As notícias da Comuna foram seguidas com paixão pelos operários conscientes de todo mundo. A Paris cosmopolita, que abrigara durante décadas os refugiados políticos do mundo, agora como Comuna, dera a eles “a chance de morrer por uma causa imortal”. Desde seu nascimento, a Comuna proclamou como seu objetivo a libertação de todos os explorados. Ela se ergueu como a pátria internacional do trabalho, e fez da bandeira vermelha o seu estandarte, por representar, não qualquer aspiração nacional, mas unicamente o sangue derramado dos trabalhadores. A Comuna acolheu todos os filhos da classe operária, que vieram por ela lutar e compartilhar de sua sorte. Inúmeros estrangeiros tomaram parte em suas atividades, alguns assumindo cargos de extrema responsabilidade. A Comuna mostrou, dessa forma, que a luta contra a burguesia e seu regime despoja os trabalhadores de todo o mundo dos piores preconceitos nacionais, e os irmana em solidariedade internacional de classe. A Comuna, ainda que cercada e fadada a sucumbir, fez ecoar o poder irresistível de seu apelo, a força moral de suas ações, a ousadia dos que tomavam o céu de assalto, por toda a classe operária da Europa e da América do Norte. O proletariado mundial, contudo, apenas despertado em seus primeiros passos na independência de classe, não poderia vir em socorro da grande Comuna. As condições mesmas de sua derrota, porém, não deixaram dúvidas: não há lugar para a vitória dos trabalhadores, senão pela revolução proletária internacional.

MANIFESTO DO POR

140 anos da Comuna de Paris

Em 18 de março de 1871, os operários e a pequena-burguesia parisiense se levantaram em armas contra a capitulação do governo Thiers, diante do exército prussiano de Bismark. Oito dias depois, a Comuna era eleita e, em seguida, em 26 de março, proclamada. No mês de abril, Thiers, que havia transferido o governo para Versalhes, reorganizou o exército e passou à ofensiva militar contra Paris. No início de maio, a reação burguesa apertou o cerco à Comuna, que resistiu. No dia 21 desse mês, as forças da contrarrevolução penetraram em Paris. A guerra civil atingiu o seu ponto mais alto, evidenciando a superioridade militar de Versalhes e a heroica resistência dos comunardos. 28 de maio, a Comuna é finalmente destruída.

Por 72 dias, Paris esteve sob o governo da classe operária e da pequena-burguesia. A semana que encerrou a primeira experiência do poder operário ficou marcada pela grandiosidade como os revolucionários defenderam, com a vida, a conquista de 18 de março; e pela bestial violência como a burguesia contrarrevolucionária reconquistou Paris. Foram 30 mil mortos, entre eles um número elevado de mulheres, velhos e crianças. “Paris se transformou em um imenso matadouro”. Eis a imagem precisa da Semana de Maio de 1871.

A burguesia francesa e os monárquicos que a acompanhavam desde a revolução de 1789 sufocaram em sangue a Comuna de Paris, mas não eliminaram as suas experiências, que deram à história a primeira revolução proletária. Nada que a burguesia francesa e nada que a burguesia internacional tenha feito posterior à queda sangrenta da Comuna pôde ou poderá apagá-la, descorá-la ou embaralhá-la. A bandeira vermelha que tremou nos punhos do proletariado parisiense e o sangue de seus defensores vivificaram e vivificam a Comuna de Paris.

O ódio de Thiers aos operários, ordenando aos comandantes do exército, que matassem os vencidos, rendidos e feridos que se achavam nos leitos expressou um ódio de classe. Os operários foram longe demais, tomando o poder pelas armas, expulsando o governo burguês, modificando a estrutura de Estado, ao ponto de dissolver o exército permanente e a polícia, armando a população, estabelecendo a democracia direta, utilizando o voto universal, convocando os operários a tomar em suas mãos as fábricas desativadas, extirpando o carreirismo político, retirando o poder de dominação da Igreja e trabalhando para os explorados vencerem o analfabetismo e a ignorância, impostos pela sociedade de classe. Os operários foram longe em sua luta, demonstrando que os pobres e oprimidos podem se encarregar do Estado, colocar em funcionamento a sociedade e iniciar uma nova etapa histórica distinta das anteriores, em que se constituíram as relações de exploração do homem pelo homem, de dominação de uma nação sobre outra e opressão de um povo sobre outro.

O ódio de classe da burguesia aos comunardos se materializou na guerra civil, no interior da qual toda sorte de vilania, calúnia, difamação e mentira foi usada por Thiers contra a Comuna, para conquistar o apoio do restante da França, particularmente dos camponeses. Sob a República que os explorados impuseram em 4 de setembro de 1870, depois da derrota de Napoleão III em Sedan, instalou-se um poder incapaz de organizar a resistência dos franceses ao avanço das tropas prussianas sobre Paris, anexação de Alsácia-Lorena, ao saque do Tesouro nacional e à violência contra a população faminta.

Esse é o retrato da força contrarrevolucionária que penetrou os muros de Paris, contando com o auxílio de Bismarck. Uma força que expôs a face fria da ditadura de classe da burguesia.

O Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra civil na França em 1871, redigido por Marx, responde à declaração do vencedor Thiers, de que afinal houve “o triunfo da ordem, da justiça e da civilização”, com as seguintes palavras: “A civilização e a justiça da ordem burguesa aparecem em todo o sinistro esplendor, onde quer que os escravos e os párias dessa ordem ousem rebelar-se contra os seus senhores. Em tais momentos, essa civilização e essa justiça mostram o que são: selvageria sem máscara e vingança sem lei. Cada nova crise que se produz na luta de classes entre os produtores e os apropriadores faz ressaltar esse fato com maior clareza. Mesmo as atrocidades cometidas pela burguesia em junho de 1848 empalidecem

diante da infâmia indescritível de 1871. O heroísmo abnegado com que a população – homens, mulheres e crianças – lutou durante oito dias, desde a entrada dos versalheses na cidade, reflete a grandeza de sua causa, do mesmo modo que as façanhas infernais da soldadesca refletem o espírito inato dessa civilização, da qual é ela o braço vingador e mercenário. Gloriosa civilização essa, cujo grande problema consiste em saber como livrar-se dos montões de cadáveres feitos por ela, depois de cessada a batalha!”. Eis o rosto da ditadura de classe dos capitalistas, com a qual a República burguesa venceu a primeira revolução proletária e deixou para trás a monarquia.

A Comuna de Paris e o massacre dos comunardos concluíram o longo processo histórico de constituição da burguesia como classe dominante. Vinte e três anos antes, o proletariado francês bem menos desenvolvido teve um embate com a burguesia e evidenciou o futuro da República e a nova luta de classes. Marx sintetizou em *As lutas de classes na França (1848-1849)*:

“Em junho de 1848, a república burguesa em formação inscrevera a sua data de nascimento no livro da História com uma batalha inenarrável contra o proletariado; em junho de 1849, a república burguesa constituída o fez mediante uma comédia inqualificável representada pela pequena burguesia.”

O proletariado concentrado em Paris havia alcançado um grau de desenvolvimento com a industrialização, que, sob a circunstância da guerra e da fome, lhe permitiu tomar o poder, mas não o suficiente para conservá-lo. Sem as condições econômicas e sociais, a Comuna não poderia derrotar a ditadura de classe da burguesia. Marx tinha plena compreensão da imaturidade do proletariado para impor seu poder. Aconselhou os membros da Associação Internacional dos Trabalhadores a não se colocar pela derrubada do governo provisório, nascido da revolta de 4 de setembro de 1870, por considerar que as condições não permitiam a vitória.

As experiências de 1848-1850 haviam trazido importantes lições, entre elas a necessidade do proletariado se organizar sob o programa comunista. Por mais combativa que fosse a organização dirigida por L. Blanqui, não poderia conduzir a bom termo a revolução, tanto por sua concepção conspirativa da luta pelo poder, quanto pelas condições históricas de desenvolvimento do proletariado. Engels tinha os blanquistas como socialistas só por instinto proletário. A maioria dos componentes

franceses da Associação Internacional dos Trabalhadores, por sua vez, era adepta do socialismo pequeno-burguês de Proudhon. A militância, orientada pelo socialismo científico que Marx e Engels desenvolviam, era minoritária. Por mais capaz e abnegada que fosse, não estava em condições de cumprir a função de dirigente da revolução.

Muitos, portanto, foram os erros e fraquezas da direção proletária, assinalados por Marx, e assimilados como experiência histórica. Nenhum dos grandes marxistas posteriores à Comuna de Paris deixou de aprender com suas lições e colocá-las em prática construindo o partido do proletariado.

Lênin, no quadragésimo aniversário da Comuna, mostra que passam os anos e a classe operária continua a honrar a memória dos militantes da revolução de 18 de março de 1871. Conclui:

“A causa da Comuna é a causa da revolução social, a causa da total emancipação política e econômica dos trabalhadores, é a causa do proletariado mundial. E, nesse sentido, ela é imortal!”

Trotsky dedicou um amplo estudo sobre os acontecimentos de 70/71. Procurou assimilar o máximo das experiências da primeira revolução proletária. Entre elas, que o programa e o partido são decisivos na luta pelo socialismo. A Comuna não tinha como se impor, sem que o proletariado constituísse uma ditadura revolucionária, resultante da destruição da ditadura de classe da burguesia. A democracia proletária despontou no seio da Comuna. Mas não havia condições para transformar a conquista do poder em Paris, como previa Marx, em um governo operário assentado nas massas que exercesse sua ditadura de classe contra a burguesia e que desenvolvesse a democracia comunal.

As lições da Comuna e as avaliações de Marx foram e são cruciais para a construção do partido-programa. A luta dos operários parisienses confirmou os fundamentos do socialismo científico e expôs o valor do Manifesto do Partido Comunista, de 1847. Trotsky resume a importância da Comuna de Paris para o desenvolvimento do socialismo:

“Para os proletários educados na doutrina marxista, o socialismo deixou de ser algo que pudesse se realizar imediatamente e em todas as circunstâncias. Mesmo no caso de apossarem do poder político, somente deviam implantar aquela parte do socialismo que se tornasse possível nas circunstâncias. Segundo essa concepção, a implantação do socialismo não poderia ser com um golpe de mão, mas o resultado de um longo processo histórico. Ao mesmo tempo, advertia-se aos

socialistas que, em cada situação, somente assumissem aquelas tarefas que fossem realizáveis, dadas as forças em luta e as condições materiais de existência. E, procedendo adequadamente, se evitasse assim que os socialistas fracassassem em sua empreitada, ou que caíssem em situações desesperadoras, que lhes obrigassem a exercer um terrorismo sangrento, contrário ao espírito proletário e ao socialismo.”

A Comuna permitiu a Marx e Engels alicerçarem o materialismo histórico como parte da ciência e do programa do proletariado. A rica experiência e as extraordinárias lições dos operários, que se levantaram em defesa da República social e que tornaram a Comuna na mais avançada luta pela emancipação dos trabalhadores da escravidão capitalista, serviram ao proletariado e aos marxistas russos na guerra civil e na insurreição de 1917, para desta vez alcançar a vitória completa contra a burguesia.

Marx e Engels foram atacados por defenderem a ditadura do proletariado. Não ocultaram que a luta de classes sangrenta na revolução de 1848 e na Comuna de Paris contribuíram decisivamente para formular esse fundamento histórico, sem o qual a classe operária não vencerá a contrarrevolução burguesa. No vigésimo aniversário da Comuna, Engels escreveu um prefácio para a reedição do manifesto do Conselho Geral da Internacional sobre a Guerra Civil na França, e assinala um dos mais incisivos ensinamentos:

“Em realidade, o Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, tanto na república democrática como sob a monarquia; e, no melhor dos casos, um mal que se transmite hereditariamente ao proletariado triunfante em sua luta pela dominação de classe. Como fez a Comuna, o proletariado vitorioso não pode deixar de amputar imediatamente, na medida do possível, os aspectos mais nocivos desse mal, até que uma futura geração, formada em circunstâncias sociais novas e livres, possa desfazer-se completamente desse velho traste do Estado. Ultimamente, as palavras ‘ditadura do proletariado’ voltaram a despertar um sagrado terror ao filisteu social democrata. Pois bem, senhores, quereis saber que face tem essa ditadura? Olhai para a Comuna de Paris: eis aí a ditadura do proletariado!”

A gloriosa Comuna de Paris faz 140 anos. Um lapso de tempo diante do longo percurso histórico da luta de classes. Mas o suficiente para comprovar que a burguesia se tornou uma classe bárbara e o proletariado

se constituiu em força motriz do progresso histórico, cujo objetivo final se concentra na tarefa de demolir a velha sociedade de classes e edificar a sociedade comunista.

A melhor maneira de aprender com a Comuna é construir o partido marxista-leninista-trotskista. As lições dos operários parisienses são caras aos revolucionários, que vivem e atuam de acordo com as leis da história. O Partido Operário Revolucionário empunha a mesma bandeira vermelha que tremulou na Comuna e que foi defendida com sangue pelos operários em 1871.

Viva a Comuna de Paris!

Honramos a memória dos comunardos, que tombaram sob a ditadura de classe da burguesia, não afrouxando os punhos que ergueram a bandeira vermelha da Comuna de Paris!

Apresentação do folheto 140 anos da Comuna de Paris

Atilio de Castro

No aniversário de 130 anos da Comuna de Paris, editamos dois folhetos. Agora, dez anos depois, os reunimos em uma só publicação, acrescentando o manifesto dedicado aos 140 anos. Ao fazer a revisão, encontramos muitas incorreções de língua e imperfeições de tradução dos textos de Trotsky e Lênin. A militância de um partido em formação enfrenta todo tipo de limitação. Mas com abnegação se desenvolvem os quadros e se avança a militância profissional no sentido leninista da concepção.

O POR se acha, hoje, em melhores condições de fazer uma nova edição. Não como gostaríamos que fosse, uma vez que as limitações ainda são significativas. Construimos o partido levantando pedra sobre pedra. Os recursos materiais vêm das sacrificadas contribuições da militância formada de assalariados e da venda das publicações, fruto da luta corpo a corpo dos poristas para convencer os trabalhadores e a juventude da importância do programa, da teoria e da política do proletariado. O fato de podermos fazer uma edição melhor do folheto sobre a Comuna nos fortalece diante da gigantesca tarefa de vencer o domínio ideológico da burguesia, construindo o partido da revolução proletária.

A Comuna de Paris gerou o embrião da revolução proletária e do comunismo. Na conquista do poder em 18 de março pelo proletariado parisiense e na mortífera queda da Comuna em 28 de maio de 1871, encontra-se a célula histórica da nova sociedade livre da exploração do homem pelo homem e de todas as chagas que brotam da opressão social. Está aí por que Marx e Engels empunharam a bandeira da Comuna, e saíram em sua defesa por meio da Associação Internacional dos Trabalhadores (a I Internacional).

A revolução de 1848, na França, fez despontar a classe operária como a classe revolucionária antagônica à burguesia e distinta da pequena burguesia oprimida. A revolução de 1871, ainda que ficasse quase que circunscrita a Paris, confirmou a possibilidade histórica do proletariado tomar o poder, desmontar o Estado burguês, edificar a democracia dos explorados e transformar as relações econômicas.

O pouco e o elementar que se fez em 72 dias de existência, no sentido de pôr fim à opressão de classe, foram extraordinários. Com toda a inexperiência, a incultura, o despreparo político e a confusão própria das circunstâncias, os operários e suas lideranças mostraram-se à altura de grandiosas realizações democráticas, que a burguesia, com sua bandeira de igualdade, liberdade e fraternidade, já não podia ostentar e cumprir.

Pela primeira vez, colocaram-se frente a frente a ditadura de classe da burguesia e a ditadura de classe do proletariado. A derrota da Comuna foi a vitória da ditadura de classe da minoria exploradora contra a maioria explorada. O massacre da semana de 21 a 28 de maio ressaltou-se na história do capitalismo do final do século 19 não apenas pela forma bárbara de liquidação de uma revolução social, mas também por ter exposto por completo a forma de dominação da burguesia - a ditadura de classe da minoria capitalista sobre a imensa maioria proletária e pequeno-burguesa oprimida - e, em contrapartida, a forma de dominação inicial e transitória da maioria explorada - a ditadura de classe do proletariado.

A classe operária se lançou de corpo e alma na revolução de 1848 para derrotar a monarquia e conquistar a república. Defendia uma república social, sem se dar conta de que a burguesia dirigente somente poderia pôr em pé a república capitalista. No momento em que o proletariado em luta se deu conta dessa realidade e procurou avançar como classe independente, se chocou com o poder burguês. Em 1870 e 1871, deparou-se novamente com a burguesia abrigada na monarquia e lutou pela república, proclamada em setembro de 1870. O agravamento da guerra franco-prussiana lançou o proletariado contra a coalizão constituída pela s frações monárquicas e republicanas. A Comuna nasceu sob a república burguesa e em contraposição a ela, ou seja, contra a ditadura de classe dos exploradores.

Lênin, no livro *O Estado e a Revolução*, expõe detalhadamente as conclusões de Marx e Engels sobre a necessidade da revolução proletária destruir a máquina militar e burocrática do Estado, como condição para suprimir a ditadura de classe da burguesia. A Revolução Russa foi a se-

gunda vez em que a classe operária tomou em suas mãos o poder. Desta vez, vitorioso. A experiência da Comuna de Paris e as lições extraídas por Marx foram decisivas.

Os oportunistas se lançam à façanha de colocar um precipício entre as duas revoluções proletárias. Há também os revisionistas mais cautelosos, que se ocupam em obscurecer a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Escondem que a Comuna de Paris arrancou todas as máscaras que acobertavam a ditadura de classe da burguesia, e revelou que somente será derrubada do poder por meio da revolução violenta da maioria contra a minoria.

O POR reivindica a Comuna em sua plenitude, mas fundamentalmente da estratégia histórica ali germinada. Os textos que publicamos dos clássicos do marxismo e os por nós escritos convergem para esse ponto.

*Pelo CC do Partido Operário Revolucionário - Atilio de Castro
31 de maio de 2011*

Como parte da campanha dos 150 anos da Comuna de Paris, publicamos a sequência dos principais acontecimentos e decretos do governo Comunal, que vão da origem da revolução proletária em 18 de março ao seu esmagamento pela contrarrevolução de 28 de maio de 1871. São documentos de valor histórico para o movimento revolucionário do proletariado, que conservam importantes lições para o presente.

Deste Marx e Engels, os marxistas se viram obrigados a defender a Comuna de Paris como a primeira revolução social em que a classe operária chegou ao poder do Estado. Lênin e Trotsky se apoiaram nas posições da I Internacional e, sobretudo, na Terceira Mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), proferida por Marx em 30 de maio de 1871, que veio a ser denominada Guerra Civil na França. A Primeira Mensagem de 23 de julho de 1870 constituiu o primeiro manifesto, voltado a um posicionamento da I Internacional diante da guerra franco-prussiana. Em 9 de setembro de 1870, foi apresentado o Segundo Manifesto sobre a guerra franco-prussiana. Essas três Mensagens demonstram a orientação do internacionalismo proletário, desenvolvida por Marx e Engels nas condições concretas da guerra franco-prussiana e do levante operário e popular que deu origem à Comuna de Paris. As formulações aí contidas fazem parte da concepção e do programa da revolução mundial.

As resoluções e decretos da Comuna de Paris, abaixo reproduzidas, foram incorporados e analisados criticamente por Marx no Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra civil na França.

72 dias da Comuna de Paris

1. Na noite de 17 para 18 de março

O general Lecomte tenta um golpe para se apoderar dos canhões da Guarda Nacional, colocados sobre a colina de Montmartre. Ordena

atirar em quem resistir. É feito prisioneiro.

2. 18 de março.

As tropas e a população operária em armas se confraternizam. Os insurretos fuzilam, em Montmartre, os generais Lecomte e Clément Thomas.

3. 19 de março.

Thiers e o general Vinoy se refugiam em Versalhes, onde a Assembleia Nacional se reúne.

4. 20 de março. Nota do Comitê Central

Cidadãos:

Ao deixar Paris, o poder que acabou de entrar em colapso, sob o desprezo popular, paralisou e desorganizou os serviços públicos. Uma circular ordenou que os seus funcionários fossem a Versalhes.

O telégrafo, esse serviço público útil, entre outros nesse momento de enorme crise, de renovação, não foi esquecido neste complô monárquico. Todos os serviços, todas as comunicações com as províncias estão interrompidas. Eles querem nos trair. Todos os funcionários superiores e muitos funcionários subalternos já estão em Versalhes.

Denunciamos ao Povo de Paris este processo criminoso. É uma nova armadilha perigosa neste grande processo entre Povos e reis.

Enquanto isso, e para consagrar a obra do momento, suspendemos o serviço telegráfico privado em Paris.

5. 23 de março. Proclamação da Segunda Comuna de Lyon

Comuna de Lyon

O Comitê Democrático da Guarda Nacional do Ródano,

O Comitê Central Democrático da Aliança Republicana do Ródano, aos Lyonenses.

CIDADÃOS!

A Comuna acaba de ser proclamada do alto da sacada da Câmara Municipal, sob aplausos frenéticos de toda a população.

Nossa cidade, que em 4 de setembro foi a primeira a proclamar a República, não demorou muito para imitar Paris.

Honremos esta enérgica e corajosa população de Lyon.

Vocês acabam de participar no restabelecimento da liberdade e da verdadeira República.

Vocês acabam de assumir o controle de seus interesses, há muito absorvidos pelo Poder central.

Com a Comuna, Cidadãos, teremos um único poder, que concentrará em suas mãos as Forças Armadas e a Polícia Municipal.

Com a Comuna, os impostos serão aliviados, o dinheiro público não será mais desperdiçado, instituições sociais serão criadas e colocadas em funcionamento, movidas com legítima dedicação pelos trabalhadores.

Cidadãos, começa uma nova era para a nossa Cidade!

Quantos sofrimentos e misérias serão aliviados, enquanto se espera que desapareça a odiosa praga social chamada Pauperismo!

Que os habitantes permaneçam calmos e dignos em sua vitória.

Que eles tenham confiança, e logo a ordem e a prosperidade não serão mais palavras vãs.

Mostremos com a nossa atitude para com os inimigos da verdadeira liberdade que o Povo nunca confunde esta sublime instituição chamada Comuna com os excessos de que é torpemente acusada.

Em breve nossos próprios detratores serão forçados a reconhecer que o Povo é digno de ser governado por instituições republicanas.

Estejamos unidos e permaneçamos armados, para manter a única e indivisível República.

Viva Comuna! Viva a República!

6. 24 de março. Manifesto da Associação Internacional dos Trabalhadores

TRABALHADORES,

Uma longa sucessão de reveses, uma catástrofe que parece arrastar o nosso país à ruína completa, tal é o balanço da situação, criada na França pelos governos que a dominaram.

Perdemos as condições necessárias para nos reerguer dessa degradação? Estaremos degenerados ao ponto de suportar com resignação o despotismo hipócrita daqueles que nos entregaram ao estrangeiro, e de não reunir energia, por meio da guerra civil, para evitar nossa irremediável ruína?

Os últimos acontecimentos demonstraram a força do povo de Paris; estamos convencidos de que um acordo fraternal logo demonstrará a sua sabedoria.

O princípio da autoridade é, de agora em diante, impotente para restabelecer a ordem nas ruas, fazer renascer o trabalho nas oficinas, e essa impotência é a sua negação.

A não solidariedade de interesses criou a ruína geral e engendrou a guerra social; é preciso pedir a liberdade, a igualdade e a solidariedade, para garantir a ordem sobre novas bases, reorganizar o trabalho, que é a sua condição primordial.

TRABALHADORES,

A revolução Comunal afirma esses princípios e afasta qualquer causa de conflito no futuro. Vocês hesitarão em dar-lhes sua aprovação definitiva?

A independência da Comuna é a prova de um contrato, cujas cláusulas livremente debatidas farão cessar o antagonismo de classes e garantirão a igualdade social.

Reivindicamos a emancipação dos trabalhadores e a delegação Comunal a garantiu, porque deve proporcionar a cada cidadão os meios para defender seus direitos, de controlar de maneira eficaz os atos de seus dirigentes, encarregados de gerir seus interesses e determinar a aplicação progressiva de reformas sociais.

A autonomia de cada Comuna elimina qualquer característica opressiva às suas reivindicações e afirma a República, em sua mais alta expressão.

TRABALHADORES,

Lutemos e aprendemos a sofrer por nossos princípios igualitários, não saberíamos recuar agora, podemos ajudar a colocar a primeira pedra do edifício social.

O que reivindicamos?

A organização do crédito, do câmbio, da Associação, a fim de garantir ao trabalhador o valor integral de seu trabalho;

Educação gratuita, laica e integral;

O direito de reunião e associação, liberdade absoluta de imprensa e também do cidadão;

A organização do ponto de vista municipal dos serviços da polícia, das forças armadas, da higiene, de estatísticas, etc.;

Fomos enganados por nossos governantes, deixamos nos levar por seu jogo, enquanto eles adulavam e reprimiam, sucessivamente, as facções, cujo antagonismo assegurava sua existência.

Hoje, o Povo de Paris está vendo com clareza, recusa-se a este papel de criança comandada pelo tutor, e, nas eleições municipais, fruto de um movimento do qual ele próprio é autor, recordará que o princípio que rege a organização de um grupo, de uma associação, é o mesmo que deve governar toda a sociedade, e, assim, rejeitaria qualquer administrador, todo prefeito imposto por governo estranho às suas aspirações.

[O povo de Paris] afirmará seu direito superior ao voto de uma assembleia, o direito de permanecer senhor de sua cidade e a constituir, como lhe convenha, a sua representação municipal, sem pretender impô-la aos outros.

No domingo, 26 de março, estamos convencidos disso, o povo de Paris sentirá honrado em votar pela Comuna.

Os Delegados presentes na Sessão noturna de 23 de março de 1871: Conselho Federal das Seções Parisienses da Associação Internacional: Aubry (Federação ..) Leo Frankel, Boudet H. Goullé, Chaudesaigues Laureau, Coifé Limousin; V. Demay Martin Léon; A. Duchêne Nostag; Dupuis Ch. Rochat - Câmara Federal das Sociedades Operárias: Camélinat Lazare Levy, Descamps Pind, Evette Eugène Pottier, Galand Rouveyroles, Hamet Spoëtles, Jance A, Theisz, J. Lallemand Very

7. 26 de março. Eleições para a Comuna de Paris

No dia 26 de março, ocorreram as eleições para a Comuna de Paris. Entre os eleitos estavam: *Eugene Varlin*, encadernador e membro da Internacional. Na Comuna foi membro da comissão militar e das finanças. Foi assassinado em combate pelas tropas de Versalhes, a 28 de maio de 1871.

8. 29 de março. Decreto sobre o alistamento e Guarda Nacional

(* supressão do exército permanente. Substituição pelo povo armado, a Guarda Nacional)

A Comuna de Paris DECRETA:

1º O alistamento é abolido;

2º. Nenhuma outra força militar, além da Guarda Nacional poderá ser criada ou introduzida em Paris;

3º Todos os cidadãos válidos fazem parte da Guarda Nacional.

Câmara Municipal, 29 de março de 1871

9. 30 de Março. XII Distrito sobre Assistência Social

Aos Membros da Comuna que compõem a Municipalidade do XII Distrito:

Considerando que, em virtude do mandato que os eleitores livremente lhes conferiram, lhes é imposto o mais estrito dever de velar pelos interesses do povo.

Considerando que todos os dias inúmeros pedidos de ajuda são dirigidos à Municipalidade, que se prontifica a agir com justiça de acordo com os recursos do Orçamento;

Que, no entanto, existem especulações ignóbeis e baixas por parte das pessoas a quem a ajuda foi destinada, enquanto que muitas misérias, que é uma vergonha que se produzam, ficam ignoradas;

RESOLVEM:

Art. 1º. - Se convoca os cidadãos de boa vontade.

Art. 2º. - Fica constituído, a partir desse momento, um Comitê de Republicanos do XII Distrito, cuja tarefa será investigar todas as misérias ocultas e fazer um relatório aos membros da Comuna, abaixo assinados, que se apressarão em aliviá-los imediatamente.

Art. 3º. - Os cidadãos que compõem a referido Comitê ficam sob a proteção direta da Comuna e da Guarda Nacional.

Os membros da Comuna, pelo XII Distrito,

Géresme, Lonclas, Philippe, Theisz

As inscrições são recebidas a partir do dia 26 do corrente, na Prefeitura do XII Distrito

10. 30 de março. Convocação de professores laicos

SEGUNDO DISTRITO

Aviso

Os irmãos e irmãs das escolas cristãs deixaram seus cargos.

Convoca todos os professores laicos, para comparecer à Prefeitura, Escritório da Secretaria Geral.

Esperamos que esta lacuna seja prontamente sanada e que todos reconheçam que nunca nos foi oferecida a ocasião mais solene para inaugurar definitivamente a educação laica, gratuita e obrigatória.

A partir de agora, a ignorância e a injustiça abrem espaço à Luz e ao Direito!

Viva Comuna! Viva a República!

11. 30 de março. Resolução sobre a prostituição

Delegação Comunal do 2º Distrito.

Considerando que a sociedade é responsável e conivente com os transtornos gerados pela prostituição;

Que, de fato, a falta de educação e de trabalho, causa geral da perda de tantas mulheres, é, sem dúvida, imputável a um mecanismo social essencialmente perverso.

Que, a partir de agora, a nova Sociedade, resultado da Revolução Comunal, deve buscar a resolução de todas as chagas do passado monárquico;

Que a organização inteligente do trabalho das mulheres é o único remédio para a prostituição;

Que esta organização está em processo de formação:

Que, no entanto, e apesar do sentimento de piedade legítima que pode inspirar a situação das vítimas inconscientes da prostituição, é importante preservar por enquanto a pureza da jovem geração e poupá-la do espetáculo do vício exibido nas vias públicas;

A Delegação Comunal do 2º Distrito resolve:

ARTIGO 1º. A circulação de mulheres envolvidas na prostituição nas vias públicas está absolutamente proibida no 2º Distrito.

Art. 2º. Toda mulher que violar esta disposição será presa

imediatamente.

Art. 3º A Guarda Nacional fica encarregada da estrita execução da presente Resolução.

12. 30 de março. Resolução sobre registro de trabalhadores e empresas

Comuna DE PARIS

COMITÊ DE TRABALHO E MUDANÇA

PRIMEIRO ARTIGO

Foi aberto um registro nos municípios, onde o trabalhador é chamado a se registrar: por um lado, sua profissão, por outro, suas necessidades e o que oferece de trabalho em troca.

ART. 2º

Também foi aberto nas prefeituras um cadastro de empresas, empresários de todos os tipos, industriais, fabricantes, homens de negócios, etc., devem indicar, por meio de um questionário sobre condições, a natureza e os benefícios sociais do trabalho que estão em condições de oferecer.

ART. 3º

Se exige dos administradores de cada prefeitura de Paris que coloquem imediatamente à disposição dos interessados os locais, os registros e o pessoal necessário para a execução do presente decreto.

ART. 4º

Se convida os interessados a se reunir e nomear em seus respectivos distritos uma comissão, que se vinculará à Comissão de Trabalho e Mudança, designada pela Comuna, e que decidirá sobre as medidas a serem tomadas.

13. 2 de abril. Thiers é acusado

A Comuna de Paris

Considerando que os homens do governo de Versalhes ordenaram e começaram a guerra civil, atacaram Paris, mataram e feriram guardas nacionais, soldados de linha, mulheres e crianças,

Decreta:

Art. 1- Os Srs Thiers, Favre, Picard, Dufaure, Simon, Pothuau são indiciados.

Art. 2º - Seus bens serão confiscados, até que tenham comparecido perante a justiça do povo.

Os delegados da justiça e da segurança geral ficam encarregados da execução do presente decreto.

14. 3 de abril. Decreto de separação da Igreja do Estado

(* Decreta a separação da Igreja do Estado, a supressão do financiamento dos cultos, a nacionalização dos bens do clero, laicização da educação e o ensino gratuito)

A Comuna de Paris,

Considerando que o primeiro dos princípios da República Francesa é a liberdade;

Considerando que a liberdade de consciência é a primeira das liberdades;

Considerando que o financiamento público dos cultos é contrário a esse princípio, uma vez que é imposto aos cidadãos contra a sua própria vontade;

Considerando, na realidade, que o clero foi cúmplice dos crimes da monarquia contra a liberdade;

DECRETA:

Art. 1º. A Igreja é separada do Estado.

Art. 2º. É extinto o financiamento público dos cultos.

Art. 3º. Os bens denominados mão-morta, pertencentes às congregações religiosas, móveis e imóveis, são declarados propriedades nacionais.

Art. 4º. Far-se-á imediatamente uma investigação sobre esses bens, a fim de constatar sua natureza e colocá-los à disposição da nação.

15. 5 de abril. Decreto

(*Os versalheses, desde o dia 2 de abril, tinham começado a fuzilar os federados que caíam em suas mãos. Diante dessas notícias, os membros da Comuna publicaram o Decreto. O artigo 5º deste decreto não foi aplicado pela Comuna. Foi o próprio povo que, na Semana Sangrenta, matou cerca de 80 reféns)

A Comuna de Paris

Considerando que o governo de Versalhes pisoteia

deliberadamente tanto os direitos da humanidade quanto os da guerra, que se tornou culpado de horrores, com os quais não se macularam nem mesmo os invasores do território francês;

Considerando que os representantes da Comuna de Paris têm o dever imperioso de defender a honra e a vida dos dois milhões de habitantes, que colocaram em suas mãos o cuidado de seu destino e que exige tomar, imediatamente, todas as medidas exigidas pela situação;

Considerando que os homens políticos e os magistrados da cidade devem conciliar a salvação comum com respeito às liberdades públicas;

Decreta:

Art.1º - Toda pessoa acusada de cumplicidade com o governo de Versalhes será imediatamente indiciada e encarcerada.

Art.2º - Será instituído um júri de acusação, dentro de vinte e quatro horas, para conhecer os crimes que lhe serão imputados.

Art. 3º O júri decidirá dentro de quarenta e oito horas.

Art. 4º - Todos os acusados retidos pelo veredito do júri de acusações serão os reféns do povo de Paris.

Art. 5º -Toda execução de um prisioneiro de guerra ou de um adepto do governo regular da Comuna de Paris será imediatamente seguida pela execução de um número triplo dos reféns retidos por força do artigo 4º e que serão designados pelo sorteio.

16. 7 de abril. Restaurantes populares. Emancipação da miséria pelo trabalho

Prefeito do 8º Distrito. Comuna de Paris

Avisamos ao público que a Municipalidade do 8º Distrito está tomando medidas para garantir a satisfação de todas as necessidades urgentes de seus administrados.

A miséria é uma chaga que engendra as desordens.

O trabalho é uma riqueza que fecunda os bons sentimentos.

Proporcionar trabalho a todos, esse é a objetivo que nos propomos.

Abrir simplesmente registros de ofertas e demandas, como é feito em todos os lugares, exceto para a colocação de empregadas domésticas, é uma tarefa inútil e ilusória.

Por outro lado, as habituais agências de emprego são meio de tráfico e especulação, que devem ser evitadas, valendo-se das suas vantagens.

Mas, enquanto esperamos a solução do problema social da Organização do trabalho, de que trata a Comuna de Paris, queremos satisfazer as necessidades urgentes: subsistência, vestuário, habitação e, para os filhos, a educação.

Faremos, pelo menos, todos os esforços para prover tudo da melhor forma possível.

Por isso, em primeiro lugar, foram inaugurados três refeitórios no 8º Distrito, que irão substituir os das Cozinhas Econômicas.

Estes refeitórios vão assegurar a subsistência de todos os que delas sejam obrigados a recorrer - em troca de trabalhos que cada um possa realizar, a prazo ou a crédito.

Uma simples caderneta ou cartão de conta corrente será o meio de operação deste nova Instituição: será entregue na Prefeitura, em troca dos cartões vigentes, que conseqüentemente serão retirados e cancelados. A caderneta indicará, para cada titular, o trabalho que se compromete a contribuir em troca da conta ou crédito em espécie, que se abrirá nos Restaurantes Distritais. Quanto aos postos de trabalho, sem eliminar os existentes, se estabelecerão os novos diretamente pela Prefeitura.

O prefeito, Jules Allix.

Membro da Comuna de Paris

17. 8 de abril. Aos feridos

A Comuna de Paris

Decreta:

Todo cidadão ferido pelo inimigo, na defesa dos direitos de Paris, receberá, se seu ferimento acarretar uma incapacidade de trabalho parcial ou total, uma pensão anual e vitalícia, cujo valor será fixado por uma comissão especial, dentro dos limites de 300 a 1.200 francos.

18. 12 de abril. Decreto sobre a demolição da Coluna Vendôme

(* derrubada da Coluna de Vendôme, símbolo do chauvinismo. Essa medida foi executada em 16 de abril)

A Comuna de Paris

Considerando que a coluna imperial da Praça Vendôme é um monumento de barbárie, um símbolo de força bruta e falsa glória, uma afirmação do militarismo, uma negação do direito internacional, um insulto permanente dos vencedores aos vencidos, um atentado perpétuo a um dos três grandes princípios da República Francesa, a fraternidade,

Decreta:

Art. único - A coluna da Praça Vendôme será demolida

19. 16 de abril. Decreto sobre a requisição das oficinas abandonadas

(* Decreto que confisca as empresas abandonadas pelos capitalistas e sua entrega às associações operárias)

Atos da Comuna

Decreto sobre a organização de uma comissão de trabalho para estabelecer as estatísticas de oficinas abandonadas

A Comuna de Paris,

Considerando que muitas oficinas foram abandonadas por seus dirigentes, para fugir das obrigações cívicas e sem levar em conta os interesses dos trabalhadores;

Considerando que, em consequência desse abandono covarde, numerosos empregos essenciais à vida Comunal se acham interrompidos e a existência dos trabalhadores comprometida;

Decreta:

As Câmaras Sindicais operárias são convocadas para fins de constituição de uma comissão de inquérito tendo por objetivo:

1º Elaborar uma estatística das oficinas abandonadas, bem como um inventário exato do estado em que se encontram e dos instrumentos de trabalho que contém;

2º Apresentar relatório estabelecendo as condições práticas para o imediato funcionamento destas oficinas, não mais pelos desertores que as abandonaram, mas pela associação cooperativa dos trabalhadores que nelas trabalharam;

3º Elaborar um projeto de constituição dessas sociedades cooperativas de trabalhadores;

4º Constituir uma junta arbitral, que deverá decidir quando voltarem os respectivos patrões sobre as condições de transferência definitiva das oficinas às sociedades operárias, e sobre a parte da indenização que terão de pagar às sociedades aos patrões.

Essa comissão de inquérito dirigirá o seu relatório à Comissão Comunal do Trabalho e Mudança, que se encarregará de apresentar à Comuna, o mais rapidamente possível, o projeto de decreto, dando satisfação aos interesses da Comuna e dos trabalhadores.

20. 16 de abril. Desarmamento da burguesia

A Comissão Executiva

Por proposta do Delegado da Guerra

Decreta:

Art. 1º - As armas dos batalhões dissolvidos serão imediatamente devolvidas às administrações.

Art. 2º - Serão igualmente devolvidas às administrações as armas dos emigrados e dos refratários julgados como tais pelo Conselho de Disciplina.

Art. 3º - As municipalidades deverão mandar fazer buscas metódicas, por rua e por casa, a fim de assegurar, no mais breve prazo possível, a volta de todas essas armas.

Art. 4º - Todas as declarações falsas feitas pelos porteiros acarretarão a sua detenção imediata.

Art. 5º - Todas as armas recolhidas pelas administrações serão devolvidas ao Arsenal de Saint-Thomas D'Aquin.

Art. 6º - As armas assim restituídas servirão para armar os novos batalhões. Os fuzis Chassepot não serão dados senão aos batalhões de marcha, esperando-se que se possa dá-los a todos.

21. 19 de abril. Declaração ao povo francês

No doloroso e terrível conflito que mais uma vez impõe a Paris os horrores do cerco e do bombardeio, que faz correr o sangue francês, que mata nossos irmãos, nossas mulheres, nossos filhos, esmagados por granadas e estilhaços, é necessário que a opinião pública não seja dividida, que a consciência nacional não seja obscurecida.

É preciso que Paris e o país inteiro saibam qual é a natureza, a razão, o objetivo da revolução que se realiza. É preciso, enfim, que a responsabilidade dos lutos, dos sofrimentos e infelicidades de que somos vítimas recaiam sobre aqueles que, depois de terem traído a França e entregado Paris ao estrangeiro, perseguem com obstinação cega e cruel a ruína da capital, a fim de enterrar, no desastre da República e da liberdade, o duplo testemunho de sua traição e de seu crime.

A Comuna tem o dever de afirmar e determinar as aspirações e desejos da população de Paris; de precisar o movimento do 18 de março, incompreendido, desconhecido e caluniado pelos políticos que se acham em Versalhes.

Mais uma vez, Paris trabalha e sofre pela França inteira, da qual prepara, com seus combates e seus sacrifícios, a regeneração intelectual, moral, administrativa e econômica, a glória e a prosperidade.

O que pede?

O reconhecimento e consolidação da República, única forma de governo compatível com os direitos do povo e o desenvolvimento regular e livre da sociedade.

A autonomia absoluta da Comuna, estendida a todas as localidades da França, e garantindo a cada uma delas a integridade de seus direitos, e a todos os franceses o pleno exercício de suas faculdades e aptidões, como homem, cidadão e trabalhador.

A autonomia da Comuna não terá por limites senão o direito a igual autonomia para todas as outras Comunas que adiram ao contrato, das quais a associação deve assegurar a unidade Francesa.

Os direitos da Comuna são:

O voto do orçamento Comunal, receitas e despesas; a fixação e distribuição de impostos; a gestão dos serviços locais; a organização de seu judiciário, da polícia interior e do ensino; a administração dos bens pertencentes à Comuna;

A escolha por eleição ou concurso, com responsabilidade, e direito permanente de controle e demissão dos magistrados e funcionários Comunais de toda a ordem;

A garantia absoluta de liberdade individual, liberdade e consciência e da liberdade de trabalho;

A intervenção permanente dos cidadãos nos assuntos Comuns, para a livre manifestação das suas ideias, a livre defesa dos seus interesses, garantias sendo dadas a essas manifestações pela Comuna, a única encarregada de vigiar e assegurar o livre e justo exercício do direito de reunião e de publicidade;

A organização da defesa urbana e da Guarda Nacional, que elege seus chefes e cuida sozinha da manutenção da ordem na cidade.

Paris não deseja mais do que garantias locais, sob a condição, bem entendido, de encontrar na grande administração central, delegada das Comunas federadas, a realização e prática dos mesmos princípios.

Entretanto, em favor de sua autonomia e aproveitando a liberdade de ação, Paris se reserva o direito de realizar, como julgar conveniente, as reformas administrativas e econômicas exigidas por sua população; criar suas próprias instituições para desenvolver e propagar a educação, a produção, o intercâmbio e o crédito; universalizar o poder e a propriedade, segundo as necessidades do momento, o desejo dos interessados e os dados fornecidos pela experiência.

Nossos inimigos se enganam, ou enganam o país, quando acusam Paris de pretender a destruição da Unidade francesa, constituída pela revolução, aclamada pelos representantes de todo o país, que atenderam ao chamado da festa da Federação, de todos os lugares da velha França.

A unidade, tal como nos foi imposta até o presente pelo Império, pela monarquia e pelo parlamentarismo, não é mais do que a centralização despótica, arbitrária e onerosa.

A unidade política, tal como a quer Paris, é a associação voluntária das iniciativas locais, o concurso espontâneo e livre das energias individuais com vistas a um objetivo comum, o bem-estar, a liberdade e a segurança de todos.

A revolução Comunal, iniciada pela ação popular de 18 de março, inaugura uma era de política científica, experimental e positiva.

É o fim do velho mundo governamental e clerical, do militarismo, do funcionalismo, da exploração, da agiotagem, dos monopólios, dos privilégios, aos quais o proletariado deve a sua servidão, e a pátria, o seu infortúnio e desastre.

Que esta grande e querida Pátria, enganada por mentiras e calúnias, se tranquilize!

A luta travada entre Paris e Versalhes é daquela que não pode acabar em compromissos ilusórios: o final não pode ser duvidoso. A vitória, perseguida com energia incontrolável pela Guarda Nacional, ficará com a ideia e com o direito.

Apelamos para a França!

Advertida de que Paris em armas possui tanta calma quanto bravura; que sustenta a ordem com tanta energia quanto entusiasmo; que se sacrifica com tanta razão quanto heroísmo; que se armou somente pela abnegação à liberdade e à glória de todos, que a França cesse este conflito sangrento!

Cabe à França desarmar Versalhes, com a solene manifestação de sua vontade irresistível.

Chamada a beneficiar-se de nossas conquistas, que ela se declare solidária com nossos esforços; que seja nossa aliada neste combate que não pode acabar senão pelo triunfo da ideia Comunal, ou pela ruína de Paris!

Quanto a nós, cidadãos de Paris, temos a tarefa de realizar a revolução moderna, a maior e a mais fecunda de todas as que iluminaram a história.

Temos o dever de lutar e vencer!

A Comuna de Paris

22. 27 de abril. Supressão das multas

A Comissão Executiva

Considerando que certas administrações puseram em uso o sistema de multas e retenções sobre os soldos e salários;

Que essas multas são frequentemente impostas sob os mais fúteis pretextos e constituem uma perda real para o empregado e o operário;

Que, em direito, nada autoriza esses descontos arbitrários e vexatórios;

Que, na realidade, as multas disfarçam uma diminuição de salários e servem aos lucros daqueles que as impõem;

Que nenhuma justiça regular preside essa espécie de punições, tão

imorais no fundo quanto na forma;

Por proposta da Comissão do Trabalho, da Indústria e do Câmbio.

Decreta:

Art. 1º - Nenhuma administração, privada ou pública, poderá impor multas ou retenções aos empregados e aos operários, cujos salários, acordados antecipadamente, devem ser pagos integralmente.

Art. 2º Qualquer infração desta disposição será levada aos tribunais.

Art. 3º- Todas as multas e retenções efetuadas depois de 18 de março, sob pretexto de punição, deverão ser restituídas àquele que tenham direito, no prazo de quinze dias, a partir da promulgação do presente decreto.

23. 6 de maio. Manifesto do Comitê Central da União de Mulheres

Do Comitê Central da União das Mulheres para a defesa de PARIS e dos cuidados aos feridos

Em nome da Revolução social que aclamamos, em nome da reivindicação dos direitos do trabalho, da igualdade e da justiça, a União das Mulheres pela Defesa de Paris e os cuidados aos feridos protesta com todas as suas forças contra o indigno chamado às cidadãs, que ontem colaram como um cartaz, proveniente de um grupo anônimo de reacionárias.

O citado chamado afirma que as mulheres de Paris apelam à generosidade de Versalhes e pedem a paz a qualquer preço ...

Generosidade dos covardes assassinos!

Uma conciliação entre a liberdade e o despotismo, entre o Povo e os seus algozes!

Não, não é a paz, mas sim a guerra feroz das trabalhadoras de Paris que estão exigindo!

Hoje, uma conciliação seria uma traição! ... Seria renegar todas as aspirações operárias, que reivindicam uma renovação social absoluta, a destruição de todas as relações jurídicas e sociais atualmente existentes, a supressão de todos os privilégios, de todas as explorações, a substituição do reino do capital pelo do trabalho,

em uma palavra, a emancipação do trabalhador por si mesmo! ...
Seis meses de sofrimento e traição durante o cerco, seis semanas de luta gigantesca contra os exploradores unidos, rios de sangue derramados pela causa da liberdade, estas são as nossas credenciais de glória e vingança! ...

A luta atual não pode ter outro resultado senão o triunfo da causa popular ... Paris não recuará, porque carrega a bandeira do futuro. A hora suprema chegou ... passagem aos trabalhadores, fora seus alçozes! ...
Atos! Energia!

A árvore da liberdade cresce regada pelo sangue de seus inimigos!

...

Todas unidas, calejadas e esclarecidas pelos sofrimentos, que as crises sociais sempre trazem consigo, profundamente convencidas de que a Comuna, representante dos princípios internacionais e revolucionários dos povos, leva os germens da revolução social, as Mulheres de Paris provarão à França e ao mundo que elas também saberão, no momento do perigo supremo - nas barricadas, nos muralhas de Paris, se a reação forçar os portões - dar como seus irmãos seu sangue e sua vida pela defesa e o triunfo da Comuna, isto é, do Povo!

Então, vitoriosos, em condições de se unir e se compreender a partir de seus interesses comuns, trabalhadores e trabalhadoras, todos solidários, com um último esforço, aniquilarão para sempre todos os vestígios de exploração e de exploradores!

VIVA A REPÚBLICA SOCIAL E UNIVERSAL! ...

VIVA O TRABALHO!

VIVA A Comuna!

24. 21 de maio. Ao povo de Paris. Às Armas!

(*ofensiva dos versalheses. Entrada pelo Portão de Saint-Cloud. Dia 23, incêndio das Tulherias. Tomada de Montmartre, primeiros massacres dos comunardos. No dia seguinte, incêndios dos Palácios da Legião da Honra, do Tribunal de Contas, do Conselho de Estado, do Palácio da Justiça, da Câmara Municipal. Os comunardos respondem ao massacre, fuzilando 10 reféns)

CIDADÃOS,

O Portão de Saint-Cloud, cercado pelos quatro lados, ao mesmo

tempo pelo fogo de Mont-Valérien, a colina Montmartre e Forte d'Issy, que a traição entregou; o Portão de Saint-Coud foi forçado pelos versalheses, que se espalharam sobre uma parte do território parisiense. Este revés, longe de nos abater, deve ser um estimulante energético. O povo que destronou os reis, que destruiu as Bastilhas; o povo de 1789 e 1793, o povo da revolução, não pode perder um só um dia os frutos da emancipação de 18 de março. Parisienses, a luta empreendida não pode ser abandonada por ninguém, porque é a luta do futuro contra o passado, da liberdade contra o despotismo, da igualdade contra o monopólio, da fraternidade contra a servidão, da solidariedade dos povos contra o egoísmo dos opressores.

ÀS ARMAS!

Às armas, portanto. Que Paris se cubra de barricadas e, por detrás dessas trincheiras improvisadas, lance ainda aos inimigos o seu grito, grito de orgulho, grito de desafio, mas também um grito de vitória; porque Paris, com suas barricadas, é impenetrável.

Que as ruas sejam despavimentadas; primeiro, porque os projéteis inimigos, quando caem no chão, são menos perigosos; depois, porque as pedras, novos meios de defesa, deverão ser acumuladas de distância em distância, nos andares superiores das casas.

Que a Paris revolucionária, a Paris dos grandes dias, cumpra o seu dever; a Comuna e o Comitê de Segurança Pública cumprirão os seus.

O Comitê de Segurança Pública

25. 25 de maio. Apelo do Comitê Central aos soldados do exército de Versalhes

Somos pais de família.

Combatemos para impedir que nossos filhos sejam um dia submetidos, como vocês, ao despotismo militar.

Vocês serão um dia pais de família.

Se atirarem hoje contra o Povo, seus filhos os amaldiçoarão, como amaldiçoamos os soldados que estraçalharam as entranhas do Povo, em junho de 1848 e dezembro de 1851.

Há dois meses, no dia 18 de março, seus irmãos do exército parisiense, com o coração ressentido contra os covardes que

venderam a França, confraternizaram com o povo: imitem-nos.
Soldados, nossos filhos e irmãos, ouçam bem isto, e que sua
consciência decida:

Quando a missão é infame, a desobediência é um dever.

O Comitê Central

26. 26 e 27 de Maio. Tomada da Bastilha.

Os comunardos respondem fuzilando 34 reféns. Tomada das Colinas
Chaumont e do Père Lachaise. Massacre dos proletários.

27. 28 de maio – Nota do Marechal Comandante: De Mac-Mahon, Duque de Magenta

Paris Vencida

Habitantes de Paris

O exército da França veio salvá-los. Paris acha-se livre. Nossos
soldados tomaram, há quatro horas, as últimas posições ocupadas
pelos insurretos.

A luta termina hoje, a ordem, o trabalho e a segurança vão
renascer.

28. Anátema aos vencedores

Karl Marx (A Guerra civil na França)

A Paris dos operários de 1871, a Paris da Comuna, será para
sempre celebrada como a precursora de uma sociedade nova. A
memória de seus mártires viverá, como num santuário, no âmago
do coração da classe operária. Seus exterminadores, a História já os
prende a um pelourinho eterno e todas as preces de seus padres
não bastarão para resgatá-los.

Declaração da Associação Internacional dos Trabalhadores – sobre a guerra franco-alemã, a guerra civil na França e o combate da burguesia contra a Internacional¹

Operários!

Desde o nosso último congresso, ocorrido na Basileia, duas grandes guerras transformaram o aspecto da Europa: a guerra franco-alemã e a guerra civil na França. Mas, uma terceira guerra as precedeu, as acompanhou e, depois delas, não cessou: é a guerra contra a Associação Internacional do Trabalhadores.

Os membros parisienses da Internacional haviam declarado pública e formalmente ao povo francês: votar “sim” no plebiscito não tem outro sentido que votar pelo despotismo na França e pela guerra no exterior. Foram detidos, à véspera do plebiscito, em 29 de abril de 1870, sob o pretexto de que haviam tomado parte em uma pretensa conspiração, organizada com o objetivo de assassinar Luís Napoleão. No mesmo momento, os membros da Internacional eram detidos em Lyon, Rouen, Marselha, Brest, e em outras cidades. Em sua declaração de 3 de maio de 1870, o Conselho geral proclamava: “Esta conspiração é digna de lembrança grotesca de seus dois predecessores. As medidas brutais e escandalosas não podem ter outro objetivo que o da preparação do plebiscito”. Tínhamos razão. Vemos, agora, nos escritos, que, depois da queda do governo de Dezembro, têm sido publicados, por seus sucessores, que este complô foi tramado pela mesma polícia bonapartista. Em uma cir-

1. Título dado por nós

cular, que Olliver enviou a seus agentes, poucos dias antes do plebiscito, prescrevia-se: “Haverá que prender os líderes da Internacional, sem isso o plebiscito poderá sair mal para nós”.

Após o final dessa comédia plebiscitária, os membros do Conselho Federal de Paris foram condenados pelos juízes de Luís Bonaparte, mas somente por sua participação na Internacional, e não por nenhum envolvimento no complô imaginário. Então, o governo bonapartista achou necessário começar a funesta guerra, que havia empreendido na França por uma campanha preparatória contra as seções francesas da Associação Internacional dos Trabalhadores. Não esqueçamos que a classe operária francesa se levantou como um só homem para rechaçar o plebiscito. Não esqueçamos tampouco que as bolsas, os ministérios, as classes dirigentes e a imprensa de toda a Europa festejaram o plebiscito, como um triunfo conseguido pelo Império francês sobre a classe operária francesa (declaração do Conselho Geral sobre a guerra, datada de 23 de julho de 1870).

Algumas semanas depois do plebiscito, quando a imprensa bonapartista começou a insuflar o ânimo guerreiro no povo francês, os membros parisienses da Internacional, sem se deixar intimidar pelas perseguições do governo, publicaram sua chamada do 12 de julho, “Aos trabalhadores de todas as nações”, onde denunciavam a guerra projetada como uma necessidade criminosa, diziam a seus irmãos alemães que “sua divisão não conduziria mais que ao completo triunfo do despotismo de ambos lados do Reno “ e declararam: “Nós, membros da Internacional, não conhecemos nenhuma fronteira”.

Essa chamada encontrou um eco entusiasta na Alemanha, de tal forma que o Conselho geral, em seu manifesto de 23 de julho de 1870, podia dizer com todo direito: “O fato é que, no preciso momento em que a França oficial e a Alemanha oficial entravam em uma guerra fratricida, os operários da França e da Alemanha trocavam mutualmente mensagens de paz. Esse grande fato, sem exemplo na História, mostra que, em oposição ao velho mundo, com seus sofrimentos sociais e sua loucura política, se desenvolve uma nova sociedade, que não terá outra política exterior senão a da paz, pois não conhece outra política interior senão a do trabalho. São os membros da Internacional que abrirão o caminho a essa nova sociedade”.

Até a proclamação da República, os membros do Conselho Federal permaneciam entre as grades. Enquanto que os outros membros da

Associação eram tratados, todos os dias, como espiões prussianos pelo populacho.

Quando, com a capitulação de Sedán, acabou o Segundo Império, como havia começado, por uma comédia, a guerra franco-alemã entrou no seu segundo estágio. Converteu-se em uma guerra contra o povo francês. Depois de todas as declarações solenes, segundo as quais somente havia tomado as armas para defender-se contra um ataque estrangeiro, a Prússia deixou cair a máscara, e proclamou uma guerra de conquista. Desde esse momento, não só se viu obrigada a combater a República francesa, mas, ao mesmo tempo, a Internacional na Alemanha. Não podemos senão resumir aqui o desenvolvimento dessa guerra. Desde o princípio, foram postos em estado de sítio a maior parte dos Estados federados da Alemanha do Norte, assim, Hannover, Oldenbiurg, Bremen, Hamburgo, Brunswick, Schleswig-Holstein, Mecklembourg, Pomerania e a província da Prússia, que foram entregues à dominação do general Vogel von Falckenstein. Esse estado de sítio, anunciado como uma proteção contra o perigo exterior, imediatamente, se transformou em um estado de guerra contra a Internacional alemã. No dia seguinte da proclamação da República em Paris, o comitê central do partido socialdemocrata dos trabalhadores alemães em Brunswick, que constituía uma seção da Internacional dentro dos limites dispostos pelas leis locais desse país, publicou um manifesto de 5 de setembro. Convidava os operários a se oporem com todas as suas forças à repartição da França, que exigissem uma paz honrosa para ela e o reconhecimento da República francesa. O manifesto designava como um crime a projetada anexação da Alsacia e Lorena, pois teria como consequência transformar a Alemanha em um quartel prussiano e elevar a guerra à categoria de uma instituição europeia. Em 9 de setembro, Vogel von Falckenstein prendeu os membros do comitê de Brunswick, e os conduziu para um lugar distante a 130 milhas alemãs, a Lötzen, fortaleza prussiana na fronteira russa, onde os tratamentos criminosos que sofreram contrastavam com a suntuosa hospitalidade oferecida no hotel imperial de Wilhelmshöhe. Como os encarceramentos em calabouços, a deportação de operários alemães de um Estado alemão a outro, a repressão à imprensa operária, as brutalidades militares e as calúnias de todo tipo, inventadas pela polícia, não tinham impedido a vanguarda internacional da classe operária alemã de atuar como aconselhava o manifesto de Brunswick, Vogel von Falckenstein proibiu, no decreto de 21 de setembro, toda reunião do

partido socialdemocrata. Essa proibição foi levantada por um decreto de 5 de outubro, no qual ordenava sutilmente a todos os espíões de sua polícia que denunciasses nominalmente todos os indivíduos que, por manifestações públicas, animassem a França a resistir às condições de paz impostas pela Alemanha, a fim de colocar essas pessoas em situação de não poderem contestá-las durante a guerra.

O rei da Prússia deixou a guerra aos cuidados do estrangeiro Moltke, e deu uma nova diretriz à guerra no interior. Enviou uma ordem de despacho, de Versalhes a Hannover, em 17 de outubro, segundo a qual Vogel von Falckenstein devia entregar, a título de empréstimo, os seus prisioneiros de Lötzen ao tribunal do distrito de Brunswick, para que encontrasse um fundamento legal para o seu encarceramento, caso contrário que os entregasse aos cuidados desse terrível general.

As medidas tomadas por Vogel von Falckenstein foram naturalmente imitadas em toda Alemanha, enquanto que Bismarck, em uma circular diplomática, enganava a Europa com o ar de um combatente pacífico pelo direito à livre expressão de opinião e pela liberdade de reunião em favor do partido da paz na França. No mesmo momento em que se exigia para a França uma assembleia nacional livremente eleita, ordenava a prisão, na Alemanha, de Bebel e Liebknecht, pelo crime de terem representado a Internacional, no Reichstag da Alemanha do Norte, como se com isso se tivesse a intenção de impedir Bismarck de se reeleger.

Seu dono e senhor, Guilherme, o conquistador, manteve a repressão com uma nova ordem de despacho, assinada em Versalhes, que prolongava o estado de sítio, isto é, a suspensão dos direitos civis durante o período eleitoral. Na realidade, manteve o estado de sítio na Alemanha, dois meses depois da conclusão da paz com a França. A obstinação com que manteve o estado de sítio no interior e as suas repetidas intervenções pessoais em relação aos prisioneiros alemães mostram seu temor, diante do fortalecimento do partido do proletariado, mesmo no momento do triunfo de suas armas e das aclamações fanáticas de toda burguesia alemã. Era uma homenagem involuntária à força material do poder moral.

Se a luta contra a Internacional havia estado localizada até aí - primeiro na França, desde o plebiscito até a queda do império, depois na Alemanha, durante a resistência da República contra a Prússia - generalizou-se com o levante e a queda da Comuna de Paris.

Em 6 de junho de 1871, Jules Favre enviou uma circular às potências estrangeiras, na qual pedia a extradição dos membros da Comuna, como

criminosos comuns, e chamava para uma cruzada contra a Internacional, tratada como inimiga da família, da religião, da ordem e da propriedade, tão fielmente representada em sua pessoa.

Áustria e Hungria aceitaram prontamente a consigna. Em 13 de junho, lançaram-se à caça dos principais membros do comitê operário, em Pest: confiscaram os seus papéis, prenderam-nos e acusaram-nos por alta traição. Vários delegados da Internacional de Viena, no momento em que se encontravam em Pest, foram conduzidos a Viena, para responderem a um processo mais amplo. Beust exigiu e obteve de seu Reichsrat um suplemento de três milhões de florins, “destinados aos gastos para informações políticas, que, se lamentava, tinham chegado a ser mais indispensáveis que nunca, devido à perigosa extensão alcançada pela Internacional em toda Europa”. Desde esse momento, a classe operária, na Áustria-Hungria, caiu sob um verdadeiro regime de terror. Inclusive, nos últimos espasmos de agonia, o governo austríaco apavorado se aferrou ao velho privilégio de desempenhar o papel de Don Quixote da reação europeia.

Poucas semanas depois da circular de Jules Favre, Dufaure propôs à Câmara de senhores uma lei, hoje em vigor, segundo a qual era um crime pertencer à Associação Internacional dos Trabalhadores, inclusive compartilhar de seus princípios.

Como testemunha, Thiers compareceu diante da Comissão dos senhores para depor em favor do projeto de lei de Dufaure, vangloriando-se de que a lei havia brotado de seu próprio cérebro, sempre tão engenhoso. Primeiro, havia descoberto a indispensável panaceia, de que a Internacional devia ser tratada como a Inquisição espanhola havia tratado os hereges. Sem dúvida, inclusive sobre esse ponto, sua pretensa originalidade estava mal amparada. Ainda que fosse chamado salvador da sociedade, a verdadeira jurisprudência, perante a qual a Internacional era devedora, foi fixada pela classe dominante nos tribunais de Viena. Em 26 de julho de 1870, os dirigentes do partido operário austríaco haviam sido condenados por alta traição a muitos meses de prisão, com um dia sem comida ao mês. As considerações do processo eram as seguintes:

“Os mesmos prisioneiros admitiam que adotaram o programa do congresso operário alemão de Eisenach (1869) e atuado de acordo com ele. Esse programa compreende o programa da Internacional. A Internacional tem como objetivo a emancipação da classe operária da dominação da classe possuidora e da dependência política. A emancipação

é inconciliável com as instituições atuais do Estado na Áustria. Assim, “quem adota e difunde os princípios do programa da Internacional empreende uma ação que prepara a ruína do governo austríaco e se faz então culpado de alta traição”.

Em 27 de novembro teve lugar o julgamento dos membros do Comitê de Brunswick: foram condenados a pena de prisão de durações variáveis. Nas considerações, o Tribunal se referia às do julgamento de Viena como um precedente.

Em Pest, os acusados da associação operária, depois de sofrerem cerca de um ano tratamentos criminosos, semelhantes aos que o governo britânico havia infligido aos “fenianos”, compareceram diante do Tribunal em 25 de abril de 1872. O procurador do governo pediu a aplicação da jurisprudência de Viena, mas foram liberados.

Em Leipzig, em 27 de março de 1872, Bebel e Liebknecht foram condenados a dois anos de prisão em uma fortaleza, por atividades classificadas de traição. As considerações eram as mesmas do julgamento de Viena. Nesse caso, a jurisprudência dos juizes de Viena foi confirmada, por uma sentença dos jurados saxões.

Em Copenhague, 8 de maio desse mesmo ano, foram detidos três membros do comitê central, Brix, Pio e Geleff, porque a polícia ficou sabendo da intenção de realizarem uma reunião aberta, apesar da proibição. Depois das detenções, as autoridades os fizeram saber que as ideias socialistas eram incompatíveis com a manutenção do Estado dinamarquês e um crime contra a Constituição. Tratava-se, constantemente, da jurisprudência do tribunal de Viena. Os acusados permaneceram na condição de prisão preventiva.

O governo belga, muito conhecido por sua simpática resposta à demanda de extradição de Jules Favre, se apressou em apresentar à Câmara de deputados, por Malou, uma reedição hipócrita da lei Dufaure.

Sua Santidade, o Papa Pio IX, fez um discurso a uma delegação de católicos suíços em que diz: “Seu governo, que é republicano, se sente obrigado a fazer um pesado sacrifício pelo que chama de liberdade. Assegura o direito de asilo a um grande número de gente da pior espécie, tolera essa seita da Internacional, que quer tratar a Europa como tem tratado Paris. Esses senhores da Internacional, que, por outro lado, não são de todo senhores, são temíveis porque trabalham em favor do eterno inimigo de Deus e dos homens. Que vantagens há em protegê-los? Têm de rogar por eles? Enforcam-nos, primeiro, roguem por eles, depois!

Sustentados por Bismarck, Beust e Stieber, os imperadores da Alemanha e da Áustria se encontraram em Salzburgo, no início de setembro de 1871, para fundar a Santa Aliança - assim ele a chamam - contra a Associação Internacional dos Trabalhadores. O órgão pessoal de Bismarck, a Norddeutsche Allgemeine Zeitung declarou: "Tal aliança europeia é a única saída possível do Estado, da Igreja, da sociedade, em uma palavra, de tudo o que constitui os Estados europeus".

O verdadeiro objetivo de Bismarck era, naturalmente, o de assegurar alianças, para o caso de uma guerra contra a Rússia, que o estava ameaçando: então a Internacional sujeitaria a Áustria, como se sujeita um touro com um pedaço de pano vermelho.

Lanza reprimiu a Internacional na Espanha por um simples decreto: Sagasta declarou que estava fora da lei na Espanha. Talvez esperasse melhorar assim sua posição no mercado inglês do dinheiro.

O governo russo, desde a libertação dos servos, levou à perigosa saída, que consiste em fazer, em algum momento, terríveis concessões às classes populares, para contê-las em seguida. Tem encontrado na campanha geral contra a Internacional um pretexto para acentuar a reação no interior. No estrangeiro, tem conseguido adivinhar os segredos da Internacional. Na realidade, chegou a encontrar um juiz suíço, que havia realizado uma perseguição à presença de um espião russo na casa de Utine, membro da Internacional russa e, em outra época, redator do Egalité, órgão de nossa seção suíça francesa, em Genebra. Inclusive, somente a agitação dos membros suíços da Internacional impediu que o governo republicano da Suíça entregasse os refugiados da Comuna a Thiers.

Por último, o governo do Sr. Gladstone, impossibilitado de atuar na Inglaterra, mostrou ao menos sua boa vontade com o terror policialesco, fazendo uso dele, na Irlanda, contra nossa seção, em plena formação, e deu ordem a seus agentes no estrangeiro de que recolhessem informações sobre a Internacional.

Mas todas as medidas opressoras que as inteligências políticas reunidas da Europa haviam sido capazes de imaginar se reduzem a nada diante da campanha de calúnias, empreendidas pelo mundo civilizado, com todas suas capacidades de mentira. Histórias apócrifas e segredos da Internacional, vergonhosas falsificações de documentos públicos, cartas privadas, telegramas escandalosos etc. se sucederam em ritmo acelerado e se abriram as portas de que dispunha a imprensa venal da burguesia, para deixar escapar uma enxurrada de imundices, destinadas a asfixiar

o inimigo. Essa guerra de calúnias não tem equivalente na histórica - tão verdadeiramente internacional é o teatro onde se representa, e tão completo é o entendimento dos diferentes órgãos dos partidos burgueses - no modo como é conduzi-la. Depois do grande incêndio de Chicago, o telégrafo anunciava o mesmo para todo o mundo: até que ponto era a obra infernal da Internacional, e em realidade é assombroso que não se tenha atribuído a sua ação demoníaca ao furacão que devastou as Índias ocidentais.

Em suas anteriores publicações anuais, o Conselho geral tinha dado geralmente um informe dos progressos da Associação desde o seu último Congresso. Trabalhadores, vocês compreendem as razões que temos tido para não o fazer desta vez. Esperamos que as relações dos delegados de diferentes países atenuem essa falta, e saibam melhor que ninguém até onde podem chegar. Limitamo-nos a dizer que, desde o Congresso de Basileia, mais precisamente desde a Conferência de Londres, em setembro de 1871, a Internacional ganhou terreno entre os irlandeses, na Inglaterra e na Irlanda inclusive, na Holanda, na Dinamarca e em Portugal, tem se organizado com força nos Estados Unidos, organizado filiais em Buenos Aires, na Austrália e em Nova Zelândia. A diferença entre uma classe operária sem a internacional e uma classe operária com a Associação Internacional se manifesta da forma mais assombrosa, se dermos uma olhada mais atrás a 1848: então foram precisos muitos anos para que os operários reconhecessem a obra de sua própria vanguarda na insurreição de junho de 1848. A Comuna de Paris foi imediatamente saudada por aclamações do proletariado de todos os países.

Vocês, delegados da classe operária, devem se reunir para reforçar a organização de combate, de uma liga cujo fim é a emancipação do trabalho e a abolição das lutas nacionais. Quase ao mesmo tempo, reúnem-se em Berlim as cabeças coroadas, que decidem sobre o destino do velho mundo, com o objetivo de forjar novas cadeias e de preparar novas guerras.

Viva a Associação Internacional dos Trabalhadores!

*(Congresso de Haya, realizado em setembro de 1872)
Extraído do livro "La Primera Internacional (textos e documentos)
Tomo II, editorial Fundamentos, Madrid, España*

A Guerra Civil na França

Karl Marx

Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra civil na França em 1871

A todos os membros da Associação na Europa e nos Estados Unidos

I

A 4 de setembro de 1870, quando os operários de Paris proclamaram a República, quase instantaneamente aclamada de um extremo a outro da França, sem uma só voz discordante, uma quadrilha de advogados arrivistas, com Thiers como estadista e Trochu como general, tomou o Hotel de Ville. Estavam nesse momento imbuídos de uma fé tão fanática na missão de Paris para representar a França em todas as épocas de crise histórica que, para legitimar os seus títulos usurpados de governantes da França, consideravam suficiente exibir seus mandatos já prescritos de deputados por Paris. Na nossa segunda mensagem sobre a última guerra, cinco dias após o advento destes homens, já dizíamos quem eles eram. Contudo, no torvelinho da surpresa, com os verdadeiros dirigentes da classe operária ainda encarcerados nas prisões bonapartistas e os prussianos já em marcha sobre Paris, a capital permitiu que assumissem o Poder sob a condição expressa de que seu único objetivo seria a defesa nacional. Paris, entretanto, não podia ser defendida sem armar a sua classe operária, organizando-a como uma força efetiva e adestrando seus homens na própria guerra. Mas Paris armada era a revolução armada. Uma vitória de Paris sobre o agressor prussiano teria sido uma vitória do operário francês sobre o capitalista francês e os seus parasitas de Estado. Neste conflito entre o dever nacional e o interesse de classe, o governo da

defesa nacional não hesitou um momento em tornar-se um governo de traição nacional.

O primeiro passo que deram foi o de enviar Thiers em peregrinação por todas as cortes da Europa para ali pedir mediação oferecendo a troca da República por um rei. Quatro meses após o começo do cerco à capital, quando se acreditou ter chegado o momento oportuno para começar a falar em capitulação, Trochu, na presença de Jules Favre e de alguns colegas ministério, dirigiu-se nestes termos aos administradores de Paris reunidos:

“A primeira pergunta que me puseram os meus colegas, na própria noite de 4 de setembro, foi esta: pode Paris, com alguma probabilidade de êxito, suportar um cerco e resistir ao exército prussiano? Não hesitei em responder negativamente. Alguns dos meus colegas, aqui presentes, podem certificar que digo a verdade e que não mudei de opinião. Expliquei-lhes, nestes mesmos termos, que seria uma loucura, no estado atual das coisas, tentar enfrentar um cerco contra o exército prussiano. Sem dúvida, acrescentei, seria uma loucura heroica, mas nada além disso... Os acontecimentos (dirigidos por ele próprio) não desmentiram as minhas previsões.”

Este precioso e breve discurso de Trochu foi posteriormente publicado pelo Sr. Corbon, um dos administradores de bairro presentes.

Assim, na própria noite da proclamação da República, o “plano” de Trochu ficou conhecido pelos seus colegas como a capitulação de Paris. Se a defesa nacional tivesse sido mais do que um pretexto para o governo pessoal de Thiers, Favre e Cia, os adventícios de 4 de setembro teriam abdicado no dia 5 – teriam informado o povo de Paris sobre o “plano” de Trochu, e apelado para que se rendesse imediatamente ou para que tomasse o seu destino nas suas próprias mãos. Em vez disto, os impostores infames resolveram curar a loucura heroica de Paris com um regime de fome e cacete e de ludibriá-la, enquanto isso, com manifestos grandiloquentes, nos quais se dizia, por exemplo, que Trochu, “o governador de Paris, jamais capitularia” e que Jules Favre, o ministro dos Negócios Estrangeiros, “não cederia nenhuma polegada do nosso território, nenhuma pedra de nossas fortalezas”. Em uma carta a Gambetta, este mesmo Jules Favre confessa que se “defendiam” não contra os soldados prussianos, mas contra os operários de Paris. Durante todo o cerco, os degoladores bonapartistas a quem Trochu, avisadamente, confiara o comando do exército de Paris, trocaram, na sua correspondência, cínicas piadas sobre a evidente farsa da defesa. (Ver, por exemplo, a correspon-

dência de Alphonse Simon Guidod, comandante-chefe da artilharia do exército de defesa de Paris e grã-cruz da Legião de Honra, com Susane, general de divisão de artilharia, correspondência publicada no *Journal Officiel* da Comuna). A máscara da impostura caiu finalmente em 28 de janeiro de 1871. Com o verdadeiro heroísmo do extremo aviltamento, o governo de defesa nacional, apareceu na sua capitulação, como o governo da França por prisioneiros de Bismarck – um papel tão vil que o próprio Luís Bonaparte, em Sedan, recusou horrorizado. Depois dos acontecimentos de 18 de março, os capituladores, na sua fuga desordenada para Versalhes, deixaram nas mãos de Paris as provas documentais da sua traição, e, para destruí-las, como diz a Comuna no seu manifesto às províncias, “*aqueles homens não hesitariam em fazer de Paris um monte de ruínas num mar de sangue*”.

Além disso, alguns dos dirigentes do governo da defesa tinham razões pessoais especialíssimas para procurar ardentemente semelhante desenlace.

Pouco depois da conclusão do armistício, Sr. Millière, um dos deputados de Paris à Assembleia Nacional, agora fuzilado por ordem expressa de Jules Favre, publicou uma série de documentos judiciais autênticos como prova de que Jules Favre, que vivia em concubinato com a mulher de um bêbado residente em Argel, tinha conseguido apoderar-se, por meio das mais despudoradas falsificações cometidas ao longo de muitos anos, abocanhar, em nome dos filhos de seu adultério, uma enorme herança, com qual se tornou um homem rico, só podendo salvar-se do escândalo, no processo suscitado pelos legítimos herdeiros, graças à conivência dos tribunais bonapartistas. Como não podia desembaraçar-se desses esmagadores documentos judiciais, Jules Favre, pela primeira vez em sua vida, ficou com a língua presa, aguardando em silêncio que iniciasse a guerra civil para então, freneticamente, denunciar o povo de Paris como um bando de criminosos evadidos do presídio e amotinados abertamente contra a família, a religião, a ordem e a propriedade. Mal este mesmo falsário chegou ao poder após 4 de setembro, tratou de libertar, por simpatia, Pic e Taillefer, condenados por falsificação mesmo sob o Império, no escandaloso caso do Étendard. Um desses cavalheiros, Taillefer, tendo ousado regressar a Paris durante a Comuna, foi imediatamente reinstalado na prisão. E, então, Jules Favre exclamou, da tribuna da Assembleia Nacional, que Paris estava pondo em liberdade todos os presidiários.

Ernest Picard, o Joe Miller do governo de defesa nacional, que a si próprio se designou ministro da Fazenda da República, depois de ter, em vão, tentado ser ministro do Interior do Império, é irmão de um tal Arthur Picard; indivíduo expulso da Bolsa de Paris como vigarista (ver relatório da Prefeitura de Polícia, datado de 31 de julho de 1867) e condenado, com base na sua própria confissão, por um roubo de 300 mil francos quando era gerente de uma das sucursais da *Société Générale*, rua Palestro, nº 5 (ver relatório da Prefeitura de Polícia de 11 de dezembro de 1868). Este Arthur Picard foi nomeado diretor por Ernest Picard, do jornal *L'Electeur Libre*. Enquanto os especuladores vulgares eram enganados pelas mentiras oficiais desta folha do Ministério das Finanças, Arthur Picard vivia em um vaivém constante da Fazenda à Bolsa, especulando com os desastres do exército francês. Toda a correspondência financeira deste digno par de irmãos caiu nas mãos da Comuna.

Jules Ferry, um advogado sem vintém antes de 4 de setembro, conseguiu, como prefeito do município de Paris durante o cerco, fazer fortuna à custa da fome. O dia em que ele tivesse de prestar contas da sua malversação seria o dia da sua condenação.

Estes homens, pois, só nas ruínas de Paris podiam encontrar sua liberdade condicional. Eram precisamente estes os homens de que Bismarck precisava. Houve um baralhar de cartas e Thiers, até então inspirador secreto governo, apareceu agora como seu presidente, tendo como ministros delinquentes em liberdade condicional.

Thiers, esse gnomo monstruoso, seduziu a burguesia francesa durante cerca de meio século, por ser a expressão intelectual mais acabada da sua própria corrupção de classe. Antes de se tornar homem de Estado, já tinha dado provas, como historiador, da sua capacidade de mentir. A crônica da sua vida pública é a história das desgraças da França. Ligado, antes de 1830, aos republicanos, entrou na carreira sob Luís Filipe, traindo o seu protetor Laffitte, credenciou-se junto do rei provocando motins contra o clero – durante os quais a Igreja de Saint-Germain-l'Auxerrois e o palácio do arcebispo foram saqueados – e agindo, como fez contra a duquesa de Berry, ao mesmo tempo como espião ministerial e porteiro de cárcere. A matança de republicanos na rua Transnonain e as infames leis de setembro subsequentes contra a imprensa e contra o direito de associação, que a seguiram, foram obra sua. Ao reaparecer, em março de 1840, como chefe do governo, deixou a França atônita com o seu plano de fortificação de Paris. Aos republicanos, que denunciaram este plano

como uma intriga sinistra contra a liberdade de Paris, respondeu da tribuna da Câmara dos Deputados:

“Como! Vocês supõem que possam existir fortificações que sejam uma ameaça à liberdade? E, antes de mais, calunia-se um governo, seja ele qual for, quando se supõe que ele possa um dia tentar manter-se bombardeando a capital... Mas esse governo seria cem vezes mais impossível após a sua vitória”.

Na verdade, nenhum governo jamais ousaria bombardear Paris a partir dos fortes, a não ser esse governo, que entregara previamente estes fortes aos prussianos.

Quando o rei Fernando II, rei Bomba, em janeiro de 1848, lançou-se contra Palermo, Thiers, então há muito fora do ministério, surgiu de novo na Câmara dos Deputados:

“Todos vocês sabem, senhores deputados, o que se passa em Palermo; todos se comovem de horror (no sentido parlamentar da palavra) ao ouvir que uma grande cidade foi bombardeada durante 48 horas. Por quem? Foi por um inimigo estrangeiro, exercendo os direitos da guerra? Não, senhores deputados, foi pelo seu próprio governo. E por quê? Porque esta cidade desafortunada reclamava os seus direitos. E por exigir os seus direitos, sofreu 48 horas de bombardeio... Permitam-me apelar para a opinião pública da Europa. É prestar um serviço à humanidade, vir, do alto da maior tribuna, talvez, da Europa, fazer ressoar palavras (palavras, de fato) de indignação contra tais atos... Quando o regente Espartero, que tinha prestado serviços ao seu país (coisa que o Sr. Thiers nunca fez), pretendeu bombardear Barcelona para reprimir a insurreição, de todas as partes do mundo se ergueu um clamor geral de indignação.”

Dezoito meses mais tarde, o Sr. Thiers estava entre os mais ferozes defensores do bombardeio de Roma por um exército francês. Na realidade, a culpa do rei Bomba parece ter sido só a de limitar o seu bombardeio a 48 horas.

Poucos dias antes da Revolução de Fevereiro, irritado pelo longo afastamento de cargos e benefícios a que Guizot o condenara e farejando no ar o odor de um levante popular iminente, Thiers, naquele estilo pseudo-heroico que lhe valeu a alcunha de Mirabeau-mosca, declarou à Câmara dos Deputados:

“Pertencço ao partido da Revolução, não só na França, mas na Europa.

Desejo que o governo da Revolução fique nas mãos dos moderados; mas se o governo caísse nas mãos dos espíritos exaltados, inclusive nas dos radicais, eu não abandonaria apesar disso a minha causa. Pertencerei sempre ao partido da Revolução.”

Veio a Revolução de Fevereiro. Em vez de substituir o gabinete Guizot pelo gabinete Thiers, como este homenzinho havia sonhado, a revolução substituiu Luís Filipe pela República. Durante os primeiros dias da vitória popular, teve o cuidado de se esconder, sem se dar conta de que o desprezo dos operários protegia-o do seu ódio. No entanto, com a sua coragem lendária, continuou a evitar a cena pública até que os massacres de junho abrissem caminho para o seu tipo de atividade. Então, Thiers tornou-se o cérebro dirigente do “partido da ordem” e de sua república parlamentar, esse interregno anônimo durante o qual todas as frações rivais da classe dominante conspiravam juntas para esmagar o povo, e conspiravam umas contra as outras para restaurar, cada uma, a sua própria monarquia. Então, como agora, Thiers denunciou os republicanos como único obstáculo para a consolidação da república; então, como agora, falou aos republicanos como o carrasco a Don Carlos: “Tenho de assassiná-lo, mas é para o teu bem.” Agora, como antes, terá de exclamar, no dia seguinte à sua vitória: “*L’Empire est fait*”, o Império está consumado. Apesar das suas prédicas hipócritas sobre as liberdades necessárias e do seu rancor pessoal contra Luís Bonaparte, que se serviu dele como instrumento, dando um chute no Parlamento (o homenzinho, fora da atmosfera artificial, fica, como ele mesmo sabe, reduzido a nada), encontramos a sua mão em todas as infâmias do Segundo Império: desde a ocupação de Roma pelas tropas francesas até a guerra com a Prússia, que ele provocou investindo ferozmente contra a unidade alemã, não por considerá-la um disfarce do despotismo prussiano, mas como uma usurpação contra o direito conferido à França de manter a Alemanha desunida. Acostumado a brandir à face da Europa, com os seus braços nanicos, a espada do primeiro Napoleão, de quem se tornou o lambe-botas histórico, sua política externa culminou sempre nas maiores humilhações da França, desde o tratado de Londres de 1840, até a capitulação de Paris em 1871 e a atual guerra civil, na qual lança contra Paris, com a especial autorização de Bismark, os prisioneiros de Sedan e de Metz. Apesar da versatilidade de seu talento e da inconstância de propósitos, este homem esteve durante toda a sua vida preso à rotina mais fossilizada. Compreende-se que as correntes subter-

râneas profundas da sociedade moderna permanecessem sempre ignoradas por ele; mas mesmo as transformações mais palpáveis operadas na superfície repugnavam aquele cérebro, cuja energia se concentrava toda na língua. Por isso, nunca se cansou de denunciar como um sacrilégio qualquer desvio do velho sistema protecionista francês. Sendo ministro de Luís Filipe, zombava das ferrovias como uma quimera; e da oposição, sob Luís Bonaparte, estigmatizava como uma profanação qualquer tentativa de reformar o velho sistema militar francês. Nunca, na sua longa carreira política, foi responsável por uma só medida, por mínima que fosse, de utilidade prática. Thiers só era consequente na sua avidez de riqueza e no seu ódio contra os homens que a produzem. Conseguiu o seu primeiro ministério, sob Luís Filipe, mais pobre do que um rato e o deixou milionário. O seu último ministério, sob o mesmo rei (1º de março de 1840), lhe acarretou, na Câmara dos Deputados, uma acusação pública de malversação à qual se limitou a responder com lágrimas, mercadoria que maneja com tanta prodigalidade como Jules Favre, ou outro crocodilo qualquer. Em Bordeaux, a sua primeira medida para salvar a França da ruína financeira que a ameaçava foi destinar a si próprio um soldo de três milhões por ano, a primeira e a última palavra da “República Econômica”, cujas perspectivas havia pintado aos seus eleitores de Paris em 1869. Beslay, um dos seus antigos colegas da Câmara dos Deputados de 1830 que, apesar de ser um capitalista, foi membro abnegado da Comuna de Paris, disse ultimamente sobre Thiers, em um cartaz público: *“A escravização do trabalho pelo capital foi sempre a pedra angular da sua política, e desde o próprio dia em que viu a República do Trabalho instalada no Hotel de Ville, nunca deixou de gritar à França: ‘são criminosos!’”*. Mestre em pequenas patifarias de Estado, virtuoso em perjúrio e traição, artesão experimentado em todos esses mesquinhos estratégias, manobras pérfidas, abertas e baixas, da guerra parlamentar dos partidos; sempre sem escrúpulos para atizar uma revolução quando não está no Poder e para afogá-la em sangue quando empunha o leme do governo; cheio de preconceitos de classe em lugar de ideias, e vaidade em lugar de coração; como odiosa é sua vida pública, inclusive hoje, em que representa o papel de um Sula francês, não pode senão ressaltar o abominável de seus atos com o ridículo de sua ostentação.

A capitulação de Paris, entregando à Prússia não apenas Paris, mas toda a França, encerrou as intrigas de traição com o inimigo, as quais tinham sido iniciadas pelos usurpadores de 4 de setembro naquele mes-

mo dia, como disse o próprio Trochu. Por outro lado, essa capitulação deu início à guerra civil, que agora tinham de fazer com a ajuda da Prússia, contra a República e contra Paris. A armadilha estava nos próprios termos da capitulação. Nesse momento, mais de um terço do território estava nas mãos do inimigo; a capital estava isolada das províncias, todas as comunicações estavam desorganizadas. Era impossível, em tais circunstâncias, eleger uma verdadeira representação da França sem que fosse dado um amplo prazo para as eleições. Tendo isto em conta, a capitulação estipulava que a Assembleia Nacional tinha de ser eleita em oito dias; de modo que, em muitos pontos da França, a notícia das eleições só chegou à véspera. Além disso, por uma cláusula expressa da capitulação, esta Assembleia devia ser eleita com o único propósito de votar pela paz ou pela guerra, e, eventualmente, para concluir um tratado de paz. A população não podia deixar de sentir que os termos do armistício tornavam impossível a continuidade da guerra e que, para ratificar a paz, imposta por Bismarck, os piores homens da França eram os melhores. Mas, não contente com estas precauções, Thiers, já antes mesmo de ter sido quebrado em Paris o segredo do armistício, partiu para uma digressão eleitoral pelas províncias, para ali galvanizar e ressuscitar o partido legitimista, que tinha agora, ao lado dos orleanistas, de tomar o lugar que então os bonapartistas não podiam ocupar. Thiers não temia os legitimistas. Impossibilitados de governar a França moderna e, por isso, desprezíveis como rivais, que partido poderia servir melhor como instrumento da contrarrevolução do que o partido cuja ação, nas palavras do próprio Thiers (Câmara dos Deputados, 5 de janeiro de 1833), “*se tinha sempre confinado aos três recursos da invasão estrangeira, da guerra civil e da anarquia*”? Eles acreditavam verdadeiramente no advento do seu passado reino milenário, portanto, longamente esperado. Havia as botas da invasão estrangeira calcando a França; havia a queda de um império e um Bonaparte prisioneiro; e havia eles próprios. A roda da história tinha manifestamente girado para trás, para se deter na *Chambre introuvable* de 1816. Nas assembleias da República, de 1848 a 1851, esses elementos tinham estado representados pelos seus campeões parlamentares, educados e experimentados; agora eram os soldados rasos do partido que se irrompiam na cena, todos os *Pourceaugnac* da França.

Assim que essa Assembleia de “Rurais” se reuniu em Bordeaux, Thiers tornou-lhes claro que os preliminares de paz tinham de ter aprovação imediata, mesmo sem as honras de um debate parla-

mentar, condição sem a qual a Prússia não lhes permitiria desencadear a guerra contra a República e contra Paris, seu baluarte. A contrarrevolução, de fato, não tinha tempo a perder. O Segundo Império tinha mais do que duplicado a dívida nacional e mergulhado todas as grandes cidades em pesadas dívidas municipais. A guerra tinha dilatado terrivelmente os encargos e destruído sem piedade os recursos da nação. Para completar a ruína, estava lá o Shylock prussiano, com a sua fatura correspondente à manutenção, em solo francês, de meio milhão de seus soldados, com a sua indenização de cinco bilhões mais 5% de juros pelos pagamentos que venciam. Quem ia pagar a conta? Só pela violenta derrubada da República, os apropriadores de riqueza podiam esperar pôr aos ombros de seus produtores o custo de uma guerra que eles, apropriadores, tinham provocado. E assim, a incalculável ruína da França estimulava esses patrióticos representantes da terra e do capital a enxergar na guerra exterior uma guerra civil, uma rebelião dos proprietários de escravos.

No caminho dessa conspiração, erguia-se um grande obstáculo: Paris. Desarmar Paris era a primeira condição de sucesso. Paris foi, pois, intimada por Thiers a entregar as suas armas. Paris foi então exasperada pelas frenéticas manifestações antirrepublicanas da Assembleia dos “Rurais” e pelas declarações equivocadas do próprio Thiers sobre o estatuto legal da República; pela ameaça de decapitar e descapitalizar Paris; pela nomeação de embaixadores orleanistas; pelas leis de Dufaure sobre letras comerciais e aluguéis vencidos, que impunham a ruína ao comércio e à indústria de Paris; pelo imposto dos centimos, criado por Pouyer-Quertier sobre cada exemplar de todas as publicações imagináveis; pelas sentenças de morte contra Blanqui e Flourens; pela supressão dos jornais republicanos; pela transferência da Assembleia Nacional para Versalhes; pela prorrogação do estado de sítio declarado por Palikao e expirado em 4 de setembro; pela nomeação de Vinoy, o herói de dezembro, como governador de Paris, de Valentin, o gendarme bonapartista, como chefe de polícia, e de Aurelle de Paladines, o general jesuíta, como comandante-chefe da Guarda Nacional parisiense.

E agora vamos fazer uma pergunta a Thiers e aos cavalheiros da defesa nacional, seus subordinados. É sabido que através de Pouyer-Quertier, seu ministro da Fazenda, Thiers contraiu um empréstimo de dois bilhões. Pois bem, é ou não verdade:

1. que o negócio estava arranjado de tal maneira que uma recompensa de várias centenas de milhões estava assegurada para

benefício privado de Thiers, Jules Favre, Ernest Picard, Pouyer-Quertier e Jules Simon;

2. e que nenhum pagamento havia de ser efetuado senão depois da “pacificação” de Paris?

Em todo o caso, algo de muito urgente tinha de haver na questão, para que Thiers e Jules Favre, em nome da maioria da Assembleia de Bordeaux solicitassem despidoradamente a imediata ocupação de Paris pelas tropas prussianas. Tal não era, contudo, o jogo de Bismarck, como ele o disse sarcasticamente e em público, aos assombrados filisteus de Frankfurt, no seu regresso à Alemanha.

II

Paris em armas era o único obstáculo sério que se erguia no caminho da conspiração contrarrevolucionária. Era preciso desarmar Paris. Nesse ponto, a Assembleia de Bordeaux era a sinceridade mesma. Se os bramidos frenéticos de seus “rurais” não fossem suficientes para se fazer entender, a última sombra de dúvida teria sido dissipada com a entrega de Paris por Thiers à terna solicitude do triunvirato de Vinoy, o *décembreur*, Valentin, o gendarme bonapartista e Aurelle de Paladines, o general jesuíta. Mas, ao mesmo tempo em que exibiam com insultos o seu verdadeiro propósito de desarmar Paris, os conspiradores pediam-lhe que depusesse as suas armas com um pretexto que era a mais gritante, a mais descarada das mentiras. A artilharia da Guarda Nacional de Paris, dizia Thiers, pertencia ao Estado e ao Estado tinha de ser devolvida. O fato era este: desde o próprio dia da capitulação, com a qual os prisioneiros de Bismarck tinham assinado a rendição da França, reservando para si mesmos uma guarda numerosa com o propósito expresso de intimidar Paris, Paris estava de sobreaviso. A Guarda Nacional reorganizou-se e confiou o seu controle supremo a um Comitê Central eleito por todos os seus efetivos, salvo alguns restos das velhas formações bonapartistas. Na véspera da entrada dos prussianos em Paris, o Comitê Central tomou medidas para o transporte para Montmartre, Belleville e La Vilette dos canhões e metralhadoras, traiçoeiramente abandonados pelos capituladores nos bairros que os prussianos teriam de ocupar, ou em suas imediações. Esta artilharia tinha sido obtida por subscrições da Guarda Nacional. Foi oficialmente reconhecida como sua propriedade privada na capitulação de 28 de janeiro, e a este mesmo título isenta da rendição geral das armas do governo às mãos do vencedor. E Thiers es-

tava tão completamente privado do mais ligeiro pretexto para abrir hostilidades contra Paris, que teve de recorrer à mentira flagrante de que a artilharia da Guarda Nacional seria propriedade do Estado!

A apreensão da sua artilharia destinava-se claramente a servir como preliminar para o desarmamento geral de Paris e, assim, do desarmamento da Revolução de 4 de setembro. Mas essa revolução tornara-se o estatuto legal da França. A República, obra sua, foi reconhecida pelo vencedor nos termos da capitulação. Após a capitulação, foi reconhecida por todas as potências estrangeiras e em seu nome foi convocada a Assembleia Nacional. A Revolução operária de Paris, de 4 de setembro, era o único título legal da Assembleia Nacional sediada em Bordeaux e do seu executivo. Sem ela, a Assembleia Nacional teria de dar lugar imediatamente ao corpo legislativo eleito em 1869 por sufrágio universal, sob autoridade francesa e não prussiana e disperso à força pelo braço da revolução. Thiers e os seus sequazes teriam de se humilhar para obterem um salvo-conduto assinado por Luís Bonaparte para se livrarem de uma viagem a Cayenne. A Assembleia Nacional, com o seu poder de procuração para estabelecer os termos da paz com a Prússia, era apenas um incidente nesta revolução, cuja verdadeira encarnação ainda era Paris em armas, que a tinha iniciado, suportado por ela um cerco de cinco meses com os horrores da fome, e feito da sua prolongada resistência, apesar do plano de Trochu, a base de uma obstinada guerra de defesa nas províncias. E Paris, agora, ou tinha de depor as suas armas sob o insultuoso mando dos escravistas rebeldes de Bordeaux e reconhecer que a sua Revolução do 4 de setembro apenas significava uma simples transferência de poder de Luís Bonaparte para os seus rivais monárquicos, ou tinha de se afirmar, doravante, como o campeão auto sacrificado da França, cuja salvação da ruína e cuja regeneração eram impossíveis sem o derrubada revolucionária das condições políticas e sociais que tinham engendrado o segundo Império e tinham amadurecido, sob o seu cuidado protetor, até ao completo apodrecimento. Paris, extenuada por uma fome de cinco meses, não hesitou um momento. Resolveu heroicamente correr todos os riscos de uma resistência contra os conspiradores franceses, mesmo com o canhão prussiano a ameaçá-la a partir dos seus próprios fortes. Contudo, no seu horror da guerra civil para que Paris ia ser empurrada, o Comitê Central continuou a persistir numa atitude meramente defensiva, a despeito das provocações da Assembleia, das usurpações do executivo e da ameaçadora concentração de tropas em Paris e à sua volta.

Thiers desencadeou a guerra civil enviando Vinoy à frente de uma multidão de guardas municipais e de alguns regimentos de linha, numa expedição noturna contra Montmartre, para tomar ali, de surpresa, a artilharia da Guarda Nacional. É sabido como esta tentativa fracassou perante a resistência da Guarda Nacional e a confraternização das tropas a linha e o povo. Aurelle de Paladines tinha antecipadamente impresso o seu boletim de vitória, e Thiers tinha preparado os cartazes que anunciavam as suas medidas de golpe de Estado. Estes tinham de ser agora substituídos pelos apelos de Thiers proclamando a sua resolução magnânima de deixar a Guarda Nacional na posse das suas armas, com o que, dizia ele, se sentia seguro de que ela se passaria para o governo, contra os rebeldes. Dos 300 mil guardas nacionais, apenas 300 responderam a intimação, passando-se para o lado do pequeno Thiers contra si próprios. A gloriosa Revolução dos operários de 18 de março, incontestavelmente, apoderou-se de Paris. O Comitê Central foi o seu governo provisório. A Europa pareceu duvidar, por um momento, se os seus sensacionais feitos recentes de política e de guerra tinham qualquer realidade em si ou se não eram sonhos de um passado remoto.

De 18 de março até a entrada das tropas de Versalhes em Paris, a revolução proletária permaneceu tão livre dos atos de violência em que as revoluções abundam, e mais ainda nas contrarrevoluções das “classes superiores”, que aos seus adversários não restaram fatos para vociferar contra ela, a não ser a execução dos generais Lecomte e Clément Thomas, e os acontecimentos da Praça Vendôme.

Um dos oficiais bonapartistas comprometidos na tentativa noturna contra Montmartre, o general Lecomte, ordenou por quatro vezes ao 81º regimento para abrir fogo contra uma multidão desarmada na Praça Pigalle e, à recusa dos seus homens, insultara-os ferozmente. Em vez de atirar sobre mulheres e crianças, os seus próprios homens atiraram sobre ele. Não é provável, obviamente, que hábitos inveterados, adquiridos pelos soldados sob a instrução dos inimigos da classe operária, mudem no preciso momento em que estes soldados mudavam de campo. Os mesmos homens executaram Clément Thomas.

O “general” Clément Thomas, um descontente ex-sargento de cavalaria, tinha se alistado, nos últimos tempos do reinado de Luís Filipe, na redação do jornal republicano *Le National*, para servir ali de testa de ferro e de espadachim de tão combativo jornal. Chegados ao poder após a Revolução de Fevereiro, os homens do *National* transformaram

esse ex-sargento de cavalaria em general, nas vésperas da carnificina de junho, da qual, como Jules Favre, ele foi um dos conspiradores sinistros e se tornou um dos mais vis executores do sublevados. Desapareceram então, por longo tempo, ele e o seu generalato, para voltarem à superfície em 1º de novembro de 1870. No dia anterior, o Governo de Defesa, aprisionado no Hotel de Ville, deu solenemente a sua palavra a Blanqui, Flourens e a outros representantes da classe operária que renunciaria ao poder usurpado das mãos da Comuna, que Paris haveria de eleger livremente. Ao invés de respeitar a sua palavra, lançaram sobre Paris os bretões de Trochu, que substituíam agora os corsos de Bonaparte. Só o general Tamisier, recusando manchar o seu nome por uma tal quebra de palavra, se demitiu do seu comando-chefe da Guarda Nacional e, em lugar dele, Clément Thomas tratou de tornar-se, pela sua parte, outra vez general. Durante todo o exercício do seu comando, este fez a guerra, não contra os prussianos, mas contra a Guarda Nacional de Paris. Impediu o seu armamento geral, excitou os batalhões burgueses contra os batalhões de operários, desembaraçou-se dos oficiais hostis ao “plano” de Trochu e dissolveu, sob o estigma de covardia, estes mesmos batalhões proletários, cujo heroísmo acaba de encher assombro os seus mais encarniçados inimigos. Clément Thomas sentia-se todo orgulhoso por ter reconquistado a sua preeminência de junho como inimigo pessoal da classe operária de Paris. Poucos dias antes de 18 de março, submetera ao ministro da Guerra, Le Flô, um plano para “acabar com a fina-flor da canalhice de Paris”. Depois da derrota de Vinoy, ele tinha necessariamente de aparecer em cena, na qualidade de espião amador. O Comitê Central e os operários de Paris foram tão responsáveis pela execução de Clément Thomas e de Lecomte, como a princesa de Gales pela sorte das pessoas que morreram esmagadas entre a multidão no dia da sua entrada em Londres.

O massacre de cidadãos desarmados na Praça Vendôme é um mito que Thiers e os “rurais” ignoraram persistentemente na Assembleia, confiando exclusivamente a sua propagação aos lacaios do jornalismo europeu. “Os homens de ordem”, os reacionários de Paris, tremeram diante da vitória de 18 de março. Para eles, era o sinal da retaliação popular que chegava finalmente. Diante de seus olhos erguiam-se os espectros das vítimas assassinadas por eles desde as jornadas de junho de 1848 até 22 de janeiro de 1871. O seu pânico foi o seu único castigo. Até os guardas municipais, que deviam ser desarmados e presos,

tiveram as portas de Paris abertas de par em par, para a sua retirada a salvo para Versalhes. Os homens da ordem não só não foram molestados como lhes foi consentido reagruparem-se e tomarem conta, placidamente, de mais de uma posição de força no próprio centro de Paris. Esta indulgência do Comitê Central, essa complacência dos operários armados, tão estranhamente em desacordo com os hábitos do “partido da ordem”, foi falsamente interpretada como simples manifestação de um sentimento de debilidade. Daí o seu estúpido plano de tentar, sob a máscara de uma manifestação pacífica, aquilo que Vinoy não conseguira realizar com o seus canhões e as suas metralhadoras. E 22 de março, um bando amotinado de figurões saiu dos bairros luxuosos, levando em suas fileiras todos os janotas e, à sua frente, os figurões mais conhecidos do Império: os Heeckeren, os Coëtlogon, os Henry de Pène, etc. Sob o covarde pretexto de uma manifestação pacífica, esses bandos, levando secretamente armas de espadachins, puseram-se em marcha, agredindo e desarmando as patrulhas e sentinelas avançadas da Guarda Nacional, que encontravam no caminho e, ao desembocar da rua de la Paix aos gritos de “Abaixo o Comitê Central! Abaixo os assassinos! Viva a Assembleia Nacional!” tentaram romper o cordão de guardas, para tomar de surpresa o quartel-general da Guarda Nacional na Praça Vendôme. Em resposta aos seus tiros de pistola, foram dados os toques regulamentares de atenção e, como não sortissem efeito, o general da Guarda Nacional ordenou fogo. Bastou uma carga, para pôr em fuga tresloucada os estúpidos mequetrefes, que esperavam que a mera exibição da sua “respeitabilidade” exerceria sobre a Revolução de Paris o mesmo efeito que as trombetas de Josué sobre a muralha de Jericó. Os fugitivos deixaram atrás de si dois guardas nacionais mortos, nove gravemente feridos (entre os quais um membro do Comitê Central) e todo o cenário de suas façanhas coberto de revólveres, punhais e bastões, como prova do caráter “desarmado” da sua manifestação “pacífica”. Quando, em 13 de junho de 1849, a Guarda Nacional de Paris fez uma manifestação realmente pacífica, em protesto contra o traiçoeiro assalto das tropas francesas a Roma, Changarnier, então general do partido da ordem, foi aclamado pela Assembleia Nacional e especialmente pelo Sr. Thiers como salvador da sociedade, por ter lançado de todos os lados as suas tropas sobre esses homens sem armas para derrubá-los a tiros e golpes de sabre e por esmagá-los pelas patas dos cavalos. Paris foi então posta em estado de sítio. Dufaure, através da Assembleia, apressou novas leis de repressão.

Novas prisões, novas proscricções; iniciava-se nova era de terror. Mas as classes baixas agem nestas coisas de outra maneira. O Comitê Central de 1871 ignorou simplesmente os heróis da “manifestação pacífica”; a tal ponto que só dois dias depois estes foram capazes de desfilar perante o almirante Saisset, para essa manifestação armada, que culminou com a famosa fuga em pânico para Versalhes. Na sua relutância em continuar a guerra civil desencadeada pela tentativa de assalto noturno, por Thiers, contra Montmartre, o Comitê Central tornou-se culpado, desta vez, de um erro decisivo, ao não avançar logo sobre Versalhes, então completamente desguarnecida, o que teria posto termo às manobras conspirativas de Thiers e seus “rurais”. Em vez disto, permitiu-se outra vez ao partido da ordem experimentar a sua força nas urnas em 26 de março, dia da eleição da Comuna. Naquele dia, nas municipalidades de Paris, os “homens da ordem” trocaram brandas palavras de conciliação com os seus demasiados generosos vencedores, murmurando no íntimo o juramento solene de exterminá-los no seu devido tempo.

Vejamos agora o reverso da medalha. Thiers desencadeou a sua segunda campanha contra Paris no começo de abril. A primeira remessa de prisioneiros parisienses levados para Versalhes foi submetida a atrocidades revoltantes, enquanto Ernest Picard, de mãos nos bolsos, troçando, passeava à volta deles e as madames Thiers e Favre, entre suas damas de honra, aplaudiam dos balcões os ultrajes da turba versalhesa. Os soldados dos regimentos de frente capturados eram massacrados a sangue-frio; o nosso valoroso amigo, general Duval, fundidor, foi executado sem qualquer espécie de julgamento. Galliffet, o gigolô de sua própria mulher, tão famosa pelas suas escandalosas exhibições que fazia de seu corpo nas orgias do Segundo Império, vangloriou-se, numa proclamação, de ter comandado o assassinio de uma pequena companhia de Guardas Nacionais com o seu capitão e o seu tenente, surpreendidos e desarmados pelos seus caçadores. Vinoy, o fugitivo, foi nomeado por Thiers grã-cruz da Legião de Honra, pela sua ordem de serviço para fuzilar qualquer soldado aprisionado nas fileiras dos federados. Desmarrêt, o gendarme, foi condecorado por, traiçoeiramente, ter esartejado, como um carnicero, o generoso e cavalheiresco Flourens, que a 31 de outubro de 1870 salvara as cabeças dos homens do governo de defesa. Thiers, com satisfação, estendeu-se sobre os “reconfortantes detalhes” desse assassinato na Assembleia Nacional. Com a inflada vaidade de um Pequeno Polegar parlamentar, a quem se permite desempenhar o papel

de um Tamerlão, negava aos que se rebelavam contra a sua Pequenez todo o direito de guerra entre civilizados, até mesmo o direito de neutralidade para seus hospitais de sangue. Nada mais horrível que este macaco, autorizado por algum tempo a dar plena expansão aos seus instintos de tigre, como Voltaire já havia imaginado.

Após o decreto da Comuna, de 7 de abril, que ordenava represálias e declarava ser seu dever “proteger Paris contra as façanhas canibalescas dos bandidos de Versalhes e responder olho por olho, dente por dente”, Thiers não parou com o tratamento bárbaro de prisioneiros; ainda os insultou nos seus boletins, assim: “Jamais – escreveu ele – o olhar angustiado de homens honestos teve de pousar sobre fisionomias tão degradadas de uma degradada democracia”. Os homens honestos eram o próprio Thiers e os seus ministros “libertados” do presídio. Contudo, a execução de prisioneiros foi suspensa por algum tempo. Mas logo que Thiers e os seus generais dezembristas ficaram inteirados de que o decreto de represálias da Comuna não era mais do que uma ameaça vazia, de que eram poupados mesmo os seus espíões gendarmes apanhados em Paris disfarçados de Guardas Nacionais, até de guardas municipais surpreendidos com granadas incendiárias, então se reiniciaram os fuzilamentos de prisioneiros em massa, prosseguindo sem interrupção até ao fim. As casas onde Guardas Nacionais tinham refugiado foram cercadas por gendarmes, regadas com petróleo (o que acontece aqui pela primeira vez nesta guerra) e incendiadas, sendo depois os cadáveres carbonizados e levados pela ambulância ao hospital, situado em Les Ternes. Quatro Guardas Nacionais que se renderam, em 25 de abril, a um destacamento de caçadores montados em Belle Epine, foram depois fuzilados, um após outro, pelo capitão, homem de confiança de Galliffet. Scheffer, uma das suas quatro vítimas, deixado como morto, voltou arrastando-se até aos postos avançados de Paris e relatou esse fato perante uma comissão da Comuna. Quando Tolain interpelou o ministro da Guerra sobre o relatório desta comissão, os “rurais” abafaram a sua voz e proibiram Le Flô de responder. Teria sido um insulto ao seu “glorioso” exército falar das suas proezas. O tom insolente com que os boletins de Thiers anunciaram o massacre à baioneta de federados surpreendidos quando dormiam em Moulin Saquet, e os fuzilamentos em massa, em Clamart, afetaram até os nervos do *Times* de Londres, que não peca precisamente por excesso de sensibilidade. Mas seria hoje ridículo tentar relatar as atrocidades meramente preliminares cometidas pelos que

bombardearam Paris e fomentaram uma rebelião de escravistas protegidos pela invasão estrangeira. No meio de todos estes horrores, Thiers, esquecido dos seus lamentos parlamentares sobre a terrível responsabilidade que pesa sobre os seus ombros de anão, vangloriava-se no seu boletim de que a Assembleia delibera placidamente, e prova, pelos seus festins, ora com generais dezembristas, ora com príncipes alemães, que a sua digestão em nada é perturbada, nem mesmo pelos espectros de Lecomte e de Clément Thomas.

III

Na madrugada de 18 de março, Paris foi despertada com o clamor: “Viva a Comuna”, Que é a Comuna, essa “esfinge que tanto atormenta os espíritos burgueses?”

“Os proletários de Paris”, dizia o manifesto do Comitê Central de 18 de março, “em meio aos fracassos e às traições das classes dominantes, compreenderam que chegou o momento de salvar a situação tomando em mãos a direção dos negócios públicos... Compreenderam que é seu dever imperioso e seu direito incontestável tornarem-se donos de seus próprios destinos, tomando o Poder”.

Mas a classe operária não pode limitar-se simplesmente a se apossar da máquina do Estado tal como se apresenta e servir-se dela para seus próprios fins.

O poder estatal centralizado, com os seus órgãos onipresentes, com seu exército permanente, polícia, burocracia, clero e magistratura – órgãos criados segundo um plano de divisão sistemática e hierárquica do trabalho – procede dos tempos da monarquia absoluta e serviu à nascente sociedade burguesa como uma arma poderosa em suas lutas contra o feudalismo. Entretanto, seu desenvolvimento permanecia obstruído por todo tipo de entulho medieval: direitos senhoriais, privilégios locais, monopólios municipais e corporativos, códigos provinciais. A gigantesca vassourada da Revolução Francesa do século dezoito varreu todas estas relíquias de tempos passados, limpando assim, ao mesmo tempo, o solo da sociedade dos últimos obstáculos que se erguiam diante da superestrutura do edifício do Estado moderno, erguido sob o Primeiro Império, que por sua vez era fruto das guerras de coalizão da velha Europa semifeudal contra a França moderna. Durante os regimes seguintes, o governo colocado sob controle do Parlamento -isto é, sob o controle direto das classes possuidoras – não só se converteu em um viveiro de

enormes dívidas nacionais e de impostos esmagadores, mas, com a sedução irresistível de seus cargos, proteções e emprego, acabou por ser o pomo da discórdia entre as frações e os aventureiros das classes dominantes; por outro lado, seu caráter político mudava simultaneamente com as mudanças econômicas da sociedade. À medida que os progressos da moderna indústria desenvolviam, ampliavam e aprofundavam o antagonismo de classe entre capital e trabalho, o poder de Estado foi adquirindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de máquina do despotismo de classe. Depois de cada revolução, que assinala um passo adiante na luta de classes, revela-se com traços cada vez mais nítidos o caráter puramente repressivo do poder de Estado. A Revolução de 1830, que resultou na passagem do governo das mãos dos latifundiários para as mãos dos capitalistas, o que fez foi transferi-lo dos inimigos mais remotos para os inimigos mais diretos da classe operária. Os burgueses republicanos, que se apoderaram do poder do Estado em nome da Revolução de Fevereiro, dele fizeram uso para as matanças de junho, para provar para a classe operária que a República “social” é a República que assegurava a sua submissão social e para convencer a massa monárquica dos burgueses e latifundiários que podia entregar aos “republicanos” burgueses as inquietações e encargos do governo. Entretanto, depois de sua primeira e heroica façanha de junho, os republicanos burgueses tiveram de passar das primeiras linhas para a retaguarda do “partido da ordem”, coalizão formada por todas as frações rivais da classe apropriadora, em seu antagonismo, agora franco e manifesto, com a classe produtora. A forma adequada para esse governo por ações era a República Parlamentar, com Luís Bonaparte por presidente. Foi um regime de franco terrorismo de classe e de insulto deliberado contra a “multidão vil”. Se a República Parlamentar, como dizia Thiers, era “a que menos as dividia” (as diferentes frações da classe dominante), abria em troca um abismo entre essa classe e o conjunto da sociedade, que situava fora das suas reduzidas fileiras. Sua união vinha eliminar as restrições que as discórdias impunham ao poder de Estado sob os regimes anteriores e, diante das ameaça de um isolamento do proletariado, serviam-se do poder estatal, sem piedade com ostentação, como de uma máquina nacional de guerra do capital contra o trabalho. Mas essa cruzada ininterrupta contra as massas produtoras obrigava-os não só a revestir o poder executivo de faculdades de repressão cada vez maiores,

mas, ao mesmo tempo, a despojar o seu próprio baluarte parlamentar – a Assembleia Nacional – um por um, de todos os seus meios de defesa contra o poder executivo. Até que este, na pessoa de Luís Bonaparte, deu-lhes um pontapé. O fruto natural da República do “partido da ordem” foi o Segundo Império.

O Império, tendo o golpe de Estado por certidão de nascimento, o sufrágio universal por sanção e a espada por cetro, declarava apoiar-se no campesinato, ampla massa de produtores não envolvida diretamente na luta do capital e do trabalho. Declarava salvar a classe operária quebrando o parlamentarismo e, com ele, a indisfarçada subserviência do governo às classes possuidoras. Declarava salvar as classes possuidoras, mantendo a supremacia econômica destas sobre a classe operária; e declarava, finalmente, unir todas as classes, fazendo ressuscitar a todos a quimera da glória nacional. Na realidade, era a única forma de governo possível em um tempo em que a burguesia já tinha perdido a faculdade de governar a nação e a classe operária ainda a não tinha adquirido. O Império foi aclamado de um extremo a outro do mundo como o salvador da sociedade. Sob o seu domínio, a sociedade burguesa, livre de preocupações políticas, atingiu um desenvolvimento inesperado, até para ela própria. A sua indústria e o seu comércio expandiram-se em dimensões colossais; a especulação financeira realizou orgias cosmopolitas; a miséria das massas era contrabalançada por uma exibição sem pudor de luxo suntuoso, falso e degradante. O poder estatal, que aparentemente pairava acima da sociedade, era ele próprio, ao mesmo tempo, o maior escândalo desta sociedade e o viveiro de todas as suas corrupções. A sua podridão e a podridão da sociedade que ele havia salvado foram postas a nu pela baioneta da Prússia, ela própria ávida por transferir de Paris para Berlim a sede suprema deste regime. Ao mesmo tempo, o imperialismo é a forma mais prostituída e derradeira do poder de Estado que a sociedade da classe média nascente tinha começado a criar como um meio para emancipar-se do feudalismo e que a sociedade burguesa adulta acabou transformando em um meio para a escravização do trabalho pelo capital.

A antítese direta do Império foi a Comuna. O grito de “República social” com que a Revolução de Fevereiro foi anunciada pelo proletariado de Paris, não fez mais do que expressar uma vaga aspiração por uma República que não apenas acabasse com a forma monárquica da dominação de classe, mas com a própria dominação de classe. A Comuna foi a forma positiva desta República.

Paris, a sede central do velho poder governamental e, ao mesmo tempo, a fortaleza social da classe operária francesa, levantara-se em armas contra a tentativa de Thiers e dos “rurais” de restaurar e perpetuar o velho poder governamental que o Império lhes havia legado. Paris apenas pôde resistir porque, em consequência do cerco, desmontara o exército, substituindo-o por uma Guarda Nacional, cujo principal contingente era formado pelos operários. Este fato tinha agora de ser transformado em uma instituição duradoura. O primeiro decreto da Comuna, por isso, foi a supressão do exército permanente e a sua substituição pelo povo armado.

A Comuna foi formada por conselheiros municipais, eleitos por sufrágio universal nos vários bairros da cidade, responsáveis e revogáveis em qualquer momento. A Comuna devia ser não um órgão parlamentar, mas uma corporação de trabalho, executiva e legislativa ao mesmo tempo. Em vez de continuar sendo um instrumento do governo central, a polícia foi logo despojada dos seus atributos políticos e transformada no instrumento da Comuna, responsável perante ela e revogável em qualquer momento. O mesmo aconteceu com os funcionários de todos os outros ramos da administração. A partir dos membros da Comuna, todos que desempenhavam cargos públicos deviam receber salários de operários. Os direitos adquiridos e os subsídios de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios dignitários do Estado. As funções públicas deixaram de ser propriedade privada dos testas-de-ferro do governo central. Não só a administração municipal, mas toda a iniciativa até então exercida pelo Estado foram colocadas nas mãos da Comuna.

Uma vez suprimidos o exército permanente e da polícia, elementos da força física do antigo governo, a Comuna estava desejava de quebrar a força espiritual de repressão, o “poder dos padres”, decretando a separação da Igreja do Estado e a expropriação de todas as igrejas como corporações privadas. Os padres foram devolvidos aos retiros da vida privada, para terem aí o sustento das esmolas dos fiéis, à imitação dos seus predecessores, os apóstolos. Todas as instituições de educação foram abertas ao povo gratuitamente e ao mesmo tempo emancipadas da interferência de Igreja e Estado. Assim, não apenas a educação tornou acessível a todos, mas a própria ciência se redimia dos entraves criados pelos preconceitos de classe e o poder do governo.

Os funcionários judiciais haviam de ser despojados daquela falsa independência, que só tinha servido para mascarar a sua abjeta subservi-

ência a todos os governos sucessivos, aos quais, um após outro, tinham prestado e quebrado juramento de fidelidade. Assim como os demais funcionários públicos, os magistrados e juizes deviam ser eleitos, responsáveis e revogáveis.

A Comuna de Paris havia obviamente de servir de modelo a todos os grandes centros industriais da França. Uma vez estabelecido o regime comunal em Paris e nos centros secundários, o velho governo centralizado teria de dar lugar, nas províncias também, ao autogoverno dos produtores. No breve esboço de organização nacional, que a Comuna não teve tempo de desenvolver, estabeleceu-se claramente que a Comuna devia de ser a forma política, inclusive das menores aldeias do país, e que nos distritos rurais o exército permanente devia ser substituído por uma milícia popular, com um tempo de serviço extremamente curto. As comunas rurais de todos os distritos administrariam os seus assuntos comuns por uma assembleia de delegados na capital do distrito e estas assembleias distritais, por sua vez, enviariam deputados à delegação nacional em Paris, sendo cada delegado revogável a qualquer momento e vinculado pelo mandato imperativo (instruções) de seus eleitores. As poucas, mas importantes funções que ainda restavam a um governo central, não seriam suprimidas, como foi intencionalmente dito de maneira deturpada, mas executadas por agentes comunais, e, portanto, estritamente responsáveis. Não se tratava de destruir a unidade da nação, mas, pelo contrário, organizada pela Constituição comunal e tornada realidade pela destruição do poder de Estado, o qual pretendia ser a encarnação dessa unidade, independente e situado acima da própria nação, de que não era senão uma excrescência parasitária. Enquanto os órgãos meramente repressivos do velho poder governamental deviam ser amputados, as suas funções legítimas deviam ser retiradas da autoridade que usurpava uma posição imperativa sobre a própria sociedade, para restituí-la aos servidores responsáveis dessa sociedade. Em vez de decidir uma vez cada três ou seis anos, que membros da classe governante deviam representar e esmagar o povo no Parlamento, o sufrágio universal devia servir ao povo organizado em comunas, do mesmo modo que o sufrágio individual serve aos patrões, que procuram operários e administradores para o seus negócios. E é um fato bem conhecido que as empresas, como se fossem indivíduos, em matéria de negócios reais sabem colocar o homem certo no lugar certo e, se nessa escolha alguma vez cometem um erro, sabem como repará-lo prontamente. Por outro lado, nada poderia

ser mais estranho ao espírito da Comuna do que substituir o sufrágio universal pela investidura hierárquica.

Em geral, as criações históricas completamente novas estão destinadas a ser incompreendidas como uma reprodução de formas velhas, e mesmo mortas, da vida social, com as quais podem ter certas semelhanças. Assim, esta nova Comuna, que quebra o moderno poder de Estado, foi tomada erradamente como uma reprodução das comunas medievais, que precederam imediatamente esse poder estatal e logo lhe serviram de base. O regime comunal foi tomado erradamente como uma tentativa para fracionar em uma federação de pequenos Estados, como sonharam Montesquieu e os Girondinos, aquela unidade das grandes nações que, se em suas origens foi instaurada pela violência, se converteu em um poderoso fator da produção social. O antagonismo entre a Comuna e o poder de Estado tem sido apresentado como uma forma exagerada da antiga luta contra o excessivo centralismo. Circunstâncias históricas peculiares podem ter impedido o desenvolvimento clássico, como na França, da forma burguesa de governo e podem ter permitido, como na Inglaterra, completar na cidade os grandes órgãos centrais de Estado com assembleias paroquiais corrompidas, por conselheiros traficantes, por ferozes administradores da assistência pública nas cidades e por magistrados virtualmente hereditários no campo. O regime Comunal teria restituído ao organismo social todas as forças até então absorvidas pelo Estado parasitário, que se alimenta da sociedade e freia o livre movimento. Bastaria esse fato, para dar início à regeneração da França. A burguesia provinciana da França via na Comuna uma tentativa de restaurar a predominância que ela havia exercido sobre o campo, sob Luís Filipe e que, sob Luís Napoleão, fora suplantado pelo suposto domínio do campo sobre a cidade. Na realidade, o regime comunal colocava os produtores rurais sob a direção ideológica das capitais dos seus distritos, oferecendo-lhes, nos operários da cidade, os representantes naturais de seus interesses. A simples existência da Comuna implicava, como uma coisa evidente, um regime de autonomia local, mas já não como um obstáculo ao poder de Estado, agora substituído. Só podia passar pela cabeça de um Bismarck, o qual, quando não comprometido nas suas intrigas de sangue e ferro, gosta sempre de retomar a sua velha ocupação, tão conveniente ao seu calibre mental, de colaborador do *Kladderadatsch* (o *Punch* de Berlim), só em uma cabeça como essa poderia caber ou atribuir à Comuna de Paris a aspiração de reproduzir aquela caricatura

da organização municipal francesa de 1791, que é a organização municipal da Prússia, onde a administração das cidades fica rebaixada ao papel de simples engrenagem secundária do aparato policial do Estado prussiano. A Comuna se converteu em realidade essa palavra de ordem das revoluções burguesas, que é um “governo barato”, ao destruir os dois grandes fatores de gastos: o exército permanente e a burocracia do Estado. A sua própria existência pressupunha a não existência da monarquia, a qual, pelo menos na Europa, é o lastro normal e o disfarce indispensável da dominação de classe. A Comuna dotou a República de uma base de instituições realmente democráticas. Mas nem o governo barato nem “República verdadeira” eram a sua meta final. Não eram senão os seus corolários.

A multiplicidade de interpretações a que a Comuna esteve sujeita e a multiplicidade de interesses que a explicaram em seu benefício mostram que ela era uma forma política perfeitamente flexível, ao passo que todas as formas anteriores de governo têm sido marcadamente repressivas. Era este o seu verdadeiro segredo: a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política, finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho.

Sem essa última condição, a regime comunal teria sido uma impossibilidade e uma impostura. A dominação política dos produtores é incompatível com a perpetuação da sua escravidão social. A Comuna devia servir de alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais assenta a existência de classes e, por conseguinte, a dominação de classe. Uma vez emancipado o trabalho, todo o homem se torna um trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe.

É um estranho fato. Apesar de toda a conversa grandiloquente e toda a imensa literatura dos últimos sessenta anos sobre a emancipação do trabalho, assim que em qualquer parte os trabalhadores tomam o problema nas suas próprias mãos com determinação, surge logo toda a fraseologia apologetica dos porta-vozes da presente sociedade com os seus dois polos: o capital e escravidão assalariada (o senhor da terra não é agora senão o sócio comanditário do capitalista), como se a sociedade capitalista ainda estivesse no seu mais puro estado de inocência virginal, com os seus antagonismos ainda não desenvolvidos, com suas ilusões ainda não desmascaradas, com suas realidades prostituídas ainda não reveladas. A Comuna – exclamam – pretende abolir a propriedade, base

de toda a civilização! Sim, senhores, a Comuna pretendia abolir essa propriedade de classe, que faz do trabalho de muitos a riqueza de poucos. A Comuna aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade, transformando os meios de produção, terra e capital, que hoje são fundamentalmente meios de escravidão e exploração do trabalho, em simples instrumentos de trabalho livre e associado. Mas isso é o comunismo, comunismo “irrealizável”! Contudo, os indivíduos das classes dominantes, que são bastante inteligentes para perceber a impossibilidade de perpetuar o sistema presente – e não são poucos – erigiram-se em apóstolos, enfadonhos e prolixos da produção cooperativa. Se a produção cooperativa for algo mais do que uma impostura e um disfarce; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob o seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, consequências inevitáveis da produção capitalista – o que será isso, senhores, senão o comunismo, comunismo “realizável”?

A classe operária não esperava milagres da Comuna. Os operários não têm utopias prontas, para introduzir por decreto do povo. Sabem que para realizar a sua própria emancipação – e com ela essa forma superior de vida para a qual tende irresistivelmente a sociedade atual, por seu próprio desenvolvimento econômico – terão de enfrentar longas lutas, por uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens. Eles não têm de realizar ideais, mas libertar os elementos da nova sociedade que a velha sociedade burguesa agonizante traz em seu seio. Na plena consciência da sua missão histórica e com a resolução heroica de agir à altura dela, a classe operária pode rir diante das grosseiras investidas dos lacaios da pluma e do patronato recheado de doutrinas burguesas de boas intenções, que derramam as suas trivialidades ignorantes e as suas manias sectárias no tom oracular da infalibilidade científica.

Quando a Comuna de Paris tomou a direção da revolução nas suas próprias mãos; quando simples operários ousaram pela primeira vez infringir o privilégio governamental dos seus “superiores naturais” e, em circunstâncias extraordinariamente difíceis, executaram a sua obra modestamente, consciente e eficaz, executaram-na com salários, o mais elevado dos quais mal atingia, segundo uma alta autoridade científica, um quinto do mínimo requerido para uma secretária de certo conselho es-

colar de Londres, o velho mundo contorceu-se em convulsões de raiva, diante da Bandeira Vermelha, símbolo da República do Trabalho, flutuando sobre o Hotel de Ville.

No entanto, era a primeira revolução em que a classe operária foi abertamente reconhecida como a única classe capaz de iniciativa social, inclusive pela grande massa da classe média de Paris – lojistas, comerciantes, negociantes – com a única exceção dos capitalistas ricos. A Comuna os salvou, mediante uma sagaz solução da permanentemente fonte de discórdias dentro da própria classe média: o conflito entre credores e devedores. A mesma parte da classe média, depois de ter ajudado a derrotar a insurreição operária de junho de 1848, foi logo sacrificada sem cerimônias aos seus credores pela então Assembleia Constituinte. Mas este não era o seu único motivo para se juntar agora em torno da classe operária. Ela sentia que só havia uma alternativa – a Comuna ou o Império – qualquer que fosse o nome com que pudesse reaparecer. O Império a tinha arruinado economicamente pela devastação que fez da riqueza pública, pela especulação financeira em grande escala, que encorajou, pelos adereços que emprestou à centralização artificialmente acelerada de capital e pela expropriação concomitante nas suas próprias fileiras. Ele a tinha suprimido politicamente, tinha-a escandalizado moralmente pelas suas orgias, tinha insultado o seu voltairianismo ao entregar a educação dos seus filhos aos frades ignorantes, tinha revoltado o seu sentimento nacional francês ao precipitá-la de cabeça numa guerra que só deixava um equivalente para as ruínas que fizera: o desaparecimento do Império. De fato, após o êxodo de Paris de toda a alta “boemia” bonapartista e capitalista, o verdadeiro partido da ordem da classe média apareceu na forma da “União Republicana”, alistando-se sob as cores da Comuna e defendendo-a contra a deturpação premeditada de Thiers. O tempo terá de mostrar se a gratidão dessa grande massa da classe média resistirá à severa prova atual.

A Comuna tinha inteira razão ao dizer aos camponeses: “A nossa vitória é a sua única esperança.” De todas as mentiras incubadas em Versalhes e difundidas pelos ilustres mercenários da imprensa europeia, uma das mais tremendas foi a de que os “rurais” representavam o camponato francês. Imagine o amor do camponês francês pelos homens a quem teve de pagar, depois de 1815, um bilhão de indenização. Aos olhos do camponês francês, a própria existência de um grande proprietário fundiário é em si uma usurpação sobre as suas conquistas de 1789.

O burguês, em 1848, tinha-lhe sobrecarregado a parcela de terra com a taxa adicional de quarenta e cinco cêntimos por franco; mas o fez, então, em nome da revolução; ao passo que, agora, tinha fomentado uma guerra civil contra a revolução, para lançar sobre os ombros do camponês o fardo principal dos cinco bilhões de indenização a pagar aos prussianos. A Comuna, por outro lado, em uma das suas primeiras proclamações, declarava que os verdadeiros causadores da guerra teriam de ser levados a pagar o seu custo. A Comuna teria libertado o camponês do imposto de sangue –ter-lhe-ia dado um governo barato –, teria transformado os seus atuais sanguessugas, o tabelião, o advogado, o coletor e outros dignatários judiciais, em agentes comunais assalariados, eleitos por ele e perante ele responsáveis. Tê-lo-ia livrado da tirania do guarda florestal, do gendarme e do prefeito; o ensino pelo professor teria substituído o embrutecimento pelo padre. E o camponês francês é, acima de tudo, um homem de cálculo. Teria achado extremamente razoável que o pagamento do padre, em vez de ser extorquido pelo cobrador de impostos, estivesse apenas dependente da ação espontânea dos sentimentos religiosos dos paroquianos. Tais eram as grandes vantagens imediatas que o governo da Comuna – e só esse governo – oferecia ao campesinato francês. É, pois, inteiramente supérfluo desenvolver aqui os problemas mais complicados, mas vitais, que só a Comuna estava apta, e ao mesmo tempo forçada, a resolver em favor do camponês, isto é, a dívida hipotecária, que pesava como uma maldição sobre o seu pedaço de terra; o proletariado do campo, que crescia constantemente, e o processo de sua expropriação da terra que cultivava, processo cada vez mais acelerado, em virtude do desenvolvimento da agricultura moderna e a concorrência da produção agrícola capitalista.

O camponês francês elegeu Luís Bonaparte presidente da República; mas o partido da ordem criou o Império. Aquilo que o camponês francês queria realmente, começou a mostrá-lo em 1849 e 1850, opondo o seu alcaide ao prefeito do governo, o seu mestre-escola ao padre do governo e opondo-se ele próprio ao gendarme do governo. Todas as leis feitas pelo partido da ordem em janeiro e fevereiro de 1850 eram medidas confessas de repressão contra o camponês. O camponês era bonapartista, porque a grande Revolução, com todos os benefícios que lhe trouxe, estava personificada, aos seus olhos, em Napoleão. Esta ilusão, rapidamente destruída sob o segundo Império (e, pela sua própria natureza, hostil aos “rurais”), este preconceito do passado, como poderia ter resis-

tido ao apelo da Comuna aos interesses vitais e às necessidades urgentes do campesinato?

Os “rurais” – era essa, de fato, a sua principal apreensão – sabiam que três meses de comunicação livre de Paris da Comuna com as províncias levaria a um levante geral dos camponeses; daí a sua ânsia em estabelecer um bloqueio policial de Paris, para impedir a epidemia se propagasse.

A Comuna era, portanto, a verdadeira representação de todos os elementos sadios da sociedade francesa e, assim, o verdadeiro governo nacional. Mas, ao mesmo tempo, como governo operário e paladino da emancipação do trabalho, era um governo internacional, no pleno sentido da palavra. Diante dos olhos do exército prussiano, que havia anexoado à Alemanha duas províncias francesas, a Comuna anexou à França os operários do mundo inteiro.

O segundo Império tinha sido o jubileu da vigarice cosmopolita: os escroques de todos os países atenderam rapidamente ao seu apelo para participar em suas orgias e na pilhagem do povo francês. Mesmo neste momento, o braço direito de Thiers é Ganesco, o velhaco imundo, e o seu braço esquerdo é Markovski, o espião russo. A Comuna concedeu a todos os estrangeiros a honra de morrer por uma causa imortal. Entre a guerra estrangeira, perdida pela traição da burguesia, e a guerra civil, provocada pela sua conspiração com o invasor estrangeiro, a burguesia tinha encontrado tempo para exibir o seu patriotismo, organizando batidas policiais aos alemães residentes na França. A Comuna fez de um operário alemão o seu ministro do Trabalho. Thiers, a burguesia, o Segundo Império, tinham continuamente enganado a Polônia com ruidosas declarações de simpatia, entregando-a, na realidade, à Rússia, e fazendo o trabalho sujo desta. A Comuna honrou os filhos heroicos da Polônia, colocando-os à frente dos defensores de Paris. E, para marcar nitidamente a nova era da história, que conscientemente inaugurava, a Comuna, diante dos olhos dos conquistadores prussianos, de um lado, e do exército bonapartista comandado por generais bonapartistas, de outro, jogou por terra aquele símbolo gigantesco da glória bélica que era a Coluna Vendôme.

A grande medida social da Comuna foi a sua própria existência, o seu trabalho. As suas medidas concretas não podiam senão expressar a linha e conduta de um governo do povo pelo povo. Tais foram a abolição do trabalho noturno dos padeiros; a proibição, com penalização, da prática dos patrões, que consistia em reduzir salários, impondo aos seus operários,

sob variados pretextos – processo esse no qual o patrão reúne as funções de legislador, juiz e executor – e, além disso, embolsa o dinheiro. Outra medida desta espécie foi a entrega às organizações operárias, sob reserva de domínio, de todas as oficinas e fábricas fechadas, quer os capitalistas tivessem fugido quer tivessem preferido suspender o trabalho.

As medidas financeiras da Comuna, notáveis pela sua sagacidade e moderação, só podiam ser as que eram compatíveis com a situação de uma cidade cercada. Considerando os roubos colossais cometidos sobre a cidade de Paris pelas grandes companhias financeiras e pelos empreiteiros, com a proteção de Haussmann, a Comuna teria tido motivos incomparavelmente maiores para confiscar seus bens que Luís Bonaparte para confiscar os da família Orléans. Os Hohenzollern e os oligarcas ingleses, que colheram, uns e outros, uma grande parte das suas propriedades da pilhagem da Igreja, ficaram grandemente chocados, naturalmente, com os 8 mil francos que a Comuna retirou da secularização.

Enquanto o governo de Versalhes, assim que recuperou algum ânimo e alguma força, usava os meios mais violentos contra a Comuna; enquanto suprimia a livre expressão da opinião por toda a França, até o ponto de proibir as assembleias de delegados das grandes cidades; enquanto submetia Versalhes e o resto da França a uma espionagem, que ultrapassou de longe a do Segundo Império; enquanto queimava pelos seus inquisidores-gendarmes todos os jornais impressos em Paris e inspecionava toda a correspondência de e para Paris; enquanto na Assembleia Nacional as mais tímidas tentativas para colocar uma palavra a favor de Paris eram esmagadas em gritaria, de uma maneira desconhecida mesmo da *Chambre introuvable* de 1816; com a guerra selvagem dos versalheses fora de Paris e, dentro, as suas tentativas de corrupção e conspiração, poderia a Comuna, sem trair ignominiosamente sua causa, conservar todas as formas e aparências de liberalismo, como se governasse em tempos de tranquila paz? Tivesse o governo da Comuna sido semelhante ao de Thiers não teria havido mais razões para suprimir jornais do partido da ordem em Paris do que houve para suprimir jornais da Comuna em Versalhes.

De fato, era irritante para os “rurais” que precisamente no instante em que preconizavam o retorno ao seio da Igreja, como o único meio de salvar a França, a infiel Comuna revelasse os segredos do convento de Picpus e da igreja Saint-Laurent. Era uma zombaria contra Thiers o fato de que, enquanto ele fazia chover grã-cruzes sobre os generais bonapartistas, em reconhecimento à sua maestria em perder batalhas, assinava

capitulações e enrolava cigarros em Wilhelmshöhe, a Comuna demitia e prendia os seus generais sempre que eram suspeitos de negligência para com os seus deveres. A expulsão e prisão, pela Comuna, de um dos seus membros, que se havia infiltrado nela, sob um falso nome e que, em Lyon, foi preso durante seis dias, em decorrência de uma simples falência, não era isso por ventura um deliberado insulto ao falsário Jules Favre, então ainda ministro dos Negócios Estrangeiros da França e que continuava vendendo o seu país a Bismarck, e dando ordens àquele incomparável governo da Bélgica? A verdade é que a Comuna não fingia possuir o dom da infalibilidade, o atributo invariável de todos os governos de velho tipo. Ela publicou seus atos e declarações, revelando ao público todas as suas falhas.

Em todas as revoluções, ao lado dos verdadeiros revolucionários, aparecem homens de outra têmpera. Alguns deles, sobreviventes e devotos de revoluções passadas, sem discernimento do movimento presente, mas conservando influência popular, seja por sua honestidade e coragem conhecidas, seja simplesmente por força da tradição; outros, meros vociferadores, que à força de repetir ano após ano o mesmo pacote de declamações estereotipadas contra o governo do dia, conseguiram fazer-se passar por revolucionários de pura cepa. Depois de 18 de março, vieram à tona homens desse tipo, que em alguns casos conseguiram desempenhar papéis preeminentes. Na medida em que seu poder o permitia, dificultaram a ação real da classe operária, exatamente como homens desta espécie tinham dificultado o pleno desenvolvimento de todas as revoluções anteriores. São um mal inevitável: com o tempo são afastados; mas a Comuna não pôde dispor desse tempo.

Prodigiosa, na verdade, foi a mudança que a Comuna operou em Paris! Daquela Paris prostituída pelo Segundo Império, nada mais restava. Paris já não era o ponto de encontro dos latifundiários ingleses, dos absenteeistas irlandeses, antigos escravistas e fornecedores norte-americanos, ex-proprietários russos de servos e boiardos da Valáquia. Não mais cadáveres no necrotério, nem assaltos noturnos, quase nenhum roubo. Pela primeira vez, desde os dias de fevereiro de 1848, as ruas de Paris eram seguras, e isto sem qualquer polícia de qualquer espécie. *“Não ouvimos mais falar – dizia um membro da Comuna – de assassinatos, roubos e agressões. É como se a polícia tivesse arrastado consigo para Versalhes todos seus amigos conservadores”*. As meretrizes seguiram o rastro dos seus protetores, os fugitivos homens de família, de religião e, acima de tudo, de

propriedade. Em seu lugar, as verdadeiras mulheres de Paris apareceram de novo à superfície, heroicas, nobres e dedicadas, como as mulheres da antiguidade. Paris trabalhava, pensava, lutava e dava o seu sangue; radiante no entusiasmo de sua iniciativa histórica, dedicada a forjar uma nova sociedade, quase se esquecia dos canibais que estavam à espreita diante de suas portas.

Oposto a este mundo novo em Paris, estava o mundo velho de Versalhes – aquela assembleia de legitimistas e orleanistas, abutres de todos os regimes mortos, ávidos por alimentarem-se da carcaça da nação – com uma cauda de republicanos antediluvianos, sancionando com a sua presença na Assembleia a rebelião dos escravistas, fiando-se, para a manutenção da sua República parlamentar, na vaidade do charlatão senil à sua cabeça, e caricaturando a revolução 1789 ao realizarem as suas reuniões de espectros no *Jeu de Paume*. Ali estava ela, essa Assembleia, a representante de tudo o que estava morto na França, mantida numa aparência de vida só pelos sabres dos generais de Luís Bonaparte. Paris toda verdade, Versalhes toda mentira; e essa mentira, exalada pela boca de Thiers.

“Dou-lhe a minha palavra, à qual jamais faltei”, disse Thiers a uma comissão de prefeitos do departamento de Seine-et-Oise. À própria Assembleia Nacional, afirmou que “é a Assembleia mais livremente eleita e a mais liberal que já existiu na França”; disse à sua soldadesca multicolor que é “a admiração do mundo e o mais belo exército que a França já possuiu”. Disse às províncias que o bombardeio de Paris, por ele, era um mito:

“Se foram disparados alguns tiros de canhão, não foi pelo exército de Versalhes, mas por alguns insurretos, para fazer crer que lutam, quando de fato não se atrevem a aparecer”. Pouco depois disse às províncias que “a artilharia de Versalhes não bombardeia Paris, mas simplesmente a canhoneia”. Declarou ao arcebispo de Paris que as pretensas execuções e represálias atribuídas às tropas de Versalhes não passavam de uma mentira. Disse a Paris que só estava ansioso *“por libertá-la dos horríveis tiranos que a oprimem”* e que, na realidade, Paris da Comuna não era *“mais do que um punhado de criminosos”*.

A Paris do Sr. Thiers não era a Paris real da “vil multidão”, mas uma Paris fantasma, a Paris dos fugitivos, Paris masculina e feminina dos bulevares, a Paris rica, capitalista, dourada, preguiçosa, que se apinhava agora em Versalhes, Saint-Denis, Rueil e Saint-Germain com os seus lacaios, os seus fura-greves, a sua boemia literária e as suas meretrizes. A Paris para a qual a guerra civil não era senão um passatempo divertido, que

olhava o desenrolar da batalha através de binóculos, contando os tiros de canhão e jurando por sua própria honra e a de suas prostitutas, que aquele espetáculo era muito melhor do que os que se representavam no Teatro da Porta Saint-Martin. Ali, os que caíam eram mortos de verdade, os gritos dos feridos eram também verdadeiros, e, além do mais, tudo era tão intensamente histórico!

Essa era a Paris do Sr. Thiers, da mesma forma que o mundo dos emigrados de Coblença era a França do Sr. Calonne.

IV

A primeira tentativa da conspiração dos escravistas para subjugar Paris e conseguir sua ocupação pelos prussianos fracassou diante da negativa de Bismarck. A segunda tentativa, a de 18 de março, terminou na derrota do exército e na fuga do governo para Versalhes, que ordenou a toda a administração que abandonasse seus postos e acompanhasse na fuga. Mediante a simulação de negociações com Paris, Thiers ganhou tempo para preparar a guerra contra ela. Mas, onde conseguir um exército? Os restos de regimentos eram escassos em número e inseguros quanto a moral. Seu desesperado apelo às províncias para que viessem em ajuda a Versalhes com suas guardas nacionais e seus voluntários foi rechaçado por completo. Só a Bretanha mandou alguns *chouans* que combatiam sob uma bandeira branca, com um coração de Jesus e pano branco e gritando “Viva o Rei!”. Thiers foi assim forçado a reunir, às pressas, um bando heterogêneo composto por marinheiros, soldados de marinha, zuavos pontifícios, gendarmes de Valentin e guardas municipais e espiões de Piétri. Mas esse exército, contudo, teria sido ridiculamente ineficaz sem a incorporação dos prisioneiros de guerras imperiais, que Bismarck foi entregando parceladamente em quantidades que bastasse para manter viva a guerra civil e conservar o governo de Versalhes em abjeta dependência da Prússia. Durante a própria guerra, a polícia de Versalhes tinha de vigiar o exército de Versalhes, enquanto os gendarmes eram obrigados arrastá-los à luta, colocando-os sempre nos postos de perigo. Os fortes que caíram não foram conquistados, mas comprados. O heroísmo dos federados convenceu Thiers de que para vencer a resistência de Paris não bastavam o seu gênio estratégico, nem pelas baionetas de que dispunha.

Enquanto isso, suas relações com as províncias tornavam-se cada vez mais difíceis. Não chegava uma só mensagem de adesão para animar Thiers e seus “rurais”. Muito pelo contrário, de toda parte chegavam

delegações e mensagens pedindo, em um tom que tinha de tudo menos respeito, a reconciliação com Paris sobre a base do reconhecimento inequívoco da República, das liberdades comunais e da dissolução da Assembleia Nacional, cujo mandato estava extinto. Essas mensagens afluíam em tal número que em sua circular de 23 de abril aos procuradores, Dufaure, ministro da Justiça de Thiers, ordenava-lhes que tratassem como um crime o “apelo à conciliação”! Apesar disso, em face das perspectivas desesperadas que se abriram diante da campanha militar, Thiers resolveu mudar de tática, ordenando que se realizassem eleições municipais por todo o país, em 30 de abril, sobre a base da nova lei municipal por ele próprio ditada à Assembleia Nacional. Utilizando, segundo os casos, as intrigas de seus prefeitos e a intimidação policial, estava seguro de que a votação nas províncias lhe permitiria urgir a Assembleia Nacional com aquele poder moral que jamais tivera, e obter afinal das províncias a força material de que necessitava para a conquista de Paris.

Thiers preocupou-se desde o primeiro momento em combinar sua guerra de bandidos contra Paris – glorificada em seus próprios boletins –, e as tentativas de seus ministros para instaurar de um extremo a outro da França o reinado do terror, com uma pequena comédia de conciliação, que deveria servir-lhe para mais de uma finalidade. Tratava-se com isso de enganar as províncias, de seduzir a classe média de Paris e, sobretudo, de oferecer aos pretensos republicanos da Assembleia Nacional a oportunidade de esconder a sua traição contra Paris por trás de sua fé em Thiers. Em 21 de março, quando ainda não contava com um exército, Thiers declarava diante da Assembleia: *“Haja o que houver, jamais enviarei tropas contra Paris”*. Em 27 de março, interveio outra vez: *“Encontrei a República como um fato consumado e estou disposto firmemente a mantê-la”*. Na realidade, em Lyon e Marselha esmagou a revolução em nome da República, enquanto que em Versalhes os rugidos dos seus “rurais” abafavam a simples menção ao seu nome. Depois dessa façanha, rebaixou o “fato consumado” à categoria de fato hipotético. Os príncipes Orléans, que Thiers havia afastado de Bordeaux por precaução. Podiam agora fazer intrigas em Dreux, o que constituía flagrante violação da lei. As concessões prometidas por Thiers, em suas intermináveis conversações com os delegados de Paris e das províncias, embora variassem constantemente de tom e de cor, segundo o tempo e as circunstâncias, reduziam-se sempre, no fundo, à promessa de que sua vingança se limitaria ao “grupo de criminosos envolvidos nos assassinatos de Lecomte e Clément Thomas”

; bem entendido, sob a condição de que Paris e a França aceitassem sem reservas o senhor Thiers como a melhor das Repúblicas possíveis, como ele havia feito em 1830 com Luís Felipe. Mesmo essas concessões, tinham o cuidado de pô-las em dúvida através dos comentários oficiais que fazia por intermédio de seus ministros na Assembleia Nacional. E havia Dufaure para agir. Dufaure, esse velho advogado orleanista, tinha sido o poder judiciário supremo de todos os estados de sítio, tanto agora, em 1871, sob Thiers, como em 1839 sob Luís Felipe, e em 1849, sob a presidência de Luís Bonaparte. No período que esteve fora do ministério, reunira uma fortuna defendendo os pleitos dos capitalistas de Paris e acumulou capital político, demandando contra leis por ele mesmo elaboradas. Agora, não contente em fazer com que a Assembleia Nacional votasse com toda pressa uma série de leis repressivas que, depois da queda de Paris, tinham de servir para extirpar os últimos vestígios das liberdades republicanas na França. Traçou de antemão o destino que Paris teria de percorrer, ao abreviar as tramitações dos tribunais de guerra, que ainda lhe pareciam demasiado lentos, e ao apresentar uma nova lei draconiana de deportação. A Revolução de 1848, ao abolir a pena de morte para crimes políticos, substituiu-a pela deportação. Luís Bonaparte não ousou, pelo menos em teoria, a restabelecer o regime da guilhotina. E a Assembleia dos “rurais”, que ainda não ousava insinuar que os parisienses não eram rebeldes, mas assassinos, teve de manter sua planejada vingança contra Paris nos limites da nova lei de deportação de Dufaure. Sob todas essas circunstâncias, Thiers não teria podido continuar representando sua comédia de conciliação, se esta não tivesse provocado, como ele queria, gritos de raiva entre os “rurais”, cujas mentes ruminantes eram incapazes de compreender não apenas a farsa, mas tudo o que a farsa exigia em hipocrisia, tergiversação e procrastinação.

Na iminência das eleições municipais de 30 de abril, Thiers, em 27 de abril, representou uma de suas grandes cenas conciliatórias. No meio de uma torrente de retórica sentimental, exclamou da tribuna da Assembleia:

“A única conspiração existente contra a República é a de Paris, que nos obriga a derramar sangue francês. Não me cansarei de repetir: que aquelas mãos soltem as armas infames que empunham e o castigo se deterá imediatamente por um ato de paz do qual só um pequeno número de criminosos ficará excluído!”.

E como os “rurais” o interrompessem violentamente, replicou:

“Senhores, digei-me, eu suplico, caso eu esteja errado. Lamentais realmente que eu diga aqui que os criminosos constituem apenas um pequeno grupo? Não é uma felicidade, em meio às nossas desgraças, que os homens que foram capazes de derramar o sangue de Clément Thomas e do general Lecomte sejam apenas raras exceções?”

A França, contudo, fez ouvidos moucos àqueles discursos que Thiers acreditava ser um canto de sereia parlamentar. Dos 700 mil conselheiros municipais eleitos pelos 25 mil municípios que a França ainda conservava, os legitimistas, orleanistas e bonapartistas coligados não obtiveram 8 mil. As eleições suplementares que se seguiram foram ainda mais decididamente hostis. Desse modo, em lugar de obter das províncias a força física de que tanto necessitava, a Assembleia Nacional perdeu até o seu último título de força moral: o de ser a expressão do sufrágio universal da nação. Para completar a derrota, os conselhos municipais recém-eleitos de todas as cidades da França ameaçaram abertamente a Assembleia usurpadora de Versalhes com uma contra-Assembleia em Bordeaux.

O momento tão esperado de lançar-se à ação decisiva chegou, finalmente, para Bismarck. Este ordenou preemptoriamente a Thiers que enviasse a Frankfurt plenipotenciários para assinar definitivamente a paz. Obedecendo com humildade ao chamado do seu senhor, Thiers se apressou em enviar seu fiel Jules Favre, assistido por Pouyer-Quertier, um “eminente” fiandeiro de algodão de Rouen, partidário fervoroso e mesmo servil do Segundo Império, que jamais havia descoberto nenhuma falha neste, exceto o tratado comercial com a Inglaterra, prejudicial aos seus negócios. Mal se instalou em Bordeaux, como ministro da Fazenda de Thiers, denunciou esse “nefasto” tratado, sugeriu a sua imediata revogação teve até mesmo o descaramento de tentar, embora em vão (não levou em conta Bismarck em seus cálculos) o pronto restabelecimento das antigas tarifas protecionistas contra a Alsácia, onde, segundo ele, não existia obstáculo de nenhum tratado internacional anterior. Esse homem, que via na contrarrevolução um meio de rebaixar os salários em Rouen, e na entrega à Prússia das províncias francesas um meio para majorar os preços de seus artigos na França – não era esse homem predestinado para ser escolhido por Thiers, em sua última e fulminante traição, como ajudante de ordens de Jules Favre?

Quando da chegada a Frankfurt dessa notável parrelha de plenipotenciários, o brutal Bismarck os recebeu com este dilema categórico: “ou a restauração do Império ou a aceitação incondicional dos meus próprios

termos de paz!”. Entre essas condições figura a de reduzir os prazos para o pagamento da indenização de guerra e a prorrogação da ocupação dos fortes de Paris pelas tropas prussianas enquanto Bismarck não estivesse satisfeito com o estado de coisas reinante na França. Dessa maneira, era a Prússia reconhecida como o árbitro supremo da política interna francesa. Em troca disso, oferecia libertar, para que exterminasse Paris, o exército bonapartista que mantinha prisioneiro e prestar-lhe o apoio direto das tropas do imperador Guilherme. Ele apançava a sua boa-fé tornando o pagamento da primeira prestação da indenização subordinado à “pacificação” de Paris. É desnecessário dizer que Thiers e seus plenipotenciários lançaram-se avidamente sobre esse prato. O tratado de paz foi por eles assinado em 10 de maio, sendo ratificado pela Assembleia de Versalhes em 18 de maio.

No intervalo entre a conclusão da paz e a chegada das tropas bonapartistas, Thiers sentiu-se mais obrigado a retomar a sua comédia de conciliação, uma vez que suas marionetes republicanas necessitavam desesperadamente de um pretexto que lhes permitisse fechar os olhos aos preparativos da carnificina de Paris. Ainda em 18 de maio, ele respondeu a uma comissão de conciliadores pequeno-burgueses: *“Quando os insurretos decidirem capitular, as portas de Paris se abrirão de par em par, durante uma semana, para todos, exceto aos assassinos dos generais Clément Thomas e Lecomte”*.

Poucos dias depois, interpelado energicamente pelos “rurais” sobre essas promessas, negou-se a dar qualquer espécie de explicação, mas sem deixar de fazer esta alusão significativa: *“Digo que há entre vocês homens impacientes, homens por demais apressados. Tais homens devem esperar ainda oito dias, ao fim dos quais o perigo terá passado e a tarefa será proporcional à sua valentia e capacidade”*. Assim que Mac-Mahon pôde assegurar-lhe que em breve poderia entrar em Paris, Thiers declarou à Assembleia que *“entraria em Paris com a lei na mão e exigiria uma completa punição para os miseráveis que haviam sacrificado a vida dos nossos soldados e destruído os nossos monumentos públicos”*. Ao aproximar-se do momento decisivo, disse à Assembleia: *“Serei impiedoso”*; a Paris, que estava condenada; e aos seus bandidos bonapartistas, que tinham carta branca para vingar-se de Paris como bem entendessem. Por último, quando, em 21 de maio, a traição abriu as portas de Paris ao general Douay, Thiers revelou aos “rurais” o “objetivo” de sua comédia de reconciliação, que tanto se haviam obstinado em não compreender: *“Disse a vocês, há alguns dias, que estávamos aproxi-*

mando de nossos objetivos; hoje, venho dizer que o objetivo foi alcançado. O triunfo da ordem, da justiça e da civilização foi finalmente conseguido!”

E assim foi. A civilização e a justiça da ordem burguesa aparecem em todo o seu sinistro esplendor onde quer que os escravos e párias dessa ordem ousem rebelar-se contra seus senhores. Em tais momentos, essa civilização e essa justiça mostram o que são: selvageria sem máscara e vingança sem lei. Cada nova crise que se produz na luta de classes entre os produtores e os apropriadores faz ressaltar esse fato com maior clareza. Mesmo as atrocidades cometidas pela burguesia em junho de 1848 empalidecem diante da infâmia indescritível de 1871. O heroísmo abnegado com que a população – homens, mulheres e crianças – lutou durante oito dias desde a entrada dos versalheses na cidade reflete a grandeza de sua causa, do mesmo modo que as façanhas infernais da soldadesca refletem o espírito inato dessa civilização da qual ela é o braço vingador e mercenário. Gloriosa civilização, cujo grande problema consiste em saber como se ver livre dos montões de cadáveres feitos por ela, depois de terminada a batalha!

Para encontrar um paralelo com a conduta de Thiers e dos seus cães de caça, é necessário remontar aos tempos de Sula e dos triunviratos romanos. As mesmas matanças em massa a sangue frio; o mesmo desdém, na matança, pela idade e o sexo; o mesmo sistema de torturar os prisioneiros, as mesas proscritões, mas agora de toda uma classe; a mesma caça selvagem dos chefes na clandestinidade, a fim de que nenhum escape; as mesmas delações de inimigos políticos e pessoais; a mesma indiferença diante dos massacres de pessoas alheias à luta. Há, porém, uma diferença: os romanos não dispunham de metralhadoras para despachar em massas os proscritos e não agiam “com a lei nas mãos” nem com o brado de “civilização” nos lábios.

Após esses horrores, voltemos as vistas para outra face. Ainda mais repugnante, dessa civilização burguesa, tal como sua própria imprensa descreve.

“Enquanto ao longe – escreve o correspondente parisiense de um jornal conservador de Londres – ouvem-se disparos esparsos e entre as tumbas do cemitério de Père-Lachaise agonizam infelizes feridos abandonados; enquanto 6 mil insurretos aterrados vagam numa agonia de desespero no labirinto das catacumbas e pelas ruas se veem ainda infelizes arrastados para ser abatidos pelas metralhadoras, torna-se revoltantes ver os cafés cheios de devotos do absinto, do bilhar e do dominó, ver

como as mulheres depravadas circulam pelos bulevares e ouvir como o barulho das orgias turvam o silêncio da noite nos gabinetes particulares dos restaurantes elegantes”.

O Sr. Edouard Hervé escreve no Jornal de Paris, diário de Versalhes suprimido pela Comuna:

“O modo como a população de Paris(!) manifestou ontem a sua satisfação era mais do que frívola e receamos que isso se agrave com o tempo. Paris tem agora um ar de festa, lamentavelmente, pouco adequado. Se não quisermos que nos chamem de ‘parisienses da decadência’ deveremos pôr fim a tal estado de coisas”.

E em continuação, cita a passagem de Tácito:

“Entretanto, na manhã seguinte daquela horrível batalha, e mesmo antes de terminar, Roma – degradada e corrompida – começou a chafurdar-se de tal modo na lama da voluptuosidade que destruía o seu corpo e manchava a sua alma: alibi proelia et vulnera, alibi balneae popinaeque (aqui, combates e feridas; ali; balneários e festins)”.

O Sr. Hervé só se esquece de dizer que a “população de Paris” de que fala é, exclusivamente, a população da Paris do senhor Thiers: os fugitivos que voltavam em tropel de Versalhes, Saint-Denis, Rueil e Saint-Germain, a Paris da “decadência”.

Em todos os seus triunfos sangrentos sobre os abnegados paladinos de uma sociedade nova e melhor, essa infame civilização, baseada na escravização do trabalho, afoga os gemidos de suas vítimas em um clamor selvagem de calúnias, que encontram eco em todo o mundo. A serena Paris operária da Comuna é subitamente transformada em pandemônio pelos cães de caça da “ordem”. E o que demonstra essa tremenda mudança nas mentes burguesas de todos os países? Ora, prova que a Comuna conspirou contra a civilização! O povo de Paris morre entusiasmaticamente pela Comuna em quantidade não igualada por nenhuma batalha da história. O que isso prova? Ora, prova que a Comuna não era o governo próprio do povo, mas a usurpação do poder por um punhado de criminosos! As mulheres de Paris dão alegremente suas vidas nas barricadas e diante dos pelotões de fuzilamento. O que isso prova? Ora, prova que o demônio da Comuna as converteu em Megeras e Hécates! A moderação da comuna durante os dois meses de seu governo indisputado só se iguala ao heroísmo da sua defesa. O que isso prova? Ora, prova que durante vários meses a Comuna ocultou cuidadosamente sob uma máscara de moderação e humanidade a sede de sangue de seus ins-

tintos satânicos, para dar-lhe rédea solta no momento de sua agonia!

A Paris operária, no ato de seu heroico auto-holocasto, envolveu em suas chamas edifícios e monumentos. Ao esquartejarem o corpo vivo do proletariado, os seus escravizadores já não deviam esperar um regresso triunfante aos muros intactos de suas casas. O governo de Versalhes grita: “Incendiários!” e sussurra essa palavra de ordem a todos os seus agentes, até ao mais remoto povoado, incitando a população, por toda parte, à caça de seus inimigos, como incendiários profissionais. A burguesia do mundo inteiro, que olha complacientemente o massacre em grande escala depois da batalha, treme de horror à profanação do ladrilho e do tijolo. Quando os governos dão licenças oficiais aos marinheiros para “matar, *queimar* e destruir”, dão ou não carta branca aos incendiários? Quando as tropas britânicas atearam fogo despreocupadamente no Capitólio, em Washington, e no palácio de verão do imperador chinês, são ou não incendiários? Quando os prussianos, não por razões militares, mas por mero rancor de desforra, queimaram com a ajuda de petróleo cidades como Châteaudun e inúmeras aldeias, eram ou não incendiários? Quando Thiers, durante seis semanas, bombardeou Paris a pretexto de que queria pôr fogo apenas nas casas habitadas, foi ou não incendiário? Na guerra, o fogo é uma arma tão legítima como qualquer outra. Edifícios ocupados pelo inimigo são bombardeados para incendiá-los. Se os seus ocupantes são forçados a se retirar, eles mesmos ateam fogo para impedir que os atacantes façam uso dos edifícios. Arder em chamas tem sido sempre a sorte inevitável de todos os edifícios situados na frente de batalha de todos os exércitos regulares do mundo. Mas na guerra dos escravizados contra os escravocratas – a única guerra justificável na história – esse argumento não tem validade, de modo algum! A Comuna usou o fogo estritamente como um meio de defesa. Usou-o para barrar as tropas de Versalhes, por aquelas avenidas amplas e retas que Haussmann expressamente abriu para o fogo da artilharia; usou-o para cobrir a sua retirada, da mesma maneira que os versalheses, no seu avanço, usaram as suas bombas, que destruíram pelo menos tantos edifícios como o fogo da Comuna. Ainda não se sabe ao certo, que edifícios foram incendiados pela defesa e pelo ataque. E a defesa só recorreu ao fogo quando as tropas versalhesas já tinham começado a matança de prisioneiros em grande escala. Além disso, há muito tempo a Comuna havia anunciado publicamente que, caso fosse levada ao extremo, ela se enterraria a si mesma sob as ruínas de Paris e faria desta capital uma segunda Moscou, como o

Governo da Defesa prometera fazer, mas apenas como um disfarce para a sua traição. Trochu tinha-lhe arranjado o petróleo para este propósito. A Comuna sabia que os seus adversários em nada se preocupavam com as vidas do povo de Paris, mas muito com os seus próprios edifícios em Paris. E Thiers, por outro lado, tinha-lhe dado conhecimento de que seria implacável na sua vingança. Assim que teve o exército pronto, de um lado, e que os prussianos fecharam a armadilha na saída, do outro, proclamou: “Serei impiedoso! O castigo será completo e a justiça severa!” Se os atos dos operários de Paris eram vandalismo, era o vandalismo de defesa em desespero, não o vandalismo de triunfo como o que os cristãos perpetraram contra os tesouros artísticos realmente inestimáveis da antiguidade pagã. E mesmo esse vandalismo foi justificado pelos historiadores como um acidente inevitável e relativamente insignificante face à luta titânica entre uma sociedade nova que surgia e uma antiga que sucumbia. Menos ainda era o vandalismo de Haussmann, que arrasou a Paris histórica para dar lugar à Paris do turista!

Mas e a execução pela Comuna dos sessenta e quatro reféns, com o arcebispo de Paris à frente! A burguesia e o seu exército restabeleceram, em junho de 1848, um costume que há muito tinha desaparecido da prática de guerra: a execução dos seus prisioneiros indefesos. Este costume brutal tinha tido desde então a adesão mais ou menos estrita dos esmagadores de levantes populares na Europa e na Índia, provando-se assim que ele constitui um real “progresso de civilização”! Por outro lado, os prussianos restabeleceram na França a prática de fazer reféns: homens inocentes que haviam de responder perante eles, com as suas vidas, pelos atos de outros. Quando Thiers, como vimos, desde o começo do conflito, pôs em vigor a prática humanitária de executar prisioneiros da Comuna, a Comuna foi obrigada, para proteger as suas vidas, a recorrer à prática prussiana de manter reféns. As vidas dos reféns haviam sido condenadas repetidas vezes pela execução continuada de prisioneiros por parte dos versalheses. Como poderiam eles ser poupados por mais tempo depois da carnificina com a qual os pretorianos de Mac-Mahon celebraram a sua entrada em Paris? Havia de ser feita uma mera simulação do último obstáculo – os reféns – contra a desenfreada ferocidade dos governos burgueses? O verdadeiro assassino do arcebispo Darbois é Thiers. Repetidas vezes, a Comuna tinha oferecido trocar o arcebispo, e ainda uma quantidade de padres, por um único prisioneiro, Blanqui, que Thiers mantinha em suas garras. Thiers recusou obstinadamente. Sabia

que com Blanqui dava uma cabeça à Comuna, enquanto o arcebispo serviria melhor o seu propósito sob a forma de cadáver. Thiers agia segundo o precedente de Cavaignac. Por ventura, em junho de 1848, Cavaignac e seus homens da ordem não haviam lançado gritos de horror, estigmatizando os insurretos como assassinos do arcebispo Affre? Eles sabiam perfeitamente que o arcebispo fora executado pelos soldados da ordem. O sr. Jacquemet, vigário-geral do arcebispo, que assistira à execução, informara-o imediatamente após o ocorrido.

Todo este coro de calúnias que o partido da ordem, em suas orgias de sangue, jamais deixa de levantar contra as suas vítimas, demonstra apenas que o burguês dos nossos dias se considera o sucessor legítimo do antigo senhor feudal, para quem todas as armas eram boas contra os plebeus, enquanto que nas mãos do plebeu uma arma de qualquer espécie constituía em si um crime.

A conspiração da classe dominante para derrubar a revolução por uma guerra civil, apoiada no patronato do invasor estrangeiro – conspiração que temos acompanhado desde 4 de setembro até a entrada dos pretorianos de Mac-Mahon pelo portão de Saint-Cloud – culminou na carnificina de Paris. Bismarck deleita-se diante das ruínas de Paris, nas quais viu, talvez, o primeiro passo daquela destruição geral das grandes cidades, que era ainda um simples “rural” na *Chambre introuvable* prusiana de 1849. Deleita-se diante dos cadáveres do proletariado de Paris. Para ele, isso não é só o extermínio da revolução; é também o aniquilamento da França, que agora fica decapitada de fato, e pelo próprio governo francês. Com a leviandade característica de todos os homens de Estado bem-sucedidos, ele só vê a superfície desse tremendo evento histórico. Quando foi que a história exibiu o espetáculo de um conquistador a coroar sua vitória convertendo-se não apenas no gendarme, mas no carrasco profissional do governo conquistado? Não havia guerra entre a Prússia e a Comuna de Paris. Pelo contrário, a Comuna tinha aceitado as condições de paz, e a Prússia anunciado a sua neutralidade. A Prússia não era, pois, beligerante. Desempenhou o papel de um espadachim; de um espadachim covarde, porque não corria perigo; de um espadachim de aluguel, porque negociou previamente que o pagamento de seus 500 milhões encharcados de sangue se daria apenas depois da queda de Paris. E assim, por último, revelou-se o verdadeiro caráter da guerra ordenada pela Providência como um castigo da ímpia e corrompida França, pela moralista e piedosa Alemanha. E essa violação sem precedente do direito

das nações, inclusive na interpretação dos juristas do velho mundo, em vez de levar os governos “civilizados” da Europa a declarar fora da lei internacional o vil governo prussiano, mero instrumento do gabinete de São Petersburgo, leva-os unicamente a perguntar se as poucas vítimas que escaparam do duplo cordão formado em torno de Paris não deveriam ser entregues também ao governo de Versalhes!

O fato inédito de que, na mais tremenda guerra dos tempos modernos, o exército vencedor e o exército vencido confraternizem na matança comum do proletariado, não representa, como pensa Bismarck, o esmagamento definitivo da nova sociedade que avança, mas o desmoronamento completo da sociedade burguesa. O esforço heroico mais elevado de que a velha sociedade ainda é capaz é a guerra nacional; e agora se provou que isso é um mero embuste governamental destinado a retardar a luta de classes, e da qual se prescinde logo que essa luta eclode sob a forma de guerra civil. A dominação de classe já não pode ser disfarçada, sob o uniforme nacional; todos os governos nacionais são um só contra o proletariado!

Após o domingo de Pentecostes de 1871, já não pode haver paz nem trégua entre os operários da França e os apropriadores do produto de seu trabalho. A mão de ferro da soldadesca mercenária poderá submeter durante certo tempo essas duas classes, mas a luta voltará a eclodir muitas vezes, em proporções sempre crescentes. Não pode haver dúvida sobre quem será afinal o vencedor: se os poucos que vivem do trabalho alheio, ou a imensa maioria que trabalha. E a classe operária francesa não é senão a vanguarda do proletariado moderno.

Enquanto os governos europeus testemunham assim, diante de Paris, o caráter internacional da dominação de classe, difamam a Associação Internacional dos Trabalhadores – a contraorganização internacional do trabalho diante da conspiração cosmopolita do capital – como a fonte principal de todos estes desastres. Thiers denunciou-a como o déspota do trabalho, que pretende ser o seu libertador. Picard ordenou que todas as comunicações entre os membros franceses da Internacional e os que estavam no estrangeiro fossem cortadas. O conde Jaubert, uma múmia que foi cúmplice de Thiers em 1835, declara que o extermínio da Internacional é o grande problema de todos os governos civilizados. Os “rurais” gritam contra ela, e a imprensa europeia se junta ao coro. Um honrado escritor francês, completamente alheio à nossa Associação, diz o seguinte:

“Os membros do Comitê Central da Guarda Nacional, bem como a maior parte dos membros da Comuna, são os cérebros mais ativos, inteligentes e enérgicos da Associação Internacional dos Trabalhadores; (...) homens que são profundamente honrados, sinceros, inteligentes, devotados, puros e fanáticos no bom sentido da palavra”.

Naturalmente, o espírito burguês, policialesco, encara a Associação Internacional dos Trabalhadores como uma espécie de conspiração secreta, com um organismo central que, de quando em quando, ordena explosões em diferentes países. Na realidade, nossa Associação não é mais do que a ligação internacional entre os operários mais avançados dos diversos países do mundo civilizado. Onde quer que a luta de classes adquira certa consistência, sejam quais forem as formas e as condições em que o fato aconteça, é lógico que os membros da nossa Associação apareçam na vanguarda. O terreno de onde brota a nossa Associação é a própria sociedade moderna. Não é possível exterminá-la, por maior que seja a carnificina. Para fazê-lo, os governos teriam de exterminar o despotismo do capital sobre o trabalho, base de sua própria existência parasitária.

A Paris dos operários, com sua Comuna, será eternamente celebrada como a gloriosa precursora de uma nova sociedade. Seus mártires têm seu santuário no imenso coração da classe operária. Quanto a seus exterminadores, a história já os acorrentou àquele eterno pelourinho, do qual todas as preces de seus padres de nada servirão para os redimir.

Londres, 30 de maio de 1871.

À memória da Comuna

Vladimir Ilyich Ulianov, Lênin

Passaram quarenta anos desde a proclamação da Comuna de Paris. Segundo um costume estabelecido, o proletariado francês honrou com comícios e manifestações a memória dos militantes da revolução de 18 de março de 1871; e, em fins de maio, de novo colocará flores nos túmulos dos comunardos fuzilados, vítimas da horrível “semana de maio”, e sobre os seus túmulos de novo jurará lutar sem tréguas até o completo triunfo de suas ideias, até a completa vitória da causa por eles legada.

Mas por que é que o proletariado, não apenas o francês mas de todo o mundo, honra os militantes e precursores da Comuna de Paris? No que consiste a herança da Comuna?

A Comuna surgiu espontaneamente, ninguém a preparou consciente e organizadamente. A guerra malsucedida com a Prússia, os sofrimentos durante o cerco, o desemprego entre o proletariado e a ruína da pequena burguesia; a indignação das massas contra as classes superiores e contra as autoridades, que manifestaram uma completa incapacidade; uma efervescência confusa no seio da classe operária, descontente com a sua situação, e que aspirava a outro regime social; a composição reacionária da Assembleia Nacional, que causava receio sobre o destino da república - tudo isso, e muito mais, se conjugou para impulsionar a população de Paris à revolução de 18 de março, que colocou inesperadamente o poder nas mãos da Guarda Nacional, nas mãos da classe operária e da pequena burguesia que se colocou para o seu lado.

Foi um acontecimento sem precedentes na história. Até então, o poder encontrava-se normalmente nas mãos dos latifundiários e dos capitalistas, isto é, de homens da sua confiança que constituíam o governo. Mas, depois da revolução de 18 de março, quando o governo do Sr. Thiers fugiu de Paris com suas tropas, a sua polícia e os seus funcioná-

rios, o povo tornou-se senhor da situação e o poder passou para o proletariado. Mas, na sociedade atual, o proletariado, economicamente escravizado pelo capital, não pode dominar politicamente, se não quebrar as cadeias que o prendem ao capital. E é por essa razão que o movimento da Comuna tinha inevitavelmente de adquirir uma cor socialista, isto é, objetivar a derrubada do domínio da burguesia, do domínio do capital, e a destruição das próprias bases do regime social atual.

A princípio o movimento foi extremamente heterogêneo e indefinido. A ele, aderiram também patriotas, que esperavam que a Comuna reiniciasse a guerra contra os alemães e a levasse a bom termo. Apoiavam-na, também, os pequenos comerciantes, ameaçados pela ruína, se não fosse adiado o pagamento das promissórias e das rendas (o governo não queria conceder-lhes esse adiamento, mas a Comuna atendeu a reivindicação.). Por último, nos primeiros tempos, uma parte dos republicanos burgueses se simpatizou com ela, receando que a Assembleia Nacional reacionária (os “rurais”, os latifundiários selvagens) restaurasse a monarquia. Mas, o principal papel neste movimento foi naturalmente desempenhado pelos operários (principalmente pelos artesãos parisienses), entre os quais havia sido desenvolvida uma intensa propaganda socialista durante os anos do Segundo Império, muitos dos quais pertenciam à Internacional.

Só os operários se mantiveram até o fim fiéis à Comuna. Os republicanos burgueses e os pequeno-burgueses em breve se afastaram dela: uns assustados pelo caráter proletário, socialista e revolucionário do movimento; outros afastaram-se, quando viram que estava condenada a uma derrota inevitável. Só os proletários franceses apoiaram sem receio e infatigavelmente o seu governo, só eles combateram e morreram por ele, isto é, pela causa da libertação da classe operária, por um futuro melhor para todos os trabalhadores.

Abandonada pelos aliados da véspera e sem apoio de ninguém, a Comuna tinha inevitavelmente de ser derrotada. Toda a burguesia da França, os latifundiários, os bolsistas, os industriais, os ladrões grandes e pequenos, enfim, todos os exploradores se uniram contra a Comuna. Essa coligação burguesa, apoiada por Bismarck (que libertou 100.000 soldados prisioneiros franceses para subjugar Paris), conseguiu tornar os camponeses atrasados e a pequena burguesia provinciana contra o proletariado parisiense e cercar metade de Paris com um círculo de ferro (a outra metade estava assediada pelo exército alemão). Em algu-

mas grandes cidades da França (Marselha, Lyon, Saint-Etienne, Dijon e outras), os operários fizeram igualmente tentativas de tomar o poder, proclamar a Comuna e ir ao socorro de Paris, mas terminaram rapidamente fracassando. E Paris, que foi a primeira a erguer a bandeira da insurreição proletária, ficou entregue às suas próprias forças e condenada a uma morte certa.

Para uma revolução social triunfante, é necessária a existência de pelo menos duas condições: um elevado desenvolvimento das forças produtivas e um proletariado preparado. Mas, em 1871, faltavam essas duas condições. O capitalismo francês era ainda pouco desenvolvido, e a França tão somente um país de pequena burguesia (artesãos, camponeses, lojistas, etc.). Por outro lado, não existia um partido operário, a classe operária não tinha preparação, nem muita experiência e a maioria ainda não tinha sequer uma ideia clara das suas tarefas e dos meios de sua realização. Não havia nem uma organização política consistente do proletariado, nem grandes sindicatos ou associações cooperativas.

Mas, o principal que faltou à Comuna foi o tempo, a liberdade de se orientar e lançar-se à realização do seu programa. Ela não teve a possibilidade de colocar mãos a obra, quando o governo sediado em Versalhes, apoiado por toda burguesia, iniciou as ações militares contra Paris. E a Comuna não podia sequer pensar em sua defesa. E, até a sua queda, que ocorreu em 21-28 de maio, não teve tempo para pensar seriamente em mais nada.

Mas, apesar das condições tão desfavoráveis, apesar da brevidade da sua existência, a Comuna conseguiu tomar medidas que caracterizam suficientemente o seu verdadeiro sentido e objetivo. A Comuna substituiu o exército permanente - um instrumento cego nas mãos das classes dominantes - pelo armamento geral do povo; proclamou a separação da Igreja do Estado; suprimiu o orçamento dos cultos (isto é, a manutenção dos padres pelo Estado); deu à instrução pública um caráter puramente laico; e, desse modo, desferiu um sério golpe aos gendarmes de sotaina. No domínio social, a Comuna teve pouco tempo para realizações, mas este pouco revela, no entanto, com bastante clareza, o seu caráter de governo popular, operário: foi proibido o trabalho noturno nas padarias; abolido o sistema de multas (um roubo legalizado aos operários); enfim, foi promulgado o famoso decreto, em virtude do qual todas as fábricas e oficinas abandonadas ou paralisadas pelos proprietários eram entregues às associações operárias, para retomarem a produção. Para sublinhar o

seu caráter de governo verdadeiramente democrático, proletário, a Comuna decretou que o vencimento de todos os funcionários da administração e do governo não devia ultrapassar o salário normal de um operário, e em nenhum caso ser superior a 6.000 francos por ano.

Todas essas medidas mostravam com bastante clareza que a Comuna constituía um perigo mortal para o velho mundo, baseado na escravização e na exploração. Por isso, a sociedade burguesa não pôde dormir tranquilamente, enquanto no edifício do município de Paris flutuava a bandeira vermelha do proletariado. E quando, finalmente, a força governamental organizada conseguiu vencer a força mal organizada da revolução, os generais bonapartistas, derrotados pelos alemães, mas valentes contra os seus compatriotas vencidos - esses *Rennenkampf* e *Meller-Zakomelski* franceses - organizaram uma carnificina como Paris nunca vira. Cerca de 30.000 parisienses foram mortos pela selvageria militar, cerca de 45.000 foram presos e muitos deles posteriormente executados, milhares foram enviados para os trabalhos forçados e para o degredo. No total, Paris perdeu cerca de 100.000 de seus filhos, entre os quais os melhores operários de todas as profissões.

A burguesia estava contente. “Agora acabou o socialismo por muito tempo!” - dizia o seu chefe, o anão sanguinário *Thiers*, depois do banho de sangue que, com os seus generais, acabava de dar ao proletariado parisiense. Mas, esses corvos burgueses crocitavam em vão. Uns seis anos depois do esmagamento da Comuna, quando muitos dos seus combatentes ainda penavam nos trabalhos forçados e na deportação, já se iniciava na França um novo movimento operário. A nova geração socialista, enriquecida com a experiência dos seus predecessores, mas de modo nenhum desencorajada pela sua derrota, empunhou a bandeira arrancada das mãos dos combatentes da Comuna e levou-a em frente, confiante e corajosamente, aos gritos de: “Viva a revolução social! Viva a Comuna!”. E, ainda, alguns anos mais tarde, o novo partido operário e a agitação por ele desencadeada no país forçaram as classes dominantes a porem em liberdade os comunardos que ainda continuavam nas mãos do governo.

A memória dos combatentes da Comuna é honrada não apenas pelos operários franceses, mas também pelo proletariado de todo o mundo. Porque a Comuna lutou não por qualquer tarefa local ou estreitamente nacional, mas pela libertação de toda a humanidade trabalhadora, de todos os humilhados e ofendidos. Como combatente de vanguarda pela

revolução social, a Comuna conquistou simpatias por toda parte onde o proletariado sofre e luta. O quadro da sua vida e da sua morte, a imagem do governo operário que tomou e conservou nas suas mãos durante mais de dois meses a capital do mundo, o espetáculo da luta heroica do proletariado e dos seus sofrimentos depois da derrota, tudo isso elevou o espírito de milhões de operários, despertou as suas esperanças e suscitou a sua simpatia pelo socialismo. O troar dos canhões de Paris despertou do sono profundo as camadas mais atrasadas do proletariado, e deu por toda parte um impulso à propaganda revolucionária socialista. É, por isso, que a causa da Comuna não morreu; ela continua a viver em cada um de nós.

A causa da Comuna é a causa da revolução social, a causa da total emancipação política e econômica dos trabalhadores, é a causa do proletariado mundial. Nesse sentido, ela é imortal!

Em 18 de março de 1871, o proletariado parisiense tomou o poder do Estado e instalou a Comuna, que passou a ser denominada de Comuna de Paris. Foi derrotada em uma semana de combate feroz, de 22 a 28 de maio do mesmo ano. A Comuna foi defendida heroicamente pela população parisiense. Esse enfrentamento ficou conhecido historicamente pela “Semana Sangrenta”. A reação burguesa despejou toda sua fúria de classe opressora, para esmagar a primeira revolução proletária mundial, que confirmava os fundamentos científicos de Marx e Engels. Em 2001, publicamos dois folhetos, quando a Comuna cumpria 130 anos. Em 2011, ampliamos e reeditamos o folheto dos “140 anos da Comuna de Paris”. Agora, iniciamos a campanha dos 150 anos. Nada melhor do que ter como ponto de partida a publicação do capítulo III, do livro “O Estado e a Revolução”, de Vladimir Ilyich Ulianov, Lênin.

Viva a Comuna de Paris!

“O Estado e a Revolução”, capítulo III - A experiência da Comuna de Paris (1871)

Vladimir Ilyich Ulianov, Lênin

1. Onde Reside o Heroísmo da Tentativa dos Comunardos

Como se sabe, alguns meses antes da Comuna, no outono de 1870, Marx, pondo de sobreaviso os operários parisienses contra o perigo, demonstrava-lhes que qualquer tentativa para derrubar o governo era uma loucura, fruto do desespero. Mas, quando, em março de 1871, a batalha decisiva foi imposta aos operários, e estes a aceitaram, quando a insurreição se tornou um fato consumado, Marx saudou com entusiasmo a revolução proletária. Apesar dos seus prognósticos desfavoráveis, Marx não persistiu em condenar por pedantismo um movimento “prematuro”, como o fez o renegado russo do marxismo Plekhanov, de triste memória, cujos escritos instigadores encorajavam à luta os operários e

camponeses em novembro de 1905, e que, depois de dezembro de 1905, gritava como um verdadeiro liberal: “Não deviam pegar em armas!”

Marx, no entanto, não se limitou a entusiasmar-se, diante do heroísmo dos comunardos “tomando o céu de assalto” segundo a sua expressão. Muito embora o movimento revolucionário das massas falhasse ao seu objetivo, Marx viu nele uma experiência histórica de enorme importância, um passo para a frente na revolução proletária universal, uma tentativa prática mais importante do que centenas de programas e argumentos. Marx se esforçou em analisar essa experiência, para tirar dela ensinamentos táticos, e revisar sua teoria à luz dela.

A única “correção” que Marx julgou necessário introduzir no Manifesto Comunista, ele a fez, segundo a experiência revolucionária dos comunardos de Paris. O último prefácio do Manifesto Comunista, assinado conjuntamente pelos dois autores, data de 24 de junho de 1872. Karl Marx e Friedrich Engels dizem ali que o programa do Manifesto “está hoje envelhecido em alguns pontos”.

“A Comuna, sobretudo, demonstrou que não basta a classe operária apoderar-se da máquina do Estado para adaptá-la aos seus próprios fins”.

As últimas palavras entre aspas dessa citação foram tiradas da obra de Marx: A Guerra Civil na França. Assim, Marx e Engels atribuíam enorme importância a uma das lições fundamentais da Comuna, que a introduziram, como modificação essencial, no Manifesto Comunista.

É bem característico que essa importante correção tenha sido deturpada pelos oportunistas, e que seu sentido seja, provavelmente, desconhecido por nove décimas partes, se não por noventa e nove por cento dos leitores do Manifesto Comunista. Dessa deformação, falaremos num dos capítulos seguintes, consagrado especialmente às deformações. Aqui, bastará salientar a “interpretação” corrente, vulgar, da famosa declaração de Marx, acima citada, que supostamente Marx sublinha aqui a ideia do desenvolvimento lento, em oposição à tomada do poder, e assim sucessivamente.

Na realidade, é justamente o contrário. A ideia de Marx é que a classe operária deve destruir, romper, a “máquina do Estado”, não se limitando apenas a apoderar-se dela.

Em 12 de abril de 1871, isto é, precisamente durante a Comuna, Marx escrevia a Kügelmann:

“Reli o último capítulo do meu 18 de Brumário. Afirmo que a próxima

tentativa da revolução na França já não será, como foi até agora, transferir de uma mão a outra o aparato burocrático-militar, mas destruí-lo (zerbrechen: a palavra é grifada por Marx no original). Eis a condição preliminar para qualquer revolução popular do continente. Eis também o que tentaram fazer os nossos heroicos camaradas de Paris (Neue Zeit, XX, 1, 19011902, p. 709).

Essas palavras – “destruir o aparato burocrático-militar do Estado” – condensam a grande lição do marxismo, a propósito do papel do proletariado revolucionário com relação ao Estado. E é precisamente esta lição que se esquece completamente, e que a “interpretação” dominante do marxismo, obra de Kautsky, deturpa completamente!

Quanto ao 18 de Brumário, já anteriormente citamos por extenso a passagem a que se refere Marx.

Nessa passagem, há principalmente dois pontos a assinalar. Primeiro, Marx limita sua conclusão apenas ao continente. Isso era compreensível em 1871, quando a Inglaterra era ainda um modelo de país puramente capitalista, mas sem casta militar e, até certo ponto, sem burocracia. Eis por que Marx excluiu a Inglaterra, onde a revolução, e mesmo a revolução popular, parecia possível, e o era, sem a destruição prévia do “aparato do Estado”.

Hoje em 1917, na época da primeira grande guerra imperialista, essa limitação feita por Marx perde a validade. Tanto a Inglaterra como os Estados Unidos, os maiores e últimos representantes - no mundo inteiro - da “liberdade” anglo-saxônica, no sentido de que carece de militarismo e burocracia, afundaram completamente no pântano infecto, sangrento, comum a toda a Europa, das instituições burocrático-militares, que a tudo submetem e esmagam. Atualmente, tanto na Inglaterra como na América, “a condição prévia para uma revolução verdadeiramente popular” é igualmente a desmontagem, a destruição da “máquina do Estado” (criada e desenvolvida, nesses países, com uma perfeição “europeia”, imperialista em geral, nos anos de 1914-1917).

Em segundo lugar, o que merece uma atenção especial é essa profunda observação de Marx, de que a destruição da máquina burocrática e militar do Estado é a “condição prévia de qualquer revolução verdadeiramente popular”. Essa expressão - “revolução popular” - parece estranha vinda de Marx, e os adeptos de Plekhanov na Rússia, assim como os mencheviques, esses discípulos de Struve, desejosos de passar por marxistas, poderiam tomá-la como lapso por parte de Marx. Reduziram o

marxismo a uma tergiversação tão liberal, que, para eles, nada existe fora da antítese entre revolução burguesa e revolução proletária, e, inclusive, essa antítese é interpretada com a rigidez escolástica.

Se tomamos para exemplo as revoluções do século XX, temos de reconhecer que as revoluções portuguesa e turca foram revoluções burguesas. Nenhuma delas, no entanto, é uma “revolução popular”, pois, em nenhuma delas, a massa do povo, sua imensa maioria, se manifesta de forma ativa, independente, em nenhum grau notável, com suas próprias reivindicações econômicas e políticas. Em compensação, a revolução burguesa na Rússia, em 1905-1907, sem ter tido os “brilhantes” resultados da portuguesa e da turca, foi, sem contestação, uma revolução “verdadeiramente popular”; aqui, a massa do povo, a sua maioria, as suas camadas sociais “inferiores”, esmagadas sob o jugo da exploração, sublevaram-se de forma independente, e impuseram em o todo o curso da revolução a marca de suas reivindicações, das tentativas de construir a seu modo uma nova sociedade no lugar da antiga sociedade, que estava sendo destruída.

Em nenhum dos países da Europa continental de 1871, a maioria do povo era constituída pelo proletariado. Uma revolução “popular” que realmente arrastasse em uma torrente a maioria, somente podia ocorrer se abarcasse, tanto o proletariado, quanto o campesinato. Ambas as classes se unem pelo fato de que são oprimidas e esmagadas pelo “aparato militar do Estado”. Destruir essa máquina, demoli-la, tal é o objetivo prático do “povo”, da sua maioria, dos operários e dos camponeses; tal é a “condição prévia” para uma aliança livre dos camponeses pobres com os proletários. Sem essa aliança, a democracia precária e a transformação socialista são impossíveis.

Era para essa aliança, como se sabe, que tendia a Comuna de Paris, que faliu por uma série de razões de ordem interna e externa.

Consequentemente, ao falar de uma “verdadeira revolução popular”, Marx, sem desconsiderar os traços particularidades da pequena burguesia (dos quais se referiu com frequência), levou em conta, estritamente, o verdadeiro equilíbrio das forças de classes na maioria dos países continentais da Europa, em 1871. Por outro lado, constatava que a “destruição” do aparato estatal correspondia aos interesses dos operários e camponeses, que os une, que lhes coloca a tarefa comum de suprimir o “parasita” e substituí-lo por algo novo.

Com que substituí-lo, concretamente?

2. Com que substituir o aparato do Estado, uma vez destruído?

No Manifesto Comunista, em 1847, Marx ainda não dava a essa pergunta senão uma resposta completamente abstrata, ou, para ser exato, assinalava as tarefas, mas não a forma de realizá-las. A resposta que dava o Manifesto Comunista era que esse aparato devia ser substituído “pelo proletariado organizado como classe dominante”, por meio da “conquista da democracia”.

Marx não se perdeu em utopia; esperava que a experiência do movimento de massas lhe proporcionasse a resposta à pergunta referente às formas específicas que assumiria essa organização do proletariado como classe dominante, e de que modo exato em que essa organização se combinaria com a mais completa, mais consequente “conquista de democracia”.

Na Guerra Civil na França, Marx submete a experiência da Comuna, limitada como era, à análise das mais minuciosa. Citemos as passagens principais dessa obra:

Originado na Idade Média, no século XIX, se desenvolveu “o poder centralizado do Estado, com os seus órgãos onipresentes: exército permanente, polícia, burocracia, clero, magistratura”. Com o desenvolvimento dos antagonismos de classe entre o capital e o trabalho, “o poder do Estado assumiu cada vez mais o caráter de uma força pública organizada para reprimir a classe operária, o caráter de um aparato de dominação de classe. Depois de cada revolução, que dê um passo adiante na luta de classes, o caráter puramente coercitivo do poder do Estado se destaca cada vez mais com maior relevo”. Depois da revolução de 1848-49, o poder do Estado torna-se “o grande instrumento nacional da guerra do capital contra o trabalho”. O segundo Império não fez senão consolidá-lo.

“A Comuna foi a antítese do Império”. Foi “a forma “específica” de “uma república que não somente teria de abolir a forma monárquica da dominação de classe, senão a própria dominação de classe (...)”.

Em que consistia essa forma “específica” de república proletária socialista? Que espécie de Estado começou a Comuna a criar?

“(...) O primeiro decreto da Comuna foi (...) a supressão do exército permanente e sua substituição pelo povo armado (...)”.

Essa reivindicação encontra-se, hoje, no programa de todos os par-

tidos que se dizem socialistas. Mas, o real valor de seus programas fica demonstrado pela conduta de nossos socialistas revolucionários e mencheviques, aqueles que, imediatamente depois da revolução de 27 de fevereiro, de fato, se negaram a levar à prática tal reivindicação!

“(...) A Comuna foi constituída por conselheiros municipais, eleitos por sufrágio universal, nos diferentes bairros de Paris. Eram responsáveis e podiam ser removidos em qualquer momento. A maioria de seus membros era, naturalmente, de operários ou de representantes reconhecidos da classe operária (...)”.

“(...) A polícia, até então agente do governo central, foi imediatamente despojada das suas atribuições políticas, tornando-se um agente responsável e, em qualquer momento, removida (...) da Comuna. O mesmo princípio foi aplicado a todos os funcionários da administração (...). Dos membros da Comuna até o escalão mais baixo, a remuneração do serviço público não devia ser superior a um salário normal do operário. Os privilégios e os gastos de representação dos altos cargos do Estado desapareceram junto com os altos cargos (...)”.

“Suprimidos o exército permanente e a polícia, instrumentos da força material do antigo governo, a Comuna decidiu destruir o instrumento de repressão espiritual, o poder do clero (...) Os magistrados perderam a sua aparente independência (...). De agora em diante, seria eleitos, responsáveis e revogáveis (...)”.

Assim, a Comuna de Paris, aparentemente, substituiu o aparato estatal destruído “só” por uma democracia mais completa: supressão do exército permanente, eleição e revogabilidade de todos os funcionários públicos. Na realidade, porém, este “só” representa a substituição gigantesca de determinadas instituições por outras instituições, de tipo radicalmente diferentes. É esse, justamente, um caso de “transformação de quantidade em qualidade”: a democracia, implantada de maneira tão completa e consequente que se pode conceber, se converte de democracia burguesa em democracia proletária; de Estado (força especial para reprimir uma determinada classe) em algo que não é o Estado propriamente dito.

É necessário ainda conter a burguesia e esmagar sua resistência. Para a Comuna, isso era particularmente necessário, e uma das causas de sua derrota foi não se ter lançado a fundo nessa tarefa. Mas, na Comuna, o órgão de repressão era a maioria da população, e não mais a minoria, como sempre foi o caso da escravidão, da servidão e da escravidão assalariada. Ora, uma vez que é a própria maioria do povo que oprime os seus

opressores, já não há necessidade de uma “força especial” de repressão! É nesse sentido que o Estado começa a se extinguir. Em lugar de instituições especiais de uma minoria privilegiada (funcionários civis, chefes do exército permanente), a própria maioria pode desempenhar diretamente as funções do poder político, e, quanto mais o próprio povo assumir essas funções, tanto menos se fará sentir a necessidade desse poder.

A esse respeito, é particularmente notável uma das medidas tomadas pela Comuna e destacada por Marx: supressão de todos gastos de representação, de todos os privilégios pecuniários dos funcionários públicos, redução dos soldos de todos os servidores do Estado, até o nível do “salário operário”. Isso mostra, claramente, que a passagem da democracia burguesa à democracia proletária, da democracia dos opressores à democracia das classes oprimidas, do Estado como “força especial” para a repressão de uma determinada classe, à repressão aos opressores pela força geral da maioria do povo, operários e dos camponeses. É nesse ponto, particularmente notável - talvez o mais importante, no que diz respeito ao problema do Estado, que as ideias de Marx foram relegadas ao esquecimento! Os inúmeros comentários dos vulgarizadores não tocam nele! É “costume” se calarem sobre o assunto, como se tratasse de uma “ingenuidade” antiquada, exatamente como os cristãos, quando sua religião se tornou religião oficial, “esqueceram” das “ingenuidades” do cristianismo primitivo, com seu espírito revolucionário democrático.

A redução geral dos vencimentos dos altos funcionários do Estado parece ser “simplesmente” a reivindicação de uma democracia ingênua e primitiva. Um dos “fundadores” do oportunismo moderno, o ex-socialdemocrata Eduardo Bernstein, muitas vezes, repetiu as mediócras zombarias burguesas sobre a democracia “primitiva”. Como todos os oportunistas, e como os kautskistas do nosso tempo, Bernstein absolutamente não compreendeu que a passagem do capitalismo ao socialismo é impossível sem um certo “retorno” à democracia “primitiva” (como podem, de outro modo, ser desempenhadas as funções do Estado pela maioria da população e pela população toda?). Em segundo lugar, não viu que essa “democracia primitiva”, baseada no capitalismo e na civilização capitalista, não é a mesma democracia primitiva, dos tempos pré-históricos ou da época pré-capitalista. A civilização capitalista criou a grande produção, as fábricas, as estradas de ferro, o correio, o telefone, etc., sobre essa base, a grande maioria das funções do velho “poder do Estado” tem simplificado e podem ser reduzidas a operações tão simples

de registro, de inscrição, de fiscalização, que essas funções se tornarão inteiramente acessíveis a todos os cidadãos de instrução primária, mediante o “salário operário corrente”, e podem e devem perder até o último vestígio de caráter privilegiado e “hierárquico”.

Todos os funcionários públicos, sem exceção, sujeitos à eleição e revogação a qualquer momento, com seus soldos reduzidos ao nível de um “salário operário corrente”, estas simples e “evidentes” medidas democráticas, ao mesmo tempo que unificam totalmente os interesses dos operários e da maioria dos camponeses, servem de ponte que conduz o capitalismo ao socialismo. Essas medidas correspondem à reorganização do Estado, à reorganização exclusivamente política da sociedade. Logo, porém, adquirem seu pleno sentido e importância, somente em conexão com a “expropriação dos expropriadores”, seja em realização ou em preparação, isto é, com a transformação da propriedade privada capitalista dos meios de produção em propriedade social.

“A Comuna – escreveu Marx - transformou a consigna de todas as revoluções burguesas, governo barato, em uma realidade, ao abolir as duas maiores fontes de gastos: o exército e a burocracia”.

Entre os camponeses, como nas outras camadas da pequena burguesia, só uma ínfima minoria consegue “subir” e “vencer”, no sentido burguês da palavra. Isto é, só poucos indivíduos chegam a uma situação abastada, de burgueses ou funcionários públicos e privilegiados. Em todo o país capitalista, onde há campesinato (como acontece na maior parte dos países capitalistas), a imensa maioria do campesinato se acha oprimida pelo governo, e aspira sua derrubada, aspira um governo “barato”. É esta uma ação que só o proletariado pode realizar, dando assim um passo para a transformação socialista do Estado.

3. Abolição do Parlamento

A Comuna, escreveu Marx, devia ser, não um corpo parlamentar, mais sim um organismo ativo, ao mesmo tempo legislativo e executivo (...)

“(...) Em vez de decidir, uma vez a cada três ou seis anos que membros da classe dominante deveriam representar no parlamento e reprimir o povo, o sufrágio universal devia servir ao povo, organizado em Comunas, da mesma maneira que o sufrágio individual serve a qualquer patrão para recrutar operários, inspetores e contabilistas para sua empresa”.

Graças ao predomínio do socialchauvismo e do oportunismo, essa notável crítica ao parlamentarismo, feita em 1871, também pertence agora às “páginas esquecidas” do marxismo. Ministros e parlamentares profissionais, renegados do proletariado, e socialistas “utilitaristas” contemporâneos, deixaram aos anarquistas a crítica do parlamentarismo, e classificaram de “anarquista” toda crítica do parlamentarismo! Não é, pois, de admirar que o proletariado dos países parlamentares “adiantados” - enojado dos “socialistas” do tipo de Scheidemann, David, Legien, Sembat, Renaudel, Henderson, Vandervelde, Stauning, Branting, Bissoleti e Cia. - volte cada vez mais as suas simpatias para o anarcosindicalismo, muito embora seja este irmão do oportunismo.

Para Marx, no entanto, a dialética revolucionária nunca foi uma frase vazia da moda, o chocalho que dela fizeram Plekhanov, Kautsky e outros. Marx soube romper impiedosamente com o anarquismo, pela impotência deste em utilizar-se até mesmo do “chiqueiro” do parlamentarismo burguês - principalmente quando a situação não é, de forma alguma, revolucionária -, mas, ao mesmo tempo, soube fazer uma crítica verdadeiramente revolucionária e proletária do parlamentarismo.

Decidir periodicamente, para um certo número de anos, qual membro da classe dominante irá oprimir e esmagar o povo no parlamento: eis a própria essência do parlamentarismo burguês, não somente nas monarquias parlamentares constitucionais, como também nas repúblicas mais democráticas.

Entretanto, se se põe a questão do Estado, se se encara o parlamentarismo como uma das instituições do Estado, como sair do parlamentarismo, do ponto de vista das tarefas do proletariado nesse terreno? Como dispensá-lo?

Devemos repeti-lo ainda mais uma vez: os ensinamentos de Marx, baseados no estudo da Comuna, acham-se tão esquecidos, que o socialdemocrata de hoje (leia-se: o renegado de hoje do socialismo) é incapaz de conceber outra crítica do parlamentarismo, que não seja a crítica anarquista ou reacionária.

O meio de sair do parlamentarismo não é, certamente, anular as instituições representativas e o princípio de eleição, mas sim transformar essas instituições representativas, de lugar de charlatanismo, em organismos “ativos”. *“A Comuna devia ser, não um corpo parlamentar, mas um organismo ativo, executivo e legislativo ao mesmo tempo”.*

“Não um corpo parlamentar, mas um organismo ativo”; nisso con-

siste um golpe direto nos atuais parlamentaristas e nos “cachorrinhos de brinquedos”, que são os parlamentares da socialdemocracia! Observa-se que, em qualquer país de parlamentarismo, desde a América à Suíça, desde a França à Noruega, etc.: a verdadeira tarefa “governamental” é feita por detrás dos bastidores, e são os ministérios, as secretárias, os estados-maiores que a fazem. Nos parlamentos, só se faz tagarelar, com o único intuito de enganar a “plebe”. Tanto isso é verdade que, mesmo na república burguesa democrática, todos esses pecados do parlamentarismo já se fazem sentir, antes mesmo que a república russa tenha conseguido criar um verdadeiro parlamento. Os heróis da pequena burguesia apodrecida, os Skobelev e Tseretelli, os Tchernov e Avksentiev, conseguiram gangrenar até os soviets, segundo o modelo do mais repugnante parlamentarismo burguês, fazendo deles recintos para a simples charlatanice. Nos soviets, os srs. ministros “socialistas” enganam os ingênuos aldeões com frases e resoluções. No governo, se dança constantemente, para que, de um lado, o maior número possível de socialistas revolucionários e mencheviques possam se aproximar, assim, da “torta”, dos lucrativos e honoríficos cargos, e, por outro lado, para “distrair a atenção” do povo. Enquanto isso, as chancelarias e os “Estados-maiores” se ocupam dos assuntos de “Estado”.

O Dielo Naroda, órgão do partido governante, dos “socialistas revolucionários”, reconheceu recentemente, em um editorial - com a franqueza típica de gente da “boa sociedade”, na qual “todos” praticam a prostituição política - que até mesmo nos ministérios dirigidos pelos “socialistas” (com o perdão da palavra!), todo o aparelho burocrático continua sendo, na realidade, o mesmo, funciona como antes, e sabota com absoluta “liberdade” as medidas revolucionárias! Mas, mesmo sem esse reconhecimento, por acaso a história da participação dos socialistas revolucionários e dos mencheviques no governo não é a melhor prova disso? E o que é característico é que, ocupando os ministérios ao lado dos cadetes, os srs. Tchernov, Russanov, Zenzinov e outros redatores do Dielo Naroda chegam à imprudência de contar publicamente e, sem corar, como se fosse uma bagatela, que, nos seus ministérios, nada mudou! Fraseologia revolucionária-democrática para enganar os camponeses ingênuos, e a embromação burocrática para “satisfazer” os capitalistas: eis aí a essência da “honrada” coligação.

A Comuna substitui o parlamentarismo venal e putrefato da sociedade burguesa, por instituições nas quais a liberdade de opinião e

discussão não provoca engano, pois, mesmo os parlamentares têm de trabalhar, têm de executar as suas próprias leis, têm de comprovar eles mesmos os resultados alcançados de fato, e responder diretamente aos seus eleitores. As instituições representativas são mantidas, mas já não há parlamentarismo como sistema especial, como divisão do trabalho entre o poder legislativo e executivo, como posição privilegiada para os deputados. Não podemos conceber a democracia, mesmo proletária, sem instituições representativas, mas podemos e devemos conceber a democracia sem parlamentarismo, isso se a crítica da sociedade burguesa não é para nós apenas palavras, isso se o objetivo de derrotar a dominação da burguesia é para nós um objetivo sério sincero, e não uma simples frase “eleitoral”, para caçar votos dos votos dos operários, como acontece com os mencheviques e os socialistas revolucionários, e também com os Scheidemann e os Legien, os Sembat e os Vandervelde.

É muito instrutivo observar que Marx, ao falar das funções utilizadas na Comuna e na democracia proletária, compara os trabalhadores a “qualquer outro patrão”, isto é, uma empresa capitalista comum, com os seus “operários, inspetores e contabilistas”.

Não há a menor parcela de utopismo em Marx, pois, não inventa, nem imagina, uma “nova” sociedade. Não, Marx estudou como surge a nova sociedade da antiga, e formas de transição entre uma e outra, como um processo histórico natural. Baseia-se na experiência do movimento proletário, e esforça-se por tirar dela lições práticas. “Aprendeu” da Comuna, como todos os grandes pensadores revolucionários aprenderam, sem vacilar, da experiência dos grandes movimentos das classes oprimidas, e nunca lhes dirigiu pedantes sermões (ao estilo: “Não deviam empunhar as em armas!”, de Plekanov. Ou: “uma classe deve saber moderar-se” de Tsereteli).

Não se trata de abolir a burocracia de um golpe, totalmente e por toda parte. Isso é uma utopia. Mas destruir sem demora a velha máquina burocrática, e começar imediatamente a construir uma nova, que permita abolir gradualmente a burocracia, isso não é uma utopia, é a experiência da Comuna, é a tarefa direta e imediata do proletariado revolucionário.

O socialismo simplifica as funções da administração do “Estado”, permite abolir a “hierarquia”, reduzindo tudo a uma organização dos proletários em classe dominante, que contratará, em nome de toda a sociedade, os “operários, inspetores e contabilistas”.

Não somos utópicos. Nunca “sonhamos” poder dispensar brusca-mente, de um dia para o outro, toda e qualquer administração, toda e qualquer subordinação; isso são sonhos anarquistas, resultantes da incompreensão do papel da ditadura proletária, sonhos que nada têm de comum com o marxismo, e que na realidade não servem, senão para adiar a revolução socialista, até que os homens se modifiquem. Não, nós queremos a revolução socialista com os homens tais como são hoje, não podendo dispensar nem a subordinação, nem o controle, nem os “inspetores”, nem os “contabilistas”.

Mas, a subordinação deve ser em relação à vanguarda armada dos explorados e dos trabalhadores: ao proletariado. Pode-se e deve-se começar, imediatamente, de um dia para o outro, a substituir a “hierarquia” específica dos funcionários do Estado por simples funções de “inspetores” e “contabilistas”, funções que hoje são plenamente acessíveis à capacidade média da população urbana, e que podem ser perfeitamente desempenhadas por um “salário de operário”.

Nós, os operários, organizaremos a grande produção, sobre a base do que foi criado pelo capitalismo, apoiando-nos em nossa experiência de trabalhadores, estabelecendo uma disciplina rigorosa, de ferro, apoiada pelo poder político dos operários armados. Reduziremos o papel dos funcionários públicos a simples executores de nossas instruções, como “inspetores” e “contabilistas” responsáveis, revogáveis e modestamente retribuídos (com a ajuda naturalmente de técnicos de toda classe, de todo o tipo e de todo o grau). Essa é a nossa tarefa proletária, de maneira que podemos e devemos começar a levar a cabo a revolução proletária. Esse começo, sobre a base da grande produção, levará por si mesmo à “extinção” gradual de toda a burocracia, à criação gradual de uma ordem - uma ordem sem aspas, uma ordem que não se parecerá em nada com a escravidão assalariada -, uma ordem na qual as funções de controle e contabilidade, cada vez mais simplificadas, serão desempenhadas, por turno, por todos, transformando-se logo em costume e, por último, se extinguirão como funções especiais de um setor especial da população.

Por volta de 1870, um engenhoso socialdemocrata alemão considerava o Correio como um modelo de sistema econômico socialista. Isso é exato. Atualmente, o Correio é uma empresa organizada, na forma de um monopólio capitalista de Estado. O imperialismo transforma, gradualmente, todos os trustes em organizações do mesmo tipo, nas quais, por cima da “plebe”, esgotada pelo trabalho e faminta, encontramos a mesma

burocracia burguesa. Mas, o mecanismo da administração social aqui já está pronto. Uma vez derrubados os capitalistas, esmagada a resistência dos exploradores, com a mão férrea dos operários armados, destruído o aparato burocrático do Estado moderno, teremos um mecanismo de alta perfeição técnica, livre do parasitismo, perfeitamente susceptível de ser colocado em marcha pelos mesmos operários unidos, que contratarão técnicos, inspetores e contabilistas, e retribuirão o trabalho de todos eles, como o de todos os funcionários do Estado em geral, com um salário operário. Eis uma tarefa concreta, prática, imediatamente realizável em relação a todos os trustes, uma tarefa cuja realização libertará os trabalhadores da exploração, que leva em conta o que a Comuna começou a pôr em prática (sobretudo no terreno da organização do Estado).

Organizar toda a economia como o Correio, de modo que os técnicos, os inspetores e contabilistas, da mesma forma que todos os funcionários públicos, recebam salários que não sejam superiores a um salário operário, tudo sob o controle e a direção do proletariado armado: esse é nosso objetivo imediato. Tal é o Estado, tal é a base econômica de que necessitamos. É o que resultará da abolição do parlamentarismo e da conservação das instituições representativas; isso é o que livrará as classes trabalhadoras da substituição dessas instituições pela burguesia.

4. Organização da Unidade Nacional

Em um breve esboço de organização nacional, que a Comuna não teve tempo de desenvolver, determinou-se que a Comuna deveria ser (...) a forma política de todas as aldeias, mesmo as menores (...). A “delegação nacional de Paris” seria eleita pelas Comunas.

“(...) As funções, pouco numerosas, mas muito importantes, que ainda restariam para um governo central, não seriam suprimidas, como se disse erroneamente, mas, sim, preenchidas por agentes Comuns e, ou seja, rigorosamente responsáveis (...)”.

“(...) A unidade nacional não seria destruída, mas, ao contrário, organizada, segundo o regime Comunal; e tornar-se uma realidade pela destruição do poder estatal, que pretendia ser a encarnação dessa unidade, independente e situada acima da nação. Na realidade, esse poder estatal não passava de uma excrescência parasitária da nação (...). O problema era destruir os órgãos puramente repressivos do velho poder estatal, extrair as funções legítimas desse poder, que pretendia colocar-se por cima da sociedade, e restituí-las aos servidores responsáveis da sociedade”.

Até que ponto os oportunistas da socialdemocracia atual não compreenderam - ou, melhor dizendo, não quiseram compreender - essa demonstração de Marx, não há prova melhor do que o livro do renegado Bernstein, “Socialismo Teórico e Socialdemocracia Prática”, com que ele adquiriu uma celebridade do mesmo quilate que a de Eróstrato. Precisamente a propósito dessa passagem de Marx, escreve Bernstein que aí se encontra “a exposição de um programa que, em suas tendências políticas, se assemelha de modo notável ao federalismo de Proudhon (...)”. “Apesar de todos os demais pontos de diferença que separam Marx do “pequeno-burguês” Proudhon (Bernstein escreve “pequeno-burguês” entre aspas, por ironia) a maneira de ver de ambos, a esse respeito, é quase idêntica”. Sem dúvida, continua Bernstein, a importância das municipalidades aumenta, mas “parece-me duvidoso que o primeiro objetivo da democracia seja a dissolução (Auflosung) dos Estados modernos e uma transformação (Umwandlung) tão completa de sua estrutura como a imaginam Marx e Proudhon - formação de uma Assembleia Nacional de delegados das assembleias provinciais ou regionais, que, por sua vez, se comporiam de delegados das Comunas -, de modo que as representações nacionais, na sua forma atual, desapareçam por completo”.

Confundir as concepções de Marx sobre a “destruição do poder estatal, uma excrescência parasitária”, com o federalismo de Proudhon, é sensivelmente monstruoso! Mas não é casual, pois, ao oportunista, nunca lhe passa pela imaginação que Marx não fala aqui de nenhuma maneira do federalismo em oposição ao centralismo, mas da destruição do velho aparato burguês do Estado, existente em todos os países burgueses.

Ao oportunista, somente lhe vem à imaginação o que vê em sua volta, no meio do filiteísmo pequeno-burguês e de estancamento “reformista”, a saber: somente as “municipalidades”! O oportunista perdeu até o costume de pensar na revolução proletária.

Isso é ridículo. Mas, o mais curioso é que, nesse ponto, ninguém contraditou Bernstein. Muitos o refutaram, entre outros Plekhanov, na Rússia, e Kautsky, na Europa ocidental, mas, nem um, nem outro notou essa deformação de Marx por Bernstein.

O oportunista anda tão esquecido de pensar revolucionariamente e de pensar na revolução, que vê “federalismo” em Marx, assim confundido com o fundador do anarquismo, Proudhon. E Kautsky e Plekhanov, que pretendem ser marxistas ortodoxos e defender o marxismo revolucionário, calam-se! Essa é uma das raízes dessa extremada vulgarização das ideias

sobre a diferença entre marxismo e anarquismo, que caracteriza tanto os kautskistas quanto os oportunistas, dos quais falaremos mais adiante.

Nos comentários já citados de Marx sobre a experiência da Comuna, não há nem sombra de federalismo. Marx está de acordo com Proudhon, precisamente num ponto que o oportunista Bernstein não vê. Marx diverge de Proudhon justamente ali onde Bernstein os vê de acordo. Marx está de acordo com Proudhon, no fato de ambos serem pela “destruição” do aparato moderno do Estado. Essa analogia entre o marxismo e o anarquismo – o de Proudhon e o de Bakunin – nem os oportunistas, nem os kautskistas a querem ver, pois que, nesse ponto, eles mesmos se desviaram do marxismo.

Marx diverge, ao mesmo tempo, de Proudhon e de Bakunin, precisamente na questão do federalismo (sem falar da ditadura do proletariado). O federalismo, como princípio, deriva-se logicamente das concepções pequeno-burguesas do anarquismo. Marx é centralista. Em suas observações que acabamos de citar, não há o menor desvio do centralismo. Somente aqueles que estão imbuídos da “confiança supersticiosa” filisteia no Estado podem confundir a destruição do aparato estatal burguês com a destruição do centralismo!

Ora, se o proletariado e os camponeses mais pobres se apossam do poder político, organizando-se livremente em Comunas, e unificam a ação de todas as Comunas para golpear o capital, para esmagar a resistência dos capitalistas, para entregar a toda a nação, a toda sociedade, a propriedade privada das estradas de ferro, das fábricas, da terra, etc., não será isso centralismo? Não será isso o centralismo democrático mais lógico e, ainda melhor, um centralismo proletário?

Bernstein não concebe um centralismo voluntário, uma união voluntária das Comunas em nação, uma fusão voluntária das Comunas proletárias, com o objetivo de esmagar a dominação burguesa e a máquina de Estado burguesa. Bernstein, como bom filisteu, imagina o centralismo como qualquer coisa que, vinda de cima, só pode ser imposta e mantida pela burocracia e pela camarilha militar.

Como se previsse que suas ideias poderiam ser deturpadas, Marx acentua, expressamente, que a acusação de que a Comuna pretendia destruir a unidade nacional, abolir o governo central, é uma falsificação deliberada. Marx emprega intencionalmente a expressão: “a unidade nacional seria (...) organizada”, para opor o centralismo proletário, consciente, democrático, ao centralismo burguês, militar, burocrático.

Mas, não há pior surdo do que aquele que não quer ouvir. Os oportunistas da socialdemocracia atual não querem ouvir falar, nem de destruir o poder do Estado, nem de amputar a excrescência parasitária.

5. Destruição do Estado Parasitário

Já citamos Marx a este respeito. Só resta completar as citações.

“(...) É destino geral das novas criações históricas - escrevia Marx - serem confundidas com a equivalência de formas de vida social mais antigas e caducas, com as que podem ter uma certa semelhança. Assim, esta nova Comuna que destrói o poder do Estado moderno, foi considerada como uma reprodução das Comunas medievais (...), como uma federação de pequenos Estados (como imaginavam Montesquieu e os Girondinos) (...), como uma forma exagerada da antiga luta contra o supercentralismo (...)”

“(...) Na realidade, o regime Comunal teria restituído ao organismo social todas as forças até então absorvidas pelo ‘Estado’ parasitário, alimentando-se da sociedade e entorpecendo o seu livre movimento. Com esse fato, teria iniciado a regeneração da França (...)”

“(...) O regime Comunal teria colocava os produtores rurais sob a direção intelectual das principais cidades dos distritos, garantindo-lhes ali, na figura dos operários das cidades, os representantes naturais de seus interesses. A própria existência da Comuna implicava, na realidade, um governo local autônomo, mas já não como contrapeso do poder estatal, agora supérfluo.”

“Destruir o poder estatal”, que era uma “excrescência parasitária”; “amputá-lo”, “rompê-lo”; “o poder estatal se tornou agora supérfluo”: essas são as expressões que Marx emprega, referindo-se ao Estado, quando avalia e analisa a experiência da Comuna.

Tudo isso foi escrito há quase meio século, e agora temos de escavar, por assim dizer, a fim de trazer ao conhecimento das massas populares um marxismo não deformado. As conclusões extraídas da observação da última grande revolução, vivida por Marx, foram esquecidas precisamente quando chegou o momento das subsequentes grandes revoluções proletárias.

“(...) A multiplicidade de interpretações a que a Comuna foi submetida e a multiplicidade de interesses que se manifestaram em torno dela demonstram que era uma forma política extremamente

flexível, enquanto as formas anteriores de governo foram essencialmente repressivas. Seu verdadeiro segredo é este: foi, essencialmente, um governo da classe operária, que resultou da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política, por fim descoberta, sob a qual podia realizar a emancipação econômica do trabalho (...)

“Sem essa última condição, o regime Comunal teria sido impossível e um erro (...)”

Os utópicos se preocuparam em “descobrir” a forma política, sob as quais teria de realizar a transformação socialista da sociedade. Os anarquistas descartaram totalmente o problema das formas políticas. Os oportunistas da socialdemocracia atual aceitaram as formas políticas burguesas do Estado democrático parlamentar, como um limite do que não se pode ultrapassar; arrebentaram-se, de tanto prostrar-se diante deste “modelo”, e por denunciarem como anarquismo todas as tentativas de romper essas formas.

Marx deduziu, da história do socialismo e da luta política, que o Estado estava condenado a desaparecer, e que a forma transitória de seu desaparecimento (a transição do Estado a não-Estado) seria o “proletariado organizado como classe dominante”. Mas, Marx não se propôs a descobrir as formas políticas que viriam a existir no futuro. Limitou-se à observação exata da história da França, ao analisá-la e extrair a conclusão a que chegou no ano de 1851, ou seja, que os acontecimentos caminhavam para a destruição do aparato estatal burguês.

Quando eclodiu o movimento revolucionário do proletariado, Marx, apesar do revés do movimento, apesar de sua vida curta e de sua evidente debilidade, começou a estudar as formas que tinham se apresentado.

A Comuna é a forma “enfim encontrada” pela revolução proletária, sob a qual se alcançará a emancipação econômica do trabalho.

A Comuna é a primeira tentativa de uma revolução proletária de destruir o aparato estatal burguês; é a forma política, “enfim encontrada”, com a qual pode e deve ser substituído o aparato estatal destruído.

Mais adiante veremos que as revoluções russas de 1905 e 1917, em condições distintas, continuaram a obra da Comuna, e confirmam a genial análise histórica de Marx.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXVII, Akal Editor)

A Comuna de Paris e a Rússia dos soviets

Leon Trotsky

Os partidos socialistas da Comuna não estavam preparados

A Comuna de Paris de 1871 foi o primeiro ensaio histórico, tímido ainda, de dominação da classe operária. Comemoramos a Comuna, apesar de sua experiência muito limitada, da falta de preparação de seus militantes, da confusão de seu programa, da ausência de unidade entre os seus dirigentes, da indecisão dos seus projetos, da excessiva hesitação nas suas ações e do espantoso desastre que, fatalmente, tinha de resultar disso tudo. Saudamos na Comuna - segundo uma expressão de Lavrov - a aurora, embora pálida, da primeira República proletária.

Kautsky não pensa assim. Tendo consagrado a maior parte do seu livro Terrorismo e Comunismo em estabelecer um paralelo, grosseiramente tendencioso, entre a Comuna e o poder soviético, vê as qualidades predominantes daquela justamente onde vemos as suas infelicidades e equívocos.

Kautsky procura demonstrar com grande ardor que a Comuna de Paris de 1870-71 não foi “artificialmente” preparada; pelo contrário, surgiu espontaneamente, colhendo de improviso os revolucionários, ao passo que a Revolução Russa de outubro-novembro foi preparada minuciosamente pelo nosso partido. Isto é indiscutível. Assim como não tem a coragem de formular com clareza as suas ideias profundamente reacionárias, Kautsky não nos diz com franqueza se os revolucionários de Paris de 1871 merecem elogios por não terem previsto a insurreição proletária e, por conseguinte, por não estarem preparados

para ela, ou se devemos ser condenados por termos previsto o inevitável e por nos termos adiantado conscientemente aos acontecimentos. Toda a exposição de Kautsky foi escrita de tal modo que produz a seguinte impressão no espírito do leitor: aconteceu uma desgraça aos comunardos (o filisteu bávaro, Volmar, não manifestou um dia o seu pesar por terem os comunardos tomado conta do poder, em vez de irem para a cama?), e por isso merecem toda a nossa indulgência; os bolcheviques, ao contrário, avançaram conscientemente para a desgraça (a conquista do poder), e isto não lhes será perdoado nem neste, nem no outro mundo. Colocar a questão desta forma pode parecer um absurdo incrível. Mas nem por isso deixa de ser menos certo que é uma consequência inevitável da posição dos “independentes kautskystas”, que enfiam a cabeça entre os braços para não ver nada - nem prever nada - e que não podem dar um passo para a frente, se não receberem um bom soco nas costas.

“A preocupação essencial [escreve Kautsky] da Assembleia Nacional e do chefe do executivo eleito por ela, Thiers, foi a de humilhar Paris, tirar-lhe a sua primazia de capital, a sua administração autônoma e, finalmente, desarmá-la para dar com segurança o golpe de estado. Desta situação, nasceu o conflito que produziu a insurreição parisiense. Vê-se claramente que esta insurreição foi totalmente diversa do golpe de Estado dos bolcheviques, que tiravam a sua força do desejo vivo de paz, que tinham os camponeses atrás de si, que na Assembleia não tinham de enfrentar nenhum monarquista, mas apenas socialistas-revolucionários e mencheviques.

Os bolcheviques conquistaram o poder com um golpe de Estado, sabiamente preparado, que o fez senhores de toda a máquina política, utilizando-o de modo mais enérgico e injusto para despojar política e economicamente os seus adversários, inclusive os proletários.

Ao contrário, mais surpreendidos com a sublevação da Comuna foram os próprios revolucionários. E, para uma grande parte deles, o conflito sobreveio quando menos o desejavam.” (p. 75)

Para que se forme uma ideia perfeitamente clara do sentido real que Kautsky afirma aqui, a propósito dos Comunalistas, transcreveremos o seguinte e interessantíssimo testemunho:

“A 1º de março de 1871 [escreve Lavrov no seu livro instrutivo sobre a Comuna], isto é, seis meses depois da queda do Império e alguns dias antes da explosão da Comuna - os dirigentes da Internacional em Paris

nem sempre tinham programa definido.” (P. L. Lavrov. A Comuna de Paris de 18 de março de 1871, Petrogrado, Edição da Livraria “Golos”, 1919. pp64-65)

“Depois de 18 de março [escreve esse mesmo autor] Paris se achava nas mãos do proletariado; mas os chefes deste, desconcertados com o seu poder inesperado, não tomaram as medidas de segurança mais elementares.” (idem. P. 71)

“Não estais à altura de vosso papel, e vossa única preocupação é fugir às responsabilidades [declarou um membro do Comitê Central da Guarda Nacional]. Havia nisso muito de verdade [escreve Lissagaray, membro e historiador da Comuna]; mas a falta de organização prévia e de preparação, no momento mesmo da ação, constatam-se geralmente quando os papéis cabem a homens que não têm envergadura suficiente para desempenhá-los.” (Lissagaray. Historie de La Commune de 1871. Bruxelas, 1876. p. 106)

Deduz-se do que precede (mais adiante isto aparecerá com mais evidência ainda) que a carência de um programa de luta direta, entre os socialistas parisienses, para a conquista do poder, se explica pela sua inconsistência teórica e a sua desordem política, mas de modo algum por considerações superiores de tática.

Não haja dúvidas de que a fidelidade do próprio Kautsky às tradições da Comuna se manifestará principalmente pela surpresa profunda com que acolherá a revolução proletária na Alemanha, na qual só vê um conflito “inteiramente indesejável”. Duvidamos, porém, de que as gerações futuras o glorifiquem por isso. A própria essência de sua analogia histórica na passa de uma mescla de confusões, reticências e ziguezagues.

As intenções de Thiers com relações a Paris eram as mesmas de Miliukov, apoiado por Tchernov e Tseretelli, com relação a Petrogrado. Todos, de Kornilov a Potressov, repetiam diariamente que Petrogrado se tinha isolado do país, que não tinha nada em comum com ele, e que, depravado até a medula, queria impor a sua vontade à nação. Desacreditar e rebaixar Petrogrado, tal era a tarefa primordial de Miliukov e seus acólitos. E isto ocorria numa época em que Petrogrado era o verdadeiro foco da revolução, a qual não tinha conseguido consolidar-se em nenhuma outra parte do país. Para dar uma boa lição à capital, Rodzianko não fazia mais do que precisar o que constituía o objetivo de Miliukov, que Kerensky apoiava com toda a sua política.

Miliukov, à maneira de Thiers, queria desarmar o proletariado. Mas o pior era que, por intermédio de Kerensky, Tchernov e Tsere-telli, em julho de 1917, quase foi desarmado o proletariado peter-burguês. Este recuperou todas as suas armas em agosto, por ocasião da ofensiva de Kornilov contra Petrogrado. Este novo armamento do proletariado foi um fator importante para a preparação da revolução de outubro-novembro. Assim, pois, as particularidades da insurreição de março dos operários parisienses, que Kautsky opõe às da nossa revolução de outubro-novembro, coincidem de certa forma.

Mas em que se diferenciam? Antes de tudo, nisto: Thiers realizou os seus propósitos sinistros, Paris foi tomada e foram assassinados milhares de operários, ao passo que Miliukov fracassou lamentavelmente e Petrogrado se ergueu como a cidadela inexpugnável do proletariado, tendo os chefes da burguesia russa de irem à Ucrânia solicitar a ocupação da Rússia pelos exércitos do Kaiser. Isto aconteceu, evidentemente, em grande parte, por nossa culpa, e estamos prontos a arcar com a responsabilidade que o fato acarreta. Há também uma diferença essencial, que se fez sentir mais de uma vez no curso ulterior dos acontecimentos: ao passo que os comunardos partiam geralmente de considerações patrióticas, nós nos colocamos invariavelmente do ponto de vista da revolução internacional. A derrota da Comuna provocou, no fundo, a destruição da I Internacional. A vitória do poder soviético nos conduziu à fundação da III Internacional.

Mas Marx - nas vésperas da revolução - aconselhava aos comunardos, não a insurreição, mas a organização! Compreender-se-ia a rigor que Kautsky trouxesse esse testemunho para demonstrar como Marx conhecia a gravidade da situação em Paris. Mas Kautsky, como todos os mandarins da social democracia, vê na organização, principalmente, um meio de deter a ação revolucionária.

Embora nos limitemos ao problema da organização, convém não esquecer que a revolução de novembro foi precedida pelos nove meses de existência do governo de Kerensky, durante os quais o nosso partido se ocupou, não sem êxito, dos trabalhos de agitação e organização. A revolução de novembro estalou depois de termos conseguido uma maioria esmagadora nos sovietes de operários e soldados de Petrogrado, de Moscou e, em geral, de todos os centros industriais do país, e de se terem transformado aqueles em organizações potentes dirigidas por nosso partido. Finalmente, tínhamos atrás de nós a heroica Co-

muna de Paris, de cujo esmagamento deduzíamos que a missão dos revolucionários é prever os acontecimentos e se preparar para recebê-los. Uma vez ainda, tal foi a nossa força.

A Comuna de Paris e o Terrorismo

Kautsky só faz um amplo paralelo entre a Comuna e o poder soviético para caluniar e diminuir a viva e triunfante ditadura do proletariado, em favor de uma tentativa de ditadura que já remonta a um passado remoto.

Kautsky cita com muita satisfação uma declaração do Comitê Central da Guarda Nacional, datada de 19 de março, sobre o assassinio dos generais Lecomte e Clément Thomas, cometido pelos soldados:

“Dizemo-lo indignados. É uma mancha de sangue com que se quer manchar a nossa honra. É uma miserável calúnia. Não ordenamos o crime; a Guarda Nacional não tomou a mínima parte na perpetração do assassinio.”

O Comitê Central, naturalmente, não tinha motivos para arcar com a responsabilidade de um assassinato de que não participara. Mas, o tom patético e sentimental da declaração caracteriza perfeitamente a timidez política desses homens perante a opinião pública burguesa. Isto nos deve surpreender? Os representantes da Guarda Nacional eram, em sua maioria, homens de têmpera revolucionária muito modesta.

“Não há um nome seja conhecido [escreve Lissagaray]. São pequeno-burgueses, vendeiros, alheios às organizações, reservados e estranhos à política quase todos” (p. 70).

“Um discreto sentimento, um pouco temeroso, de terrível responsabilidade histórica e o desejo de subtrair-se a ela o mais breve possível - escreve Lavrov a propósito - transparece em todas as proclamações do Comitê Central, em cujas mãos Paris caiu” (p.77).

Depois de citar, para vergonha nossa, aquela declaração sobre a efusão de sangue, Kautsky, como Marx e Engels, critica a indecisão da Comuna:

“Se os parisienses tivessem perseguido Thiers, talvez tivessem conseguido apoderar-se do governo. As tropas que saíam de Paris não teriam oferecido a menor resistência... Mas Thiers pôde escapar

sem dificuldade. Foi-lhe permitido que levasse as suas tropas e que reorganizasse em Versalhes, onde as fortaleceu, animando-as de um novo espírito” (pp. 85-86).

Kautsky não pode compreender que foram os mesmos homens, e pelas mesmas causas, os que publicaram a citada declaração de 19 de março e os que permitiram que Thiers se retirasse a salvo e reorganizasse o seu exército. Se os comunardos pudessem vencer exercendo unicamente uma influência moral, a sua declaração teria uma grande importância. Mas não foi este o caso. No fundo, o seu sentimentalismo humanitário não era mais que o reverso de sua passividade revolucionária. Os homens a quem, por um capricho do acaso, coube o governo de Paris e que não compreenderam a necessidade de se aproveitarem disso imediata e totalmente para se porem em perseguição de Thiers e esmagá-lo, sem contemplação, para aprisionarem o seu exército e efetuar a limpeza necessária no seu corpo de comando, a fim de dominarem a província; esses homens, digo, não podiam, naturalmente, ter a decisão de castigar com rigor os elementos contrarrevolucionários.

Na revolução, uma energia superior equivale a uma humanidade mais elevada.

“Precisamente os homens que dão grande valor à vida humana, ao sangue humano [escreve Lavrov, muito acertadamente], são os que devem fazer tudo o que estiver ao seu alcance para obter uma vitória rápida e decisiva e atuar depois com a maior brevidade possível para a submissão enérgica dos inimigos; pois só deste modo se pode ter o mínimo de perdas inevitáveis e de sangue derramado” (p.225).

A declaração de 19 de março pode, no entanto, ser apreciada mais exatamente se for considerada, não uma profissão de fé absoluta, mas a expressão de um estado de ânimo passageiro existente no dia imediato a uma vitória inesperada, obtida sem o menor derramamento de sangue. Inteiramente alheio à compreensão da dinâmica da revolução e ao estado de ânimo dos que dela participam, o qual se modifica rapidamente, em consequência das condições internas, Kautsky raciocina por meio de fórmulas mortas e deforma a perspectiva dos acontecimentos com analogias arbitrárias. Não compreende que essa generosa indecisão é, geralmente, própria das massas na primeira fase da revolução. Os operários só começam a ofensiva sob o imperativo de uma necessidade férrea, como só implantam o terror

vermelho diante da ameaça dos assassínios contrarrevolucionários. O que Kautsky descreve como sendo o resultado da moral elevada ao proletariado parisiense de 1871, na realidade, só concorre para caracterizar a primeira etapa da guerra civil. Fatos parecidos igualmente se observaram entre nós.

Em Petrogrado, conquistamos o poder em outubro-novembro, quase sem derramamento de sangue, e até sem prisões. Os ministros do governo de Kerensky foram postos em liberdade imediatamente depois da insurreição. Ainda mais: depois do poder ter passado para as mãos do soviets, o general cossaco Krasnov, que marchara contra Petrogrado de acordo com Kerensky, sendo feito prisioneiro em Gatchina, foi posto em liberdade no dia seguinte, sob palavra de honra. “Magnanimidade” parecida com a que se pode observar nos primeiros dias da Comuna. Mas que nem por isso deixou de ser um erro. O general Krasnov, depois de combater contra nós no sul, perto de um ano, depois de assassinar muitos milhares de comunistas, atacou Petrogrado recentemente, mais uma vez; mas agora estando nas fileiras do exército de Yudenitch. A revolução proletária se fez mais violenta depois da sublevação dos junkers de Petrogrado e, principalmente, depois da rebelião - tramada pelos cadetes, socialistas-revolucionários e mencheviques - dos tchecoslovacos na região do Volga, onde foram degolados milhares de comunistas, depois do atentado contra Lênin, do assassinio de Uriski etc. etc.

Estas mesmas tendências, embora apenas em sua primeira fase, se observam também na história da Comuna.

Impelida pela lógica da luta, esta adotou no começo o processo das ameaças. A criação do Comitê de Salvação Pública foi imposta por muitos dos seus partidários pela ideia do terror vermelho. Esse Comitê se destinava a “cortar a cabeça dos traidores” (Journal Officiel, nº 124), e a “castigar a traição (o mesmo jornal, nº 124). Entre os decretos de “ameaça” convém assinalar a resolução de 3 de abril sobre o sequestro dos bens de Thiers e seus ministros, a demolição de sua casa, a destruição da coluna Vendôme e, particularmente, o decreto sobre os reféns. Para cada prisioneiro ou partidário da Comuna fuzilado por versalhenses, devia fuzilar-se um número três vezes maior de reféns. As medidas tomadas pela Prefeitura de polícia, dirigida por Raoul Rigault, eram de caráter puramente terrorista, embora nem sempre conformes ao fim visado. O seu realismo era sufocado pelo

espírito informe de conciliação dos dirigentes da Comuna, pelo seu desejo de harmonizar com frases vazias a burguesia e o fato consumado, pelas suas oscilações entre a ficção da democracia e o realismo da ditadura. Esta observação foi admiravelmente formulada por Lavrov no seu livro sobre a Comuna.

“A Paris dos ricos e dos proletários indigentes, dos contrastes sociais, como comunidade política, exigia, em nome dos princípios liberais, uma completa liberdade de palavra, de reunião, de crítica ao governo etc. A Paris que acabava de fazer a revolução no interesse do proletariado, e que se comprometera a realocá-la nas instituições, reclamava, como Comuna do operariado emancipado, medidas revolucionárias, ditatoriais contra os inimigos do novo regime” (pp. 143-144)

Se a Comuna de Paris não tivesse fracassado, se tivesse podido sustentar-se numa luta ininterrupta, teria sido obrigada, sem dúvida, a recorrer a medidas cada vez mais rigorosas, para esmagar a contrarrevolução. É verdade que, então, Kautsky não poderia opor os humanitários comunardos aos bolcheviques desumanos. Mas, por outro lado, Thiers também não teria podido fazer a sua monstruosa sangria no proletariado de Paris. A história, de qualquer modo, teria ficado em melhores condições.

O Comitê Central Absoluto e a Comuna Democrática

“A 19 de março [conta Kautsky], na reunião do Comitê Central da Guarda Nacional, uns queriam que se marchasse imediatamente sobre Versalhes; outros, que se convocassem medidas revolucionárias. Como se cada uma destas medidas - segundo nos ensina o nosso autor, com uma grande profundidade de pensamento - não fosse necessária, e como se cada uma delas excluísse as demais” (p.95).

Nas linhas seguintes, que tratam desses desacordos no seio da Comuna, Kautsky nos oferece uma porção de trivialidades sobre as relações recíprocas entre as reformas e a revolução. Na realidade, a questão se colocava assim: para se tomar a ofensiva contra Versalhes, e fazê-lo sem perda de um minuto, era necessário reorganizar imediatamente a Guarda Nacional, e pôr à frente dela os elementos mais combativos do proletariado parisiense, o que teria provocado uma debilitação temporária de Paris em sua posição revolucionária. Mas convocar as eleições em Paris, quando se fazia sair de seus muros a elite

da classe operária, era coisa sem sentido, do ponto de vista do partido revolucionário. É certo que a marcha sobre Versalhes e as eleições na Comuna não se contradiziam teoricamente em coisa alguma, mas na prática se excluíam: para o êxito das eleições era preciso suspender a marcha sobre Versalhes; para o êxito desta, era preciso suspender as eleições. Em suma, entrando em campanha, o proletariado debilitaria Paris durante um certo tempo(...), motivo por que seria indispensável prevenir-se contra todas as possibilidades de surpresas contrarrevolucionárias na capital, pois Thiers não se teria detido diante de coisa alguma, para atizar, por trás dos comunardos, o incêndio da reação. Era necessário estabelecer na capital um regime mais militar, isto é, mais rigoroso.

“Viam-se obrigados a lutar [escreve Lavrov] contra uma multidão de inimigos internos, que abundavam em Paris e que nas vésperas se tinham sublevado nas imediações da Bolsa e da Praça Vendôme, que tinham representantes na Guarda Nacional, que dispunham de imprensa, que realizavam assembleias, que mantinham quase a descoberto relações com os versalheses e que se tornavam mais resolutos e audazes a cada nova imprudência ou fracasso da Comuna” (p. 87)

Era também preciso tomar ao mesmo tempo uma série de medidas de ordem econômica e financeira, para atender, principalmente, às necessidades do exército revolucionário. Todas essas medidas - as mais indispensáveis para a ditadura revolucionária - dificilmente se poderiam conciliar com uma grande campanha eleitoral. Mas Kautsky não compreende absolutamente nada do que é de fato uma revolução. Acha que conciliar teoricamente é o mesmo que realizar praticamente.

O Comitê Central fixara as eleições para 22 de março. Mas, sem confiança em si próprio, horrorizado com a sua ilegalidade, querendo agir de acordo com uma instituição mais “legal”, entrou em negociações, inúteis e intermináveis, com a assembleia sem autoridade dos prefeitos e deputados de Paris, disposto a partilhar o poder com ela, embora só para chegar a um acordo. Assim se perdeu um tempo precioso.

Marx, em quem Kautsky procura sempre se apoiar, conforme o seu velho hábito, nunca propôs que se elegeisse a Comuna e se lançasse simultaneamente os operários numa campanha militar. Em sua carta a Kügelmann de 12 de abril de 1871, Marx escrevia que o Co-

mitê Central da Guarda Nacional abandonara muito cedo os seus poderes para deixar o campo livre à Comuna. Kautsky, segundo as suas próprias palavras, “não compreende” essa opinião de Marx. A coisa, porém, é bem simples. Marx sabia perfeitamente que o que se devia fazer não era correr atrás da legalidade, mas dar um golpe mortal no inimigo. Se o Comitê Central se tivesse constituído com verdadeiros revolucionários - diz Lavrov, com grande acerto -, teria agido de modo muito diferente. Teria sido imperdoável, da sua parte, conceder dez dias aos seus inimigos antes da eleição e da convocação da Comuna, para que estes pudessem triunfar de novo no momento em que os dirigentes do proletariado abandonavam a sua missão, não se achando com direito a dirigi-lo. A falta fatal de preparação dos partidos populares dava lugar à criação de um Comitê que considerava obrigatórios esses dez dias de inatividade.

As aspirações do Comitê Central, desejoso de entregar o poder o mais breve possível a um governo “legal”, eram provadas, menos pelas superstições de uma democracia formal, - que aliás, não faltava, - do que pelo medo das responsabilidades. Sob o protesto de que era só uma instituição provisória, o Comitê Central, embora tendo em suas mãos toda a máquina do poder, se negou a tomar as medidas mais necessárias e urgentes. Mas a Comuna não restituiu todo o poder político ao Comitê Central, que continuou, sem muito embaraço, a se envolver em todos os assuntos. Daí resultou uma dualidade de poderes sumamente perigosa, principalmente no que se referia à situação militar.

A 3 de maio, o Comitê enviou à Comuna uma delegação, que exigia que lhe fosse entregue de novo a direção do Ministério da Guerra. Como diz Lissagaray, foi de novo colocada a questão: “Conviria dissolver ou prender o Comitê Central, ou seria antes necessário restituir-lhe a direção do Ministério da Guerra?”

De modo geral, tratava-se, não dos princípios da democracia, mas da ausência de um programa de ação, existindo, tanto na organização revolucionária absoluta, personificada no Comitê Central, como na organização democrática da Comuna, o desejo de que a outra parte arcasse com as responsabilidades, mas sem que isso implicasse inteiramente a renúncia ao poder. Semelhantes relações políticas não são dignas de imitação.

“Mas o Comitê Central [consola-se Kautsky] nunca procurou

discutir o princípio de que o poder supremo deve caber aos eleitos pelo sufrágio universal... Neste ponto, pois, a Comuna de Paris foi o oposto da República dos Sovietes” (pp. 96-97)

Não houve na Comuna unidade governamental, nem tampouco audácia revolucionária, mas sim dualidade de poder; e o resultado foi o seu esmagamento rápido e espantoso. Em compensação - e isso não constitui um consolo? - não se tocou absolutamente no “princípio” da democracia.

A Comuna Democrática e a Ditadura Revolucionária

O camarada Lênin já mostrou a Kautsky que a pretensão de descrever a Comuna como uma democracia formal não passa de palavrório teórico. A Comuna, tanto pelas tradições como pelos fins dos que a dirigiam - os blanquistas -, era a expressão da ditadura revolucionária de uma cidade sobre o país inteiro. Assim aconteceu na Grande Revolução Francesa; o mesmo teria acontecido na revolução de 1871, se a Comuna não tivesse caído tão depressa. O fato de o poder ter sido eleito, mesmo em Paris, na base do sufrágio universal, não exclui este outro fato, muito mais importante: a ação militar da Comuna, de uma cidade, contra a França camponesa, isto é, contra toda a nação. Para que o grande democrata Kautsky pudesse com razão estar satisfeito, era preciso que os revolucionários da Comuna tivessem consultado antecipadamente, por meio do sufrágio universal, toda a população francesa, para saber se deviam ou não combater os bandos de Thiers.

Enfim, mesmo em Paris, as eleições se efetuaram depois da fuga da burguesia, partidária de Thiers, ou pelo menos dos seus elementos mais ativos, e depois da evacuação dos exércitos da ordem. A burguesia que ficou em Paris, apesar de toda a sua impertinência, não temia menos as batalhas revolucionárias. Sob a impressão desse medo - sentimento do inevitável terror vermelho do futuro -, realizaram-se as eleições. Procurar consolo no fato do Comitê Central da Guarda Nacional - sob cuja ditadura, desgraçadamente branda e informe, se efetuaram as eleições - não ter infringido o princípio do sufrágio universal é, na realidade, dar estocadas na água.

Multiplicando as comparações inúteis, Kautsky se aproveita da falta de informações em que se encontram os seus leitores. Em novembro de 1917, elegemos também em Petrogrado uma Comuna (a

Duma municipal), na base do mesmo sufrágio “democrático”, sem restrições para a burguesia. Nessas eleições, apesar do boicote que os partidos burgueses nos declararam, obtivemos uma maioria esmagadora.**

A Duma, eleita democraticamente, submeteu-se voluntariamente ao soviete de Petrogrado, isto é, achou que a ditadura do proletariado estava em plano superior ao “princípio” do sufrágio universal; e algum tempo depois se dissolvia por iniciativa própria, em favor de uma das sessões do soviete peterburguês. Deste modo, o soviete de Petrogrado - verdadeiro pai do poder soviético - tem, por graça divina, uma auréola “formalmente” democrática, que nada fica a dever à da Comuna de Paris.

Nas eleições de 26 de março, foram eleitos noventa membros da Comuna, quinze dos quais pertenciam ao partido do governo (Thiers), sendo sociais-burgueses outros seis, os quais, embora inteiramente contrários ao governo, não censuravam menos por isso a insurreição dos operários parisienses.

“Uma República soviética não teria permitido que tais elementos apresentassem a sua candidatura, e muito menos que fossem eleitos. Mas a Comuna, respeitando como respeitava a democracia, não opôs o menos obstáculo à sua eleição” (p. 97)

Já vimos como Kautsky diz disparates em todos os sentidos. Em primeiro lugar, em fase análoga do desenvolvimento da Revolução Russa, realizaram-se eleições democraticamente no município de Petrogrado, durante as quais o poder soviético deixou os partidos em plena liberdade; e se os cadetes, os socialistas-revolucionários e os mencheviques, que tinham a sua imprensa, que convidavam abertamente a população a derrubar o governo dos sovietes, boicotaram essas eleições, foi exclusivamente porque acreditavam então que nos liquidariam pela força das armas. Em segundo lugar, não houve na Comuna de Paris democracia que reunisse todas as classes. Não houve lugar nela para os deputados burgueses - conservadores, liberais e gambettistas.

“Quase todos esses indivíduos [escreve Lavrov] instantaneamente ou não, mas em pouco tempo, em todo o caso, saíram dos conselhos da Comuna; é verdade que teriam podido ser os representantes de Paris - da cidade livre sob a administração da burguesia -, mas foram inteiramente desautorizados na Comuna que, por bem ou

pela força, completa ou incompletamente, encarnava a revolução do proletariado e a tentativa, embora tímida, de criar as formas de uma sociedade que se harmonizasse com essa revolução.”

Se a burguesia peterburguesa não tivesse boicotado as eleições Comunais, os seus representantes teriam entrado na Duma de Petrogrado. Teriam permanecido nela até a primeira insurreição dos socialistas-revolucionários e cadetes, depois da qual, com ou sem a permissão de Kautsky, – caso se retirassem a tempo, como fizeram em certo momento os membros burgueses da Comuna de Paris - seriam naturalmente presos. O curso dos acontecimentos teria sido o mesmo, com exceção de alguns episódios, que se dariam de outro modo.

Glorificando a democracia da Comuna e censurando-a ao mesmo tempo por não ter tido a audácia na luta contra Versalhes, Kautsky não compreende que as eleições Comunais, que se realizaram com a participação dos prefeitos e deputados “legais”, - participação que tinha segundas intenções - refletiam a esperança da conclusão de um acordo pacífico com Versalhes. Tal é, porém, o significado desses fatos. Os dirigentes queriam uma aliança, não a luta. As massas não tinham esgotado ainda as suas ilusões. Ainda não tinha havido tempo para a destituição das autoridades pseudorrevolucionárias. A tudo isso se chamava “democracia”.

“Devemos dominar os nossos inimigos pela força moral... [preconizava Vermorel]. Não há necessidade de se atentar contra a liberdade, nem contra a vida do indivíduo...”

Vermorel, que desejava conjurar a “guerra civil”, convidava a burguesia liberal - que antes tanto estigmatizara - a constituir um “poder regular, reconhecido e respeitado por toda a população parisiense.” O Journal Officiel, publicado sob a direção do internacionalista Longuet, escrevia:

“O erro lamentável que, nas jornadas de junho de 1848, levantou duas classes sociais uma contra a outra, já não se pode reproduzir. O antagonismo de classes deixou de existir” (30 de março), [E mais tarde]: “Daí em diante, já não haverá discórdias, porque nunca existiu tão poucos ódios, nem houve tão poucos antagonismos sociais” (3 de abril).

Na sessão da Comuna de 25 de abril, Jourde, não sem razão, se vangloriou pelo fato “da Comuna não ter atacado de forma alguma a propriedade”. Assim acreditavam conquistar a confiança dos meios

burgueses e marchar para um acordo.

“Essas garantias [diz Lavrov muito acertadamente] não desarmaram absolutamente os inimigos do proletariado, que conheciam perfeitamente a ameaça implícita na vitória deste último; ao contrário, tiraram do proletariado toda a energia combativa, cegando-o, como de propósito, em presença de inimigos irredutíveis” (p. 137)

Mas essas garantias emolientes ligavam-se indissolúvelmente à ficção da democracia. A forma de pseudolegalidade fazia crer que a questão se poderia resolver sem luta.

“No que toca às massas da população [escreve um membro da Comuna, Arthur Arnoult], estavam convencidas, não sem razão, de que haveria um acordo tácito com o governo.”

Os conciliadores, impotentes para atrair a burguesia, induziam o proletariado a erro, como sempre.

A forma insensata das eleições complementares à Comuna (16 de abril) mostra, do modo mais evidente, que nas condições da guerra civil inevitável, que já começava, o parlamentarismo só expressava a impotência conciliadora dos grupos dirigentes. Naquele momento “não se fazia mais do que votar”, escreve Arthur Arnoult. A situação era trágica, a tal extremo que não se tinha nem o tempo nem o sangue frio necessários para que as eleições gerais pudessem dar o resultado esperado.

“Todos os homens fiéis à Comuna estavam nas fortificações, nos fortes, nos postos avançados. O povo não dava nenhuma importância a essas eleições complementares. No fundo, não passava de parlamentarismo. Não era aquele o momento de contar os eleitores, mas de ter soldados; nem de saber se tínhamos ganho ou perdido em consideração para com a opinião de Paris, mas de defender Paris contra os versalheses.”

Essas palavras poderiam fazer que Kautsky compreendesse por que não é tão fácil combinar na realidade a guerra de classes com uma democracia que reúna todas elas.

“A Comuna não é uma Assembleia Constituinte [escrevia Millère, uma das cabeças mais inteligentes da Comuna], é um conselho de guerra. Só deve ter um fim: a vitória; uma arma: a força; uma lei: a da salvação pública.”

“Nunca puderam compreender [escreve Lissagaray, acusando

os líderes] que a Comuna era uma barricada e não uma administração.”

Só começaram a compreendê-lo no fim, quando já era muito tarde. Kautsky ainda não o compreendeu. E nada dá a entender que possa chegar um dia a compreendê-lo.

A Comuna foi a negação viva da democracia formal, pois marcou no seu desenvolvimento a ditadura da Paris operária sobre a nação camponesa. Este fato prima sobre todos os demais. Quaisquer que fossem os esforços dos políticos rotineiros no próprio seio da Comuna, para se aterem a uma aparência de legalidade democrática, cada ação da Comuna, insuficiente para a vitória, era bastante para convencê-los da ilegalidade da sua natureza.

A Comuna, isto é, o município parisiense, aboliu a conscrição nacional. Deu ao seu órgão oficial o nome de Journal Officiel de La Republique Française. Embora timidamente pôs as mãos no Banco de França. Proclamou a separação da Igreja e do Estado e suprimiu o orçamento dos cultos. Travou relações com as embaixadas estrangeiras etc., etc. Tudo isso, em nome da ditadura do proletariado. Mas o democrata Clémenceau, que já vivia então e já era homem de energia, não quis reconhecer esse direito.

Na assembleia com o Comitê Central, Clémenceau declarou: “A insurreição tem uma origem ilegal. O Comitê dentro de pouco tempo parecerá ridículo e os seus decretos serão desprezados. Além disso, Paris não tem o direito de sublevar-se contra a França, e deve aceitar formalmente a autoridade da Assembleia.”

A missão da Comuna era dissolver a Assembleia Nacional. Infelizmente, não pôde consegui-lo. E Kautsky, agora, trata de procurar circunstâncias atenuantes para esses desígnios criminosos.

Afirma que os comunardos tinham adversários monarquistas na Assembleia Nacional, ao passo que nós, na Assembleia Constituinte, tínhamos como adversários os socialistas: socialistas-revolucionários e mencheviques. Isto é o que se pode chamar um eclipse total da razão! Kautsky fala dos mencheviques e socialistas-revolucionários, mas se esquece do único inimigo sério: os cadetes. Eles, precisamente, constituíam o nosso partido “versalhês” russo, isto é, o bloco dos proprietários em nome da propriedade, e o professor Miliukov parodiava como melhor podia o minúsculo grande homem. Desde muito cedo - muito tempo antes da Revolução de Outubro -, Miliukov começou

a procurar um Gallifet, que julgava ter encontrado, um após outro, nas pessoas dos generais Kornilov, Alexeiev, Kaledin, Krasnov; e depois que Koltchak relegou a segundo plano os partidos políticos e dissolveu a Assembleia Constituinte, o partido cadete, único partido burguês sério, não só não lhe negou o seu apoio como, pelo contrário, dispensou-lhe uma simpatia cada vez maior.

Os mencheviques e socialistas-revolucionários não desempenharam na Rússia nenhum papel autônomo, como acontece, por outro lado, com o partido de Kautsky nos acontecimentos revolucionários da Alemanha. Basearam toda a sua política na coligação com os cadetes, assegurando-lhes assim uma situação preponderante, que mal correspondia à correlação das forças políticas. Os partidos socialista-revolucionário e menchevique não passavam de um aparelho de transmissão, destinado a conquistar a confiança política das massas revolucionárias despertadas, nos comícios e nas eleições, para beneficiar com isso o partido cadete imperialista e contrarrevolucionário, independentemente, é claro, do resultado das eleições. A dependência da maioria menchevique e socialista-revolucionária à minoria cadete não passava de uma fraude mal dissimulada da democracia. Mas não é tudo. Em todos os pontos do país em que o regime “democrático” resistia muito, sobrevinha inevitavelmente um golpe de estado contrarrevolucionário, que acabava com ele. Assim aconteceu na Ucrânia, onde a Rada democrática, que vendera o poder soviético ao imperialismo alemão, viu-se dissolvida por sua vez pela monarquia de Skoropadski. Assim aconteceu - e é a experiência mais importante de nossa “democracia” - na Sibéria, onde a Assembleia Constituinte, oficialmente dirigida pelos socialistas-revolucionários e mencheviques - devido à ausência dos bolcheviques - é dirigida de fato pelos cadetes, deu lugar à ditadura do almirante czarista Koltchak. Assim aconteceu no Norte, onde os membros da Constituinte, personificada no governo do socialista-revolucionário Tchaikovski, não passavam de medalhões, em presença dos quais agiam os generais contrarrevolucionários russos e ingleses. Em todos os pequenos governos limítrofes aconteceu ou acontece o mesmo: na Finlândia, na Estônia, na Lituânia, na Polônia, na Geórgia, na Armênia, onde, sob o estandarte aparente da democracia, se consolida o regime dos proprietários, dos capitalistas e do militarismo estrangeiro.

O operário parisiense de 1871 - O proletário peterburguês de 1917

Um dos paralelos mais ordinários, que nada justifica e que é politicamente uma vergonha, traçado por Kautsky entre a Comuna e a Rússia soviética, é o que se refere ao caráter do operário parisiense de 1871 e do proletário russo de 1917-1919. Kautsky nos descreve o primeiro como um revolucionário entusiasta, capaz da mais elevada abnegação, ao passo que o segundo nos é apresentado como um egoísta, um utilitário e um anarquista desenfreado.

O operário parisiense tem atrás de si um passado perfeitamente definido para precisar de recomendações revolucionárias, ou para ter de se defender dos elogios do atual Kautsky. Contudo, o proletariado de Petrogrado não tem nem pode ter motivos para renunciar ao paralelo com seu irmão mais velho. Os três anos de luta ininterrupta dos operários peterburgueses, primeiro pela conquista do poder, em seguida para mantê-lo e consolidá-lo, em meio a sofrimentos nunca vistos, apesar da fome, do frio, dos perigos constantes, constituem um fato excepcional nos anais do heroísmo e da abnegação das massas. Kautsky, como mostraremos, examina, para compará-los com a elite dos comunardos, os elementos mais obscuros do proletariado russo. Em nada se distingue, neste ponto, dos sicofantas burgueses, para os quais os mortos da Comuna são infinitamente mais simpáticos do que os vivos. O proletariado peterburguês tomou o poder quarenta e cinco anos mais tarde que os operários de Paris. Esse lapso de tempo nos dotou de uma imensa superioridade. O caráter pequeno-burguês e artesão da velha Paris e, em parte, da nova, é inteiramente estranho a Petrogrado, centro da indústria mais concentrada do mundo. Esta circunstância nos facilitou consideravelmente o trabalho de agitação e organização, bem como o de constituição do regime dos soviets. O nosso proletariado está muito longe de possuir as ricas tradições do proletariado francês. Mas, em compensação, nos primeiros dias da nossa revolução, a lembrança da grande experiência fracassada de 1905 estava ainda viva na memória da geração atual, que não esquecia o dever de vingança que havia herdado. Os operários russos não passaram, como os franceses, pela larga escola da democracia e do parlamentarismo que, em certas épocas, foi um fator importante

para a cultura política do proletariado. Mas, por outro lado, a amargura das decepções e o veneno do ceticismo (que paralisam a vontade revolucionária do proletariado francês, até uma hora que julgamos próxima) não tinham tido tempo de infiltrar-se na alma da classe operária russa.

A Comuna de Paris sofreu uma derrota militar antes de surgirem, em toda a sua magnitude, os problemas econômicos. Apesar das excelentes qualidades combativas dos trabalhadores parisienses, a situação militar da Comuna tornou-se logo desesperadora: a indecisão e o espírito de conciliação das esferas superiores provocaram a desagregação das camadas inferiores.

Pagava-se o soldo da Guarda Nacional a 162.000 soldados rasos e 6.500 oficiais; mas o número dos que realmente combatiam, principalmente a existência de um organismo dirigente regular e centralizado. Os comunardos não tinham sequer a mínima ideia disso.

O departamento de guerra da Comuna ocupava, segundo a expressão de um autor, uma sala sombria, onde todo o mundo se atropelava. O gabinete do ministro vivia cheio de oficiais, de guardas nacionais, que ora exigiam material bélico, ora pediam provisões, ou que se queixavam porque não obtinham dispensa. Ali, diziam-lhe que fossem ver o comandante da praça.

“Alguns batalhões permaneciam nas trincheiras de vinte a trinta dias, ao passo que outros ficavam sempre de reserva. Essa irregularidade destruiu logo a disciplina. Os mais valentes só queriam depender de si mesmos; os demais se retiravam. Os oficiais faziam outro tanto, uns abandonavam os seus postos para correr em auxílio do companheiro exposto ao fogo do inimigo; outros iam para a cidade...” (A Comuna de Paris de 1871, P. Lavrov, 1919, p. 100).

Um tal regime não podia continuar impunemente. A Comuna foi afogada em sangue. Mas encontrais em Kautsky um consolo, único no gênero: “A guerra nunca foi [diz, balançando a cabeça] o forte do proletariado” (p.138). Esse aforismo, digno de Pangloss, está à altura de outro conceito de Kautsky, a saber: que a Internacional não é uma arma para as épocas de guerra, mas, pela sua própria natureza, “um instrumento de paz”.

Todo o Kautsky de hoje se resume, no fundo, nesses dois aforismos, cujo valor é apenas superior ao zero absoluto. “Nunca foi a guerra, como veem, o forte do proletariado; tanto mais que a Inter-

nacional não foi criada para um período de guerra.”

O barco de Kautsky foi construído para navegar nas águas mansas dos açudes, não para enfrentar o alto mar e aguentar os temporais. Se começa a vazar água e a soçobrar, o forte, sem contestação, é a tempestade, são os elementos, a imensidade das ondas e toda uma série de circunstâncias imprevistas, para as quais Kautsky não destinava o seu magnífico instrumento.

O proletariado internacional se atribuiu a missão de conquistar o poder. Seja ou não a guerra civil “em geral”, de qualquer modo é indiscutível que o movimento emancipador do proletariado, na Rússia, na Alemanha e em determinados lugares da antiga Áustria-Hungria, revestiu-se da forma de uma guerra civil de morte, e não só nas frentes internas, como nas frentes externas. Se a guerra não é o forte do proletariado, e se a Internacional operária só vale para as épocas pacíficas, é preciso fazer uma cruz sobre a revolução e o socialismo, pois a guerra é um dos fortes do governo capitalista, que, com toda a certeza, não permitirá que o operário conquiste o poder sem guerra. Resta apenas considerar como um parasita da sociedade capitalista e do parlamentarismo burguês o que se chama “democracia socialista”, Isto é, sancionar claramente o que fazem em política os Eberts, os Scheidemanns, os Renaudel e aquele contra quem achamos que Kautsky ainda se levanta.

A guerra não era o forte da Comuna. Por esse motivo foi esmagada. E com que selvageria!

“É preciso remontar - [escrevia no seu tempo o escritor liberal moderado Fiaux] às proscricções de Sila, de Antônio e de Otávio para encontrar assassinatos semelhantes na história das nações civilizadas; as guerras religiosas sob os últimos Valois, a noite de São Bartolomeu, a época do terror não eram, em comparação, mais do que brincadeira de criança. Somente na última semana de maio se registraram em Paris 17.000 cadáveres de federados insurretos... A 15 de junho ainda se continuava a matar...”

“... A guerra, em geral, nunca foi o forte do proletariado...”

Como isto é falso! Os operários russos demonstraram que são capazes de dominar também a “máquina guerreira”. Isso significa um enorme progresso em relação à Comuna. Não é uma abjuração da Comuna - pois a tradição da Comuna não é a sua impotência -, mas a continuação de sua obra. A Comuna era fraca. Para realizar

a sua missão, nós nos fizemos fortes. A Comuna foi esmagada. Nós vibramos golpes sobre golpes contra os seus verdugos, vingando-a e ajustando as suas contas.

Dos 162.000 guardas nacionais que recebiam soldo, 20 ou 30.000 iam para a luta. Esses números constituem matéria interessante para as deduções a respeito do papel da democracia formal em um período revolucionário. A sorte da Comuna não se decidiu nas eleições, mas nos combates contra os exércitos de Thiers.

No fundo, foram esses 20 ou 30 mil homens – a minoria mais abnegada e combativa - que fixaram na luta o destino da Comuna. Essa minoria não era uma coisa à parte, não fazia mais do que expressar com mais valor e abnegação a vontade da maioria. Mas, de qualquer modo, não deixava de ser a minoria. Os demais guardas nacionais, que se ocultaram no momento crítico, não eram adversários da Comuna, não; defendiam-na ativa ou passivamente, mas eram menos conscientes, menos resolutos. Na cena da democracia política, a inferioridade de seu sentido social tornou possível a mistificação dos aventureiros e dos cavalheiros de indústria, dos parlamentares pequeno-burgueses e dos tolos honrados que se enganavam a si mesmos. Mas quando se viu que se tratava de uma franca guerra de classes, acompanharam, mais ou menos, a minoria abnegada. Esse estado de coisas teve a sua expressão na criação da Guarda Nacional. Se a existência da Comuna se tivesse prolongado, as relações recíprocas entre a vanguarda e a massa do proletariado iriam se fortificando cada vez mais. E a organização, que se tivesse constituído e consolidado no processo de uma luta declarada, ter-se-ia transformado, como organização das massas trabalhadoras, em órgão da sua ditadura, no soviete dos delegados do proletariado em armas.

Leon Trotsky, 29 de maio de 1920.

18 Mars 1871

9. PARIS — Souvenir de l'année terrible 1870-71
Barricade Rue Lafayette et Faubourg St-Martin C. M.



“ Paris dos operários, com a sua Comuna, será eternamente exaltada como a bandeira gloriosa de uma nova sociedade. Seus mártires têm seu santuário no imenso coração da classe operária. Quanto a seus exterminadores, a história já os cravou para sempre no pelourinho, do qual todas as preces de seus padres não conseguirão redimi-los.

O terreno de onde brota a nossa Associação Internacional dos Trabalhadores é a própria sociedade moderna. Não é possível exterminá-la, por maior que seja a carnificina. Para fazê-lo, os governos teriam de exterminar o despotismo do capital sobre o trabalho, base de sua própria existência parasitária. ”

Karl Marx, 30 de maio de 1871